

AVISOS

AVISO 1: Os certames licitatórios da **CAIXA** passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações **CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da **CAIXA**.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal **LICITAÇÕES CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantada, no Portal de **LICITAÇÕES CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de **LICITAÇÕES CAIXA**, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A **CAIXA** está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a **CAIXA** estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a **CAIXA** atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da **CAIXA** e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;

- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- ✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;
- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da **CAIXA** à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A **CAIXA** elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da **CAIXA**, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na **CAIXA** são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da **CAIXA** absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a **CAIXA**.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor-próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da **CAIXA** estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da **CAIXA** e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da **CAIXA**, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da **CAIXA** estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da **CAIXA** com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a **CAIXA** de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da **CAIXA**.

Alô CAIXA
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474

EDITAL**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 014/2026 – CECOT/BR tipo MENOR PREÇO GLOBAL****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 28/01/2026**

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, daqui por diante denominada simplesmente **CAIXA**, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações – **CECOT/BR**, representada pelo Licitador Fernando Cunha de Faria, empregado CAIXA, designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descrito(s) no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **CAIXA** – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta **LICITAÇÃO CAIXA** deverá ser efetuado até às **23h59min** do dia **23/02/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o **CREDENCIAMENTO** e serão recebidas até às **10h00min** do dia **24/02/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas até às **10h00min** do dia **24/02/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das **14h00min até às 14h30min** do dia **24/02/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta **LICITAÇÃO CAIXA** até às **14h00min** do dia **12/02/2026**, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR

A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às **14h00min** do dia **12/02/2026**, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para contratação de solução especializada em Microsegmentação, visibilidade e proteção de rede para os servidores e containers dos datacenters e ambientes em nuvem da CAIXA na

modalidade de subscrição de licenças, com validade de 60 meses, incluindo suporte técnico e atualização tecnológica, além de suporte técnico especializado e transferência de conhecimento, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I - A	FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I - B	CLÁUSULAS DE REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA SOLUÇÃO DE NUVEM
ANEXO I - C	PADRÃO DE CONECTIVIDADE
ANEXO I - D	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO
ANEXO I - E	HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO DE MICROSSEGMENTAÇÃO
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PREÇOS MÁXIMOS QUE A CAIXA SE PROPÕE A PAGAR
ANEXO IV	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO V	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VII	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DO LICITANTE
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.1 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do objeto constam do(s) Anexo(s) I ao I - E deste Edital.
- 1.2 Não será permitido adesões à ata de registro de preços por órgãos ou entes não participantes do planejamento da contratação, já que é irregular a adesão derivada de licitação na qual foram impostos critérios e condições particulares às necessidades do ente gerenciador.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta **LICITAÇÃO CAIXA** as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.
- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de **LICITAÇÕES CAIXA** ou na área pública do Portal em *FAQ* e *TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar

para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.
- 2.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.2.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo VI, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
 - 2.4.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
 - 2.4.2 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

- 2.4.3 Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de personalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.
- 2.4.4 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da **CAIXA**;
- 2.4.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.10 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.11 De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto, básico ou executivo;
- 2.4.11 **Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.4:**
- 2.4.11.1 À contratação do empregado **CAIXA** ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 2.4.11.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) Dirigente da **CAIXA**;
 - b) Empregado da **CAIXA** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

c) Autoridade do ente público a que a **CAIXA** esteja vinculada.

2.4.11.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CAIXA** há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar desta **LICITAÇÃO CAIXA**, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras **LICITAÇÕES CAIXA** e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal **LICITAÇÕES CAIXA** é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.

3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.

3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da **CAIXA**, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.

3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.

3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da **CAIXA**.

3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal **LICITAÇÕES CAIXA** - www.licitacoes.caixa.gov.br.

- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com “*LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA*”, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta **LICITAÇÃO CAIXA**, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “*Credenciamento em Novos Certames*” e marcar Comprador “**CAIXA**”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “*Credenciamento*”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “*Concordar*”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta **LICITAÇÃO CAIXA**.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção “*ME/EPP*” na tela “*CREDENCIA PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA*”, constante da opção “*CREDENCIAMENTO*”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o **ÚNICO** momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “**LICITAÇÕES CAIXA**” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todos as **LICITAÇÕES CAIXA**, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame,

devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma **LICITAÇÃO CAIXA**.

3.9 O link “**CREDENCIAMENTO EM NOVOS CERTAMES**”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “**EDITAL**”.

3.9.1 Ao clicar em “**CREDENCIAR**” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “**EDITAL**” e a atividade “**CREDENCIAMENTO**” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – **LICITAÇÕES CAIXA**, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

4.2 Se o **LICITAÇÕES CAIXA** ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via *e-mail* aos participantes.

4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da **LICITAÇÃO CAIXA**, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.

4.4 Caberá à licitante:

4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4.2 Comunicar imediatamente à **CAIXA**, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.

- 4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no *CADASTRO DO FORNECEDOR* no Portal de **LICITAÇÕES CAIXA**.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **CAIXA** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à **CAIXA** implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à **LICITAÇÃO CAIXA**.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “**ANEXAR PROPOSTA**” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço global** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II do edital) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O **VALOR GLOBAL** lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 **Preço Global** para Registro de Preços para contratação de solução especializada em Microsegmentação, visibilidade e proteção de rede para

os servidores e containers dos datacenters e ambientes em nuvem da CAIXA na modalidade de subscrição de licenças, com validade de 60 meses, incluindo suporte técnico e atualização tecnológica, além de suporte técnico especializado e transferência de conhecimento, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.

- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.
- 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando-se as particularidades tributárias de cada segmento.
- 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), seja como item específico da planilha de composição do preço.
- 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.
- 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicar e comprovar essa propriedade.
- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou repactuação.
- 5.3.2.2 **Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais**, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;

- 5.3.4 Prazo de garantia para toda a solução, incluindo hardware, software e licenças ofertados, **não inferior a 60 (sessenta) meses**, contados da data do termo de aceite de instalação;
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: **não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.
- 5.3.6 **Declaração do licitante de que:**
- I) Responsabiliza-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à **CAIXA** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - II) Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital;
 - III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução dos serviços, inclusive quanto aos critérios de habilitação;
 - IV) Declara ainda que para a apresentação de proposta ao referido Edital, **NÃO** houve ocorrência de “Registro de Oportunidade”, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa Nº 1 de 4 de abril de 2019 e na Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-Mail, a confirmação do recebimento.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.
- 5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3 As propostas classificadas serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.
- 6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial, conforme itens 5.3, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:
- Condições dos item 6.5 e subitens, e
 - Compatibilidade do preço ofertado com os insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto desta licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas.
- 6.4.1 A proposta comercial adequada deve ser encaminhada no prazo de até **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.
- 6.4.2 Encerrada a licitação, o Licitador divulgará no www.licitacoes.caixa.gov.br os atos de declaração do vencedor, a homologação do certame, bem como as planilhas com os valores unitários e global estimados pela CAIXA para a presente contratação, com a disponibilização de Ata de Encerramento.
- 6.5 **Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste edital;
- 6.5.2 Contenham vícios insanáveis;

- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela **CAIXA**;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela **CAIXA**;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global, e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela **CAIXA**, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III.
 - 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que o(s) preço(s) global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela **CAIXA**, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
 - 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
 - 6.8.1 A **CAIXA** poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e

anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.

6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.

6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**EFETUAR LANCES**”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.

7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 17 deste Edital.

7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.

7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.

7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do

sistema.

- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.

- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I Com tecnologia desenvolvida no País;
 - II Produzido ou prestado de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
 - III Produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - IV Produzido ou prestado por empresas brasileiras;
 - V Produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - VI Produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

- 7.11 No caso de obras e serviços de engenharia, o percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.11.1 Para todos os objetos, na apresentação das propostas ajustadas, não será admitida majoração de preços unitários e taxas:
- a) Da proposta da fase de lances em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante;
 - b) Da proposta final negociada em relação à proposta da fase de lances ofertada pelo licitante;
 - c) Da proposta final negociada em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante, no caso da inexistência de fase de lances.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link → “EFETUAR NEGOCIAÇÃO”.
- 7.13 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com a descrição detalhada dos custos, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- Habilitação jurídica;
 - Qualificação técnica;
 - Qualificação econômico-financeira;

- Regularidade fiscal federal;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na Área Logada do Fornecedor, acesse o link “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” e selecione o item desejado, acione o botão “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO*”, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão “*CONFIRMAR*”. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão “*CONCLUIR/ENVIAR*”.
- 8.1.2 As instruções também constam do “*MANUAL DO FORNECEDOR GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de **LICITAÇÕES CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:
- Nível I** – Credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;
- Nível II** – O registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica; quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.2 e subitens deste Edital.
- Nível III** – O registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal;
- Nível V** – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;
- Nível VI** – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.4 e subitens deste Edital.
- 8.1.3.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

- 8.1.3.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.3.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'online' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pela **CAIXA** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.3.4 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.

8.3.4.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da **CAIXA**, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;

8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a **R\$ 2.673.382,92 (dois milhões, seiscentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos)**.

- 8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

- 8.4.3.1.1 Para o licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.

- 8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

- 8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

- 8.4.3.3.1 Publicado em Diário Oficial; ou

- 8.4.3.3.2 Publicado em jornal, ou

- 8.4.3.3.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

- 8.4.3.3.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou

- 8.5.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

- 8.4.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.3.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

- 8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

- 8.4.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1 A empresa deverá apresentar documentos compatíveis com objeto em comento, bem como ter fornecido e realizado a instalação, administração e suporte de, no mínimo, 1950 (mil novecentos e cinquenta) subscrições de agentes de Microsegmentação, em ambiente produtivo nos ramos descritos abaixo.

8.5.2 Só serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidas por instituição que atue em um dos ramos a seguir:

a) Instituições Financeiras enquadradas pela BACEN no segmento S1, S2 ou S3

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/regprudencialsegmentacao>);

b) Bancos cooperativos (<https://www.fgcoop.coop.br/bancos-cooperativos>);

c) Grandes empresas de varejo, conforme classificação anual publicada pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) com as 300 maiores empresas do varejo (<https://sbvc.com.br/9a-ed-ranking-300-maiores-empresas-do-varejo-brasileiro-2023-sbvc>);

d) Grandes empresas de telecomunicações, que constem no Top10 ranking da ANATEL – Top10 Acessos totais dos serviços de telecomunicações (<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/ranking>);

8.5.2.1 Para fins de compatibilidade serão considerados os atestados / certidões / declarações, mesmo que somados, comprovem o fornecimento/prestação dos serviços solução de Microsegmentação de Rede, com controlador central, incluindo funcionalidades avançadas de analíticos de rede).

8.5.2.2 Apresentação de declaração/certificação da **LICITANTE** (conforme modelo **ANEXO I – D – DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO**).

8.5.2.3 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

8.5.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.

8.5.3.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

- 8.5.3.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.5.4 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 A declaração deverá ser firmada eletronicamente pelo licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal de **LICITAÇÕES CAIXA**, no prazo de até **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 **Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:**
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VII);
 - e) Declaração de Licitante (Anexo VIII).
- 8.7.2 **Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:**
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
 - e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);

- g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VII);
 - h) Declaração do Licitante (Anexo VIII).
- 8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.7.4 As certidões apresentadas como prova de regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal **LICITAÇÕES CAIXA**, mediante envio do **Anexo VIII - DECLARAÇÃO DO LICITANTE** assinado.
- 8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 22.14 ou por assinatura física.
- 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigir a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da **CECOT/BR** - SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Matriz III (antigo Edifício Filial), 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, após a publicação da ata da sessão pública ou após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.12.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de **02:00 horas** a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.

- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração da vencedora será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à **CAIXA** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- Ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - www.portaltransparencia.gov.br;
 - Ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;
 - Ao SICOW – Sistema interno da **CAIXA**, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 **Não será habilitada a empresa que:**
- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do subitem 9.4 acima;
- 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 9.6.4 Deixe de apresentar a documentação solicitada, apresenta-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;

- 9.6.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal **LICITAÇÕES CAIXA** – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “*MANIFESTAR INTERESSE CADASTRO RESERVA*”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas, serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.
- 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação.
- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador, na forma do item 9.9.2, impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva

serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.

9.9.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.

9.9.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/PROTÓTIPO

10.1 Quando solicitado, a licitante declarada vencedora deverá apresentar às equipes de **TELECOM**, Cibersegurança e Arquitetura: **GETEL, GEPRO, SUART, CETEL, CEPRO** no endereço **QUADRA SEPN 512 CJT C LT 9/10 – TERREO, Bairro: ASA NORTE, Cidade: BRASILIA, UF: DF, CEP: 70760 500**, (GETEL - GN Telecomunicações getel@caixa.gov.br; GEPRO - GN Proteções em Segurança Digital gepro@caixa.gov.br; SUART07 - Arquitetura de Telecomunicação e Observabilidade suart08@caixa.gov.br, cetel@caixa.gov.br; e cepro@caixa.gov.br; **01 (uma) amostra**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da formalização da solicitação pela **CAIXA**.

10.1.1 A **LICITANTE** deverá disponibilizar, sem qualquer ônus para a **CAIXA**, todos os recursos necessários para a validação dos itens classificados como **LAB** na planilha de requisitos deste edital. Isso inclui a entrega de equipamentos, infraestrutura de apoio, acessórios, licenças temporárias e insumos indispensáveis à completa instalação, operacionalização e execução dos testes de homologação da solução.

10.1.2 A **CAIXA** utilizará a(s) amostra(s) apresentada(s) para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos materiais que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos no material, oriundos da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.

10.2 As amostras devem ser identificadas com o nome do fornecedor e demais informações referentes à licitação, e entregues aos cuidados do(s) empregado(s) indicado(s) pela **CAIXA**.

10.3 A amostra que for submetida à análise será devolvida no estado em que se encontrar sem ônus para a **CAIXA**.

10.4 A declaração do vencedor ficará condicionada à aprovação das amostras.

- 10.5 O licitante que não entregar a(s) amostra(s), ou entregar fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme item 17 deste edital.
- 10.6 Durante a vigência do contrato, a **CAIXA** se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, a fim de verificar a conformidade destes, sem ônus à contratada.
- 10.7 Essas avaliações serão realizadas com a mesma metodologia utilizada para análise dos protótipos/amostras.
- 10.8 A seguir, as regras específicas da apresentação e julgamento das amostras:

10.9 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO

- 10.9.1 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela **CAIXA**, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail cecot29@caixa.gov.br.
- 10.9.2 Tal acesso será limitado a uma única pessoa por empresa, na condição de ouvinte e não será permitida qualquer interferência nos testes.
- 10.9.3 A apresentação da amostra/solução será exigida apenas do licitante declarado vencedor na etapa de lances da licitação e habilitado.
- 10.9.4 Caso seja necessária a correção de softwares, drivers ou firmwares que compõem a solução, será concedido um prazo de até 24 (vinte quatro) horas para a correção, contado a partir da formalização da **CAIXA**, conforme anexo **I - E - Homologação e Avaliação Técnica da Solução**.
- 10.9.5 Apenas na hipótese de o licitante mais bem classificado não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão os licitantes remanescentes na ordem de classificação, até encontrar o licitante que esteja habilitado e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.
- 10.9.6 O licitante que se submeter à fase de amostra deve anexar no Portal de **LICITAÇÕES CAIXA** o documento comprobatório da entrega da amostra e/ou realização dos testes da solução.

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta **LICITAÇÃO CAIXA**, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja

prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**INTENÇÃO DE RECURSO**” → selecionar o botão “**INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO**” → inserir a descrição argumentos → clicar em “**ENVIAR**”, no prazo de até **30 (trinta) minutos**.

- 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “**CONTRARRAZÃO**”, registrar os argumentos e confirmar.
- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da **CAIXA**, para fins de homologação.

- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela **CAIXA**, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo IV), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela **CAIXA**.
- 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da **CAIXA**, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor.
- 12.3 A recusa injustificada da primeira classificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 17 deste Edital.
- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a **CAIXA** tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s) registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais dentro do prazo de validade da Ata.
- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente Anexo IV e V).
- 12.6.1 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 12.7 Fica impedida de ser contratado o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.4.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.

- 12.9 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo, constante da Cláusula Sétima da minuta da Ata (Anexo IV).
- 12.10 Caso a licitante vencedora seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura da Ata, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo IV).
- 12.11 O licitante cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela **CAIXA**, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
- 12.11.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da **CAIXA**.
- 12.12 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.13 Se o licitante primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os licitantes que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.
- 12.13.1 O licitante que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.9.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

13 DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 **A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.**
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, **180 dias corridos de** antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à **CAIXA** oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a **CAIXA** a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada

ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.

- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo das obras ou dos serviços registrados, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexos IV e V) integram o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 15.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a **5%(cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 15.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à **CAIXA**, como condição para assinatura do contrato:
- 15.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da **CAIXA**, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a **CAIXA**;
- 15.2.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 15.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 15.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre mantendo os 30 (trinta) dias após a data de vencimento do contrato;
- 15.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer

prejuízos sofridos pela **CAIXA** em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;

- 15.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 15.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
 - 15.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela **CAIXA** se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela **CAIXA** à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
 - 15.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela **CAIXA**, bem como para caracterização do sinistro;
 - 15.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a **CAIXA** comunicar o ato;
 - 15.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da **CAIXA** nos procedimentos acima sinalizados;
 - 15.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
 - 15.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
 - 15.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 15.2.2.2.
 - 15.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver,

devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

15.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;

c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;

d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

15.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a **CAIXA** interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

15.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à **CAIXA** em decorrência da má execução do contrato.

15.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

15.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art.

129 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos);

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre mantendo 30 (trinta) dias após a data de vencimento do contrato;

c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CAIXA**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;

e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 13.6 deste Edital;

f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595 de 31/12/1964 e nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325 de 1996 do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

- 15.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 15.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 15.5 A perda da garantia em favor da **CAIXA**, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 15.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a **5%(cinco por cento)** do valor global contratado.

- 15.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à **CAIXA**, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

16 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 16.1 A **CAIXA**, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e no Contrato (Anexo V).

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Multa;

II) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 17.1.1 No caso de não atendimento à convocação da **CAIXA** para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a **CAIXA** cancelar o registro do Fornecedor.

- 17.1.2 A(s) multa(s) será(ão) aplicada(s) nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).

- 17.1.3 O **FORNECEDOR** ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).

- 17.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **CAIXA** em virtude de atos ilícitos praticados.

- IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII) Não manter a proposta;
- IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**.

17.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

17.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da **CAIXA**, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

17.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

17.6 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

18 DOS ILÍCITOS PENAIS

18.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3103-03 e 5303-10.

20 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

20.1 A **CAIXA** poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

20.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

21 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

21.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão a vigência de **60 (sessenta) meses** podendo ser prorrogados por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

21.1.1 O interesse do **FORNECEDOR** na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, **180 (cento e oitenta) dias corridos de antecedência** do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à **CAIXA** oriundos da não prorrogação.

21.1.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

21.1.2.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do **FORNECEDOR**:

I) O **FORNECEDOR** será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;

II) A **CAIXA** poderá optar pela extinção do contrato.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.

22.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.

- 22.3 Não será permitida a utilização do malote da **CAIXA** para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 22.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 22.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 22.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.7 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente na **CAIXA**, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – **CECOT**, em Brasília.
- 22.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da **CAIXA**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- 22.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.
- 22.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 22.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 22.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da **CAIXA** no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 22.13 Não é admitida a subcontratação para o objeto desta licitação.
- 22.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s) legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

23 DO FORO

- 23.1 Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília, 27 de Janeiro de 2026.

Licitador

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

- 1.1 Aquisição de solução de Microsegmentação de Rede para a infraestrutura de TI da **CAIXA**, destinada à identificação, segmentação, monitoramento e controle dos fluxos de comunicação entre *workloads*, servidores, containers, clientes e demais elementos da rede corporativa **CAIXA**, possibilitando a aplicação de políticas de segurança granulares, mitigação de ameaças, visibilidade centralizada e geração de relatórios detalhados sobre o tráfego e o estado da rede.
- 1.2 A solução deverá contemplar console de gerenciamento centralizado, garantia mínima de 60 (sessenta) meses, bem como a prestação dos serviços de entrega, instalação, suporte técnico e transferência de conhecimento, conforme as quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste documento.
- 1.3 Os requisitos técnicos detalhados, as condições para a prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades das partes, encontram-se definidos neste Termo de Referência nos anexos abaixo especificados:

ANEXO I - A	Forma de Execução e Fiscalização do Contrato
ANEXO II	Modelo de Proposta Comercial

2 ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A aquisição será realizada na modalidade de registro de preço composta por um único lote:

Item	Solução	Tipo	Quantidade
1	Subscrição de solução de Microsegmentação	Licença	6500
2	Serviços Técnicos Especializados	Horas	2400
3	Transferência de Conhecimento	Turmas	5

- 2.2 A vigência do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será de **60 (sessenta) meses** contados da assinatura, observadas as condições de entrega, aceite, garantia e SLAs definidos nos anexos deste Termo de Referência.

- 2.3 A garantia da solução deverá ser de 60 (sessenta) meses, a contar da data do aceite de instalação, contemplando também atualização tecnológica, suporte técnico do fabricante, suporte técnico da contratada e suporte proativo.

3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

- 3.1 A Solução de Microsegmentação deve ser composta por um único fabricante, incluindo todos os componentes necessários para a aplicação e gestão das políticas de segmentação, tais como agentes de software, consoles de gerenciamento, módulos de integração e eventuais *appliances* físicos ou virtuais, de forma a evitar desperdício de recursos técnicos e garantir facilidade de integração, operação e suporte centralizado.
- 3.2 A solução deverá incluir, obrigatoriamente, todas as licenças de software, componentes, complementos, extensões, recursos, funcionalidades e serviços necessários para seu pleno funcionamento, durante toda a vigência da garantia (60 meses).
- 3.3 Todas as atualizações e renovações necessárias também deverão estar contempladas, não sendo admitida qualquer cobrança adicional ou exclusão de itens essenciais ao atendimento integral desta especificação.
- 3.4 Os *appliances* e/ou os servidores físicos que compõem a solução devem permitir ser fixados em rack(s) de 19" (dezenove polegadas).
- 3.4.1 Devem ser fornecidos kits de suporte específico para este fim. Eventuais ajustes na estrutura do rack (fixação de colunas etc.) necessários para a instalação da solução devem ser executados pela **CONTRATADA**.
- 3.4.2 Devem ser fornecidos cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 e NBR 14136 compatíveis com a potência da fonte de alimentação.
- 3.5 Os equipamentos fornecidos devem ser novos, sem uso anterior, e devem estar em linha de produção atual pelo fabricante no momento da entrega da proposta.
- 3.6 A Proponente deverá informar que possui autorização do fabricante para comercializar o produto no Brasil.
- 3.7 A comprovação deve ser feita por meio de declaração, fornecida juntamente com a proposta e destinada a Caixa e com referência explícita ao corrente processo de aquisição.
- 3.8 A Proponente, deverá apresentar declaração destinada à **CAIXA** e com referência explícita a este processo de aquisição, que comprove os requisitos abaixo:

- a) Possuir autorização do fabricante para prestar suporte ao produto e pelo tempo especificado;
 - b) Possuir autorização do fabricante para prestar garantia para o produto e pelo tempo especificado;
 - c) Permitir que a **CAIXA** verifique diretamente junto aos fabricantes a correspondência entre o suporte e garantias contratadas e as exigidas neste edital.
- 3.9 A Proponente deverá apresentar, em sua proposta, descritivo do “Roadmap” dos equipamentos que compõe a solução, com informações relativas ao ciclo de vida (“End-of-Sale” e “End-of-Support”) de cada um deles e dos seus componentes.
- 3.10 A Proponente não poderá ofertar equipamentos ou software com ciclo de vida anunciado pelo fabricante (“End-of-Life”, “End-of-Sale” e “End-of-Support”).

4 REQUISITOS TÉCNICOS DE PLATAFORMA E ESCOPO

4.1 Escopo de Ambiente

- 4.1.1 Deve abranger ambientes corporativos, incluindo data centers físicos e virtuais, nuvem pública, privada e híbrida, infraestruturas de containers/orquestradores, endpoints, e servidores legados.

4.2 Requisitos Gerais da Solução

- 4.2.1 A solução deve ser agnóstica em relação ao hardware e a rede.
- 4.2.2 A solução deve ser projetada como um produto completo e exclusivo para atender funcionalidade Microsegmentação. Não serão aceitos sistemas baseados em hardware ou em software de código aberto (open-source) de uso genérico.
- 4.2.3 Não serão aceitas soluções de segurança customizadas. Somente aquelas soluções que fizerem parte do portfólio oferecidas pelo fabricante para o mercado corporativo.
- 4.2.4 A **CONTRATADA** deverá apresentar documentação referente ao Roadmap da solução, com informações relativas ao ciclo de vida (End-of-Life, End-of-sale e End-of-Support).
- 4.2.5 A **CONTRATADA** deverá garantir que a solução e seus componentes, não se enquadre na situação de End-of-Support pelo fabricante durante todo o período de garantia.

- 4.2.5.1 Caso algum módulo, ou toda a solução, entre em condição de End-of-Support, a critério da **CAIXA**, o fornecedor deverá substituí-lo por outro(a) que atenda aos requisitos anteriormente contratados de forma igual ou superior sem quaisquer ônus para a **CAIXA**.
- 4.2.6 A solução em nuvem do fabricante deverá fornecer alta disponibilidade, devendo ainda seguir o disposto na IN GSI/PR nº 8/2025.
- 4.2.6.1 Deve-se observar rigorosamente o disposto no item 7.6 do **ANEXO I – B - CLÁUSULAS DE REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA SOLUÇÃO EM NUVEM**, garantindo que todos os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela **CAIXA**, quando transferidos para o provedor de serviço de nuvem, estejam hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também mantida no Brasil.
- 4.2.6.2 Deve-se observar rigorosamente o disposto no item 8.3.3 do **ANEXO I – B - CLÁUSULAS DE REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA SOLUÇÃO EM NUVEM**, assegurando que toda a infraestrutura esteja em conformidade com os requisitos regulatórios e legais aplicáveis no Brasil, incluindo a obrigatoriedade de residência dos dados em território nacional.
- 4.2.7 Deve permitir a aplicação de políticas em ambientes que utilizem IPv4 e IPv6, simultaneamente ou isoladamente.
- 4.3 **Suporte a Sistemas Operacionais**
- 4.3.1 **Compatibilidade mínima com:**
- Windows Server 2012R2 e superiores;
 - Windows 10 e superiores;
 - Red Hat Enterprise Linux (RHEL) 7 e superiores;
 - CentOS 7 e superiores;
 - Debian 7 e superiores;
 - MacOS 10 e superiores.
- 4.3.1.1 **Deve suportar explicitamente versões legadas:**
- Windows 2003 Server e superiores;
 - Oracle Linux 7 e superiores;
 - Ubuntu LTS 12.04 e superiores;
 - SUSE Linux Enterprise 10 e superiores;
 - Solaris 10 Update 8 e superiores;
 - Exadata X8M e superiores.
- 4.3.2 A solução deve garantir evolução contínua e suporte às novas versões de sistemas operacionais homologados e amplamente utilizados no mercado, como Windows e principais distribuições Linux. Essa atualização deve seguir as boas práticas da indústria, considerar a maturidade das versões lançadas

e assegurar a disponibilidade de recursos técnicos e documentação fornecidos pelos respectivos fabricantes.

4.4 Ambientes de Nuvem e Containers

4.4.1 Suporte a instalação de agentes em nuvem pública (Ex: Microsoft Azure, AWS, Google Cloud (GCP) e Oracle Cloud) e privada.

4.4.2 Deve garantir segmentação e visibilidade em serviços gerenciados de nuvem (PaaS, Serverless/Funções Lambda, Databases Managed) utilizando a API e mecanismos de controle nativos da nuvem onde o agente não possa ser instalado.

4.4.3 Para contêineres e orquestração deve suportar:

- AKS (Azure Kubernetes Service);
- EKS (Elastic Kubernetes Service);
- Kubernetes nativo;
- OpenShift;
- Docker.

4.4.3.1 Deve operar como um DaemonSet no nó do cluster.

4.4.4 Compatibilidade com as CNIs Calico ou Flannel.

4.4.5 Os dados armazenados em ambiente de nuvem devem ser criptografados.

4.4.6 Integração com orquestradores como Kubernetes para segmentação de pods e serviços.

4.4.6.1 Deve permitir a criação de políticas baseadas em rede, serviços e *namespaces*.

5 REQUISITOS DE AGENTE (SOFTWARE AGENTE NOS ATIVOS)

5.1 Modo de Operação e Desempenho

5.1.1 Deve oferecer suporte à instalação de agentes para as diversas tecnologias e sistemas operacionais apresentados nesta especificação.

5.1.1.1 Para os dispositivos que não permitem a instalação de agentes deve permitir operação em modo agentless. Neste modo de operação ativos sem agentes poderão ser catalogados para se comunicar com um ativo microsegmentado.

5.1.2 O consumo máximo de recursos pelo agente deve ser: CPU ≤ 5% e Memória ≤ 256 MB.

- 5.1.2.1 O impacto na utilização de CPU e memória nos endpoints e containers não pode ultrapassar 5% (média) do ativo.

5.2 **Instalação e Enforcement**

- 5.2.1 O agente deve ser instalado sem a necessidade de reinicialização (reboot) do dispositivo.
- 5.2.2 Não pode gerar conflitos com firewalls já existentes ou outros agentes de segurança (EDR/XDR, IPS/IDS).
- 5.2.3 Deve permitir instalação em lote (Intune, SCCM, Chef, Ansible, Puppet, PowerShell, Helm v3+).

5.3 **Autoproteção e Remoção**

- 5.3.1 O agente deve se automonitorar (anti-tampering) e monitorar continuamente as regras aplicadas.
- 5.3.2 Deve garantir o isolamento (fail-safe mode) em caso de falha de comunicação com a console.
- 5.3.3 A remoção do agente deve ser protegida por senha adicional e/ou autenticação multifator (MFA) local.
- 5.3.4 A remoção do agente deve implicar na remoção imediata das regras de microssegmentação aplicadas.
- 5.3.5 As informações capturadas pelo agente deverão conter, no mínimo:
 - 5.3.5.1 IP de Origem e Destino.
 - 5.3.5.2 Hostname de Origem e Destino.
 - 5.3.5.3 Porta e Protocolo.
 - 5.3.5.4 Quantidade de conexões.
 - 5.3.5.5 Hora e Data.
 - 5.3.5.6 Informações do processo/binário responsável pela comunicação, na origem e destino.
 - 5.3.5.7 Usuário que executou o processo.
 - 5.3.5.8 FQDN ou IP, quando for um acesso para Internet.
 - 5.3.5.9 Etiquetas (tags).

6 REQUISITOS DE GERENCIAMENTO E ARQUITETURA**6.1 Modelo de Serviço e Arquitetura**

- 6.1.1 Os itens que compõem a solução (console/gerenciador, agentes e concentrador) devem ser produzidos pelo mesmo fabricante, garantindo interoperabilidade e suporte unificado.
- 6.1.2 A solução deve ser fornecida na modalidade SaaS (Software as a Service), com a console de gerenciamento na nuvem do fornecedor.
- 6.1.3 A plataforma SaaS deve possuir alta disponibilidade, escalabilidade horizontal e certificação SOC 2 Tipo II e ISO 27001, e estar em conformidade com NIST/LGPD/GDPR.
- 6.1.4 A solução deve utilizar um concentrador para a comunicação entre os agentes e a plataforma em nuvem, sendo responsável por:
 - 6.1.4.1 Receber as informações dos agentes de um grupo de equipamentos e enviá-las para a plataforma em nuvem ou receber as informações dos agentes de um grupo de equipamentos e enviá-las, via mecanismo de comunicação, para a plataforma em nuvem;
 - 6.1.4.2 Receber dados da plataforma em nuvem e aplicá-los nos agentes.
 - 6.1.4.3 A conexão entre o concentrador e a nuvem deve ser **saínte**, ou seja, deve ser sempre com origem concentrador e destino nuvem, ou a conexão de saída (outbound) deve ser mantida, sendo sempre com origem no componente de comunicação (Agente) e destino na nuvem **através do proxy fornecido**.
 - 6.1.4.4 Efetuar integrações com outras ferramentas da Caixa.
 - 6.1.4.4.1 Quando não for possível utilizar o concentrador **com conexão apenas saínte** para esta finalidade, a empresa deverá implementar conexão de rede privada conforme padrão de conectividade definido no **Anexo I-C – Padrão de Conectividade**.
- 6.1.5 A solução completa deve ser fornecida e suportada pela **CONTRATADA**, entregando os servidores e todas as licenças necessárias, capacidade de hardware e quantidades para atender todos os requisitos e melhores práticas de implementação da solução.
- 6.1.6 Caso seja entregue em appliance virtual, a **CONTRATADA** deve colocar todos os servidores e componentes de forma redundante, para cada localidade/site, com o virtualizador ESXi enterprise e todas as licenças necessárias, capacidade de hardware e quantidades para atender todos os requisitos e melhores práticas de implementação da solução.

6.1.6.1 Os servidores deverão possuir no mínimo: fonte redundante e máximo de duas unidades de Rack (2U).

6.1.7 A solução deve permitir o mapeamento de tráfego entre endpoints mesmo que seus endereços estejam traduzidos por NAT.

6.2 **Console e Acesso**

6.2.1 Deve dispor de console centralizada e única para gerenciamento de políticas.

6.2.2 Deve permitir Autenticação Multifator (MFA) e integração SAML 2.0 com IDPs externos.

6.2.2.1 Deve-se considerar o uso dos padrões OpenID Connect/OAuth e/ou SAML 2.0 para autenticação. A **CAIXA** adota o Azure Entra ID como seu principal provedor de identidade e mecanismo de autenticação.

6.2.3 Deve suportar Controle de Acesso Baseado em Função (RBAC), permitindo segregação de permissões granulares.

6.3 **Segurança da Comunicação**

6.3.1 A comunicação entre agentes e console deve ser criptografada (TLS 1.2 ou superior).

6.3.2 Deve permitir criptografia de dados em repouso.

6.4 **Gerenciamento**

6.4.1 Apresentar alertas de incidentes e opções de busca de filtro de incidentes, no mínimo, por:

6.4.1.1 Severidade.

6.4.1.2 Tipo.

6.4.1.3 Etiquetas.

6.4.1.4 Nome do Ativo.

6.4.1.5 Período.

6.4.2 Permitir visualizar os fluxos de dados e configurar as políticas de segurança em uma única console.

6.4.3 A gerência de administração da solução deve permitir a visualização dos agentes ativos.

7 REQUISITOS DE VISIBILIDADE E AUDITORIA**7.1 Mapeamento e Flow**

- 7.1.1 Deve gerar um mapa dinâmico, em tempo real e escalável das dependências entre aplicativos (Leste-Oeste) e fluxos Norte-Sul. O mapa deve ser único para Cloud Workloads e PODs.
- 7.1.2 Deve fornecer visibilidade da Camada 7 (aplicação) e identificar os processos do SO responsáveis pela comunicação.
- 7.1.3 Deve coletar logs detalhados (flow), incluindo: IP/Hostname Origem/Destino, Porta/Protocolo, Informações do processo/binário responsável, Usuário que executou o processo, FQDN e Etiquetas.

7.2 Visibilidade

- 7.2.1 Prover visibilidade de toda a comunicação com endpoints gerenciados de forma gráfica, por meio de um mapa.
- 7.2.2 Permitir navegar facilmente pelo mapa e focar em parte específica do data center ou aplicativos específicos.
- 7.2.3 Possuir filtros de inclusão e exclusão, permitindo filtrar no mínimo:
 - 7.2.3.1 IP.
 - 7.2.3.2 Porta.
 - 7.2.3.3 Aplicação, Binário e Serviço.
 - 7.2.3.4 Nome do Ativo.
 - 7.2.3.5 Internet - Com Origem e Destino da Internet.
 - 7.2.3.6 Usuário que iniciou o processo.
 - 7.2.3.7 Etiquetas (tags).
- 7.2.4 Criar e excluir Mapas personalizados de fluxo de comunicação.
- 7.2.5 A tela do mapa de dados deve possuir mecanismo de busca.
- 7.2.6 Permitir visualizar no mapa de dados as etiquetas aplicadas a um ativo.
- 7.2.7 Permitir identificar, em um período definido, a quantidade de vezes que uma comunicação aconteceu.

- 7.2.8 Permitir, no mapa de dados, visualizar as comunicações de todos os ativos gerenciados do ambiente, de forma individualizada.
- 7.2.9 Permitir, no mapa de dados, agrupar os ativos por meio das etiquetas existentes no ambiente, permitindo ainda hierarquizar em subgrupos.
- 7.2.10 Registrar e apresentar todos os fluxos de comunicação em formato de tabela, juntamente com informações contextuais e detalhadas sobre as cargas de trabalho e aplicativos (processos) de comunicação.
- 7.2.11 Fornecer recursos de filtragem (IPs/Porta/Processo/Origem/Destino /Usuário/Etiquetas que iniciou a comunicação), se a comunicação foi estabelecida, bloqueada ou falhada (time-out).
- 7.2.12 Descobrir automaticamente qualquer novo fluxo de comunicação em tempo real.
- 7.2.13 Permitir filtrar os fluxos de comunicação por um conjunto de regras aplicado no ambiente.
- 7.2.14 Permitir exportar os fluxos de comunicação no mínimo em CSV.
- 7.2.15 Apresentar no mapa de fluxo de comunicação os dispositivos gerenciados e não gerenciados que se comunicam com elemento gerenciado pela solução.
- 7.3 **Logs e Retenção**
 - 7.3.1 A solução deve registrar quem consultou os logs, além de autenticações, criação/alteração/desativação de políticas e criação/alteração de etiquetas.
 - 7.3.2 Os logs históricos dos fluxos de comunicação (flow) devem ter um tempo de retenção mínimo de 90 dias na console.
 - 7.3.3 Os logs de auditoria (alterações de política, acessos) devem ser inalteráveis e retidos por no mínimo 1 (um) ano.
 - 7.3.4 Deve permitir exportar logs e dados de visibilidade em formatos padrão (CSV ou XLS, JSON, CEF, LEEF, SYSLOG).
 - 7.3.5 A solução deve oferecer integração com plataformas SIEM e SOAR, garantindo compatibilidade com, no mínimo, as seguintes ferramentas de SIEM: LogRhythm e Microsoft Azure Sentinel.
 - 7.3.6 Os Logs de Auditoria devem conter, no mínimo: o dia, hora, ação executada, nome do usuário e descrição.
 - 7.3.7 Possuir um Dashboard com as principais informações referentes ao ambiente, com a capacidade de visualizar em modo gráfico, por meio de mapas, os fluxos de comunicação do ambiente.

- 7.3.8 Ser registrado em Log toda a criação, remoção ou modificação das etiquetas, informando no mínimo o usuário responsável, hora e data e a etiqueta alterada. Esses logs deverão ser acessíveis por meio da própria console de gerenciamento.
- 7.3.9 O console deve permitir visualizar dados dos ativos protegidos como Nome e Sistema Operacional, assim como deve criar e gerenciar etiquetas de identificação de rede.
- 7.3.10 Permitir visualizar todas as etiquetas associadas a um único dispositivo.
- 7.3.11 Permitir visualizar todos os ativos para uma única etiqueta.
- 7.3.12 Filtrar os fluxos de comunicação, no mínimo em:
 - 7.3.12.1 Bloqueado ou Permitido.
 - 7.3.12.2 Origem: por etiqueta e nome do ativo.
 - 7.3.12.3 Destino: por etiqueta e nome do ativo.
 - 7.3.12.4 Comunicações com Origem ou Destino para a Internet ou elemento não gerenciado.
 - 7.3.12.5 Pelo nome do conjunto de regras.
 - 7.3.12.6 Porta e Protocolo.
 - 7.3.12.7 Período.
- 7.3.13 Possuir uma área específica para visualizar todos os fluxos de comunicação coletados.
- 7.3.14 Monitorar comunicações de elementos gerenciados com elementos que não suportam a instalação de agentes.
- 7.3.15 Prover visibilidade de todos os fluxos de comunicação de forma gráfica por meio de um mapa, permitindo o filtro no mínimo por IP, Porta, Aplicação, Binário e Serviço, nome do ativo.
- 7.3.16 Possuir relatórios de auditoria que identifiquem acessos e ações de grupos de usuários pelo tempo necessário para análises e auditorias.
- 7.3.17 Deve possuir Logs de Auditoria, para no mínimo:
 - 7.3.17.1 Autenticação do usuário: Com sucesso e falha de autenticação.
 - 7.3.17.2 Política de Segmentação: Criação e alteração de políticas, bem como a ação de desabilitar a política.

7.3.17.3 Etiquetas: Criação e alteração.

7.3.17.4 Logs: Quem consultou os logs.

8 REQUISITOS DE POLÍTICA E SEGMENTAÇÃO

8.1 Modelo de Política e Regras

8.1.1 As regras devem ser publicadas manualmente para os ativos, permitindo-se, inclusive, escolher se serão aplicadas todas as regras ou um conjunto específico baseado no nome do agrupamento.

8.1.2 Permitir desabilitar regra, ou um conjunto de regras, sem a necessidade de excluir da console.

8.1.3 Detectar, analisar e relatar suspeitas de tentativas de movimento lateral.

8.1.4 Monitorar as implementações das regras criadas no fluxo de comunicação de forma visual, comparando o tráfego real àquele permitido pelas políticas, para identificar comunicações inesperadas com sucesso ou não.

8.1.5 Deve suportar arquitetura baseada em princípios de Zero Trust, onde nenhuma comunicação deve ser permitida por padrão (implicit deny).

8.1.6 Deve criar políticas que restrinjam as comunicações ao mínimo necessário (Least Privilege).

8.1.7 Deve permitir a geração automática de políticas de Least Privilege baseadas nos fluxos de comunicação observados (mínimo 45 dias).

8.1.8 Deve suportar os modos de Visibilidade/Monitoramento e Proteção/Bloqueio (Enforcement).

8.1.8.1 A política de visibilidade deve permitir que o tráfego de dados flua normalmente, sendo identificado e registrado para criação de um mapa, sem bloqueio ou modificação.

8.1.8.2 A política de proteção ou modo bloqueio deve impedir ativamente o tráfego de rede que não esteja de acordo com as políticas de segurança definidas.

8.1.9 Deve permitir a simulação de políticas antes do enforcement, com visualização clara do impacto previsto.

8.2 Granularidade e Automação

8.2.1 As regras devem ser baseadas em: Etiquetas, Ativo, IP/Subrede, Aplicação, Porta e Protocolo.

- 8.2.2 Deve permitir políticas baseadas em User-ID e grupos (integradas a AD/IDPs via SAML 2.0).
- 8.2.3 Deve permitir a criação de regras diretamente a partir dos logs de comunicação.
- 8.2.4 Deve oferecer sugestões automatizadas e inteligentes (IA/ML) para criação de regras, e ser capaz de identificar padrões de tráfego anômalos e sugerir políticas de isolamento ou alerta.

8.3 **Gestão de Políticas**

- 8.3.1 Deve possuir templates nativos para serviços conhecidos (AD, SQL Server, Exchange).
- 8.3.2 Deve permitir salvar revisões de política e a reversão (rollback) para versões anteriores, retendo ao menos 1 ano de versões.
- 8.3.3 Possuir nativamente modelos (templates) pré-definidos para aplicações conhecidas de mercado, com catálogo disponibilizado na própria console de gerenciamento.

9 **REQUISITOS DE ETIQUETAS (TAGS)**

9.1 **Criação e Integração**

- 9.1.1 Deve possuir a capacidade de etiquetamento (tag) de todos os ativos, sem limite de quantidade. Os dispositivos devem herdar as regras com base nas tags.
- 9.1.2 Permitir hierarquizar as etiquetas, sem restrições, para visualização agrupada com subníveis no mapa de fluxo de comunicação.
- 9.1.3 A criação de etiquetas deve ser permitida por: IA/ML, Dinamicamente (por IP, nome, atributos) e Manual.
- 9.1.4 Deve possuir integração com CMDB (ServiceNow, Remedy) para importação de atributos e utilização dos labels nativos do Kubernetes para a geração de políticas.

9.2 **Uso e Escopo**

- 9.2.1 As etiquetas devem ser criadas com base em: tipo de aplicação, Aplicação/workload, ambiente (produção, homologação, desenvolvimento), dono do serviço/função do ativo, localização e perfil de risco/vulnerabilidade.
- 9.2.2 Deve permitir agrupar etiquetas em Grupos de Etiquetas e hierarquizar as etiquetas para visualização agrupada no mapa de fluxo de dados.

10 REQUISITOS DE GESTÃO DE VULNERABILIDADES**10.1 Integração e Risco**

10.1.1 Deve possuir integração nativa com scanners de vulnerabilidade no mínimo Qualys e Tenable IO para controle contextual dos ativos.

10.1.1.1 Para tanto a solução deve permitir o envio de fluxos de comunicação, logs e receber comandos via API para criação de políticas.

10.1.2 Deve permitir a classificação e priorização automática de ativos com base em: criticidade do negócio, exposição na rede, função e perfil de risco.

10.2 Mitigação e Resposta

10.2.1 Deve sugerir ajustes nas regras de Microsegmentação para mitigar brechas associadas ao ativo.

10.2.2 Deve permitir o recebimento de comandos para configuração de políticas através de APIs documentadas.

11 REQUISITOS DE INTEGRAÇÃO E API**11.1 API**

11.1.1 Deve disponibilizar uma API robusta, bem documentada e com exemplos de uso (SDKs/Libraries).

11.1.2 A API deve ser compatível com os métodos CRUD (GET, PUT, POST, DELETE) para gerenciar o ciclo de vida completo das políticas e o status dos ativos.

11.1.3 A solução deve permitir o envio de eventos, logs, fluxos de comunicação, processos e serviços utilizados nas comunicações com e entre endpoints gerenciados.

11.1.4 Exposição de APIs RESTful para integração com sistemas de SIEM, SOAR, CMDB, ITSM e outros conforme necessidade.

11.2 Automação e Outras Integrações

11.2.1 Deve permitir a automação de workflows de segurança (isolamento de ativos, aplicação de políticas, resposta a incidentes).

11.2.2 Deve permitir integração com ferramentas DevSecOps/DevOps/Automação (Chef, Puppet, Ansible, Intune, SCCM) e CI/CD.

11.2.3 Deve permitir integração com ferramentas de ITSM (Remedy BMC e ServiceNow) para abertura automática de tickets e com CMDB/inventário de ativos para enriquecimento de contexto.

11.2.4 A Solução deve permitir integração com as soluções/ferramentas existentes na **CAIXA**, entre elas:

11.2.4.1 The Hive;

12 PARÂMETROS DE REGRAS E FUNCIONALIDADE

12.1 Permitir trabalhar tanto com Allowlist como Blocklist, de forma independente com políticas avaliadas sequencialmente.

12.2 Permitir criar regras de microssegmentação utilizando os seguintes parâmetros como Origem e Destino:

12.2.1 Etiquetas e Grupo de Etiquetas.

12.2.2 IP/Subredes.

12.2.3 Porta e protocolo.

12.2.4 Aplicação.

12.2.5 Processo (pelo menos para sistemas Windows).

12.2.6 Ativo (nome do ativo).

12.2.7 Grupo de usuários.

12.2.8 FQDN.

12.2.9 Internet (Comunicação com Internet / Rede Interna ou dispositivo não gerenciado).

12.2.10 Qualquer (Any).

12.3 Criar políticas com Lógicas de "E", "OU" ou por meio de expressão regular.

12.4 Permitir isolar uma máquina da rede, ou um grupo de máquinas, com uma única regra.

12.5 Permitir a combinação de regras utilizando máquina/usuário/processo de origem e serviço no destino.

12.6 Bloquear e permitir uma comunicação efetuada pela mesma porta e protocolo utilizando binários diferentes, minimamente nas plataformas Windows.

12.7 Permitir a inclusão de listas de FQDNs, por meio de importação de arquivo, para serem utilizadas durante a consulta DNS em bloqueio ou liberação de acesso a sites específicos.

12.8 Possuir mecanismo de consulta instantânea nos dispositivos gerenciados.

13 REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA MAINFRAME

13.1 Princípio e Visibilidade.

13.2 Operação Agentless.

13.2.1 Sem Agente (Agentless): Deve realizar Monitoramento Passivo de Tráfego para análise e definição de etiquetas e políticas nos agentes gerenciados.

13.2.2 Sem Agente (Agentless): Deve suportar Segmentação Baseada em Identidade de Fluxo com integração a firewalls/switches existentes (NetFlow, sFlow, SPAN).

14 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

14.1 Os Serviços Técnicos Especializados e a Transferência de Conhecimento constam no anexo Forma de Execução e Fiscalização do Contrato.

ANEXO I – A**FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO****1. ESTRUTURA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL DA SOLUÇÃO DE MICROSSEGMENTAÇÃO**

- 1.1. Apresentamos informações sobre a forma de execução e de fiscalização do contrato da solução especializada em Microsegmentação, visibilidade e proteção de rede para os servidores e containers dos datacenters e ambientes em nuvem da **CAIXA** na modalidade de subscrição de licenças. A solução contratada tem como objetivo implementar mecanismos avançados de segmentação lógica, controle de tráfego, visibilidade centralizada e aplicação de políticas de segurança granulares, garantindo conformidade com os padrões técnicos e operacionais da **CAIXA**.
- 1.2. O presente documento inclui as diretrizes para a entrega, instalação, configuração, suporte técnico, manutenção e fiscalização da solução contratada, abrangendo também os critérios de aceitação, prazos, responsabilidades da contratada, mecanismos de acompanhamento e penalidades aplicáveis, conforme os padrões técnicos e operacionais exigidos pela **CAIXA**.
- 1.3. A especificação detalhada desses aspectos está organizada nos capítulos seguintes, de forma estruturada, visando facilitar a consulta, garantir a rastreabilidade das ações e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

2. PEDIDO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

- 2.1. A **CONTRATADA** deverá executar os seguintes serviços de entrega, instalação e configuração dos componentes que compõem o objeto deste edital, visando sua plena operacionalidade:
 - a) **Checklist de entrega** em formato .xls ou .csv para conferência dos itens entregues, contendo todos os elementos especificados na proposta comercial, com as seguintes informações mínimas:
 - Número de série (quando aplicável);
 - Modelo/versão;
 - Categoria (*appliance* físico, *appliance* virtual, software, agente – conforme aplicável);
 - Fabricante.

- b) **Projeto Executivo** com a proposta de arquitetura lógica, desenho de políticas, agrupamentos (tags/grupos dinâmicos), conectividade, integrações (ex.: AD/LDAP, CMDB, SIEM, ITSM, orquestradores), plano de implantação por fases e rollback;
 - c) **Movimentação/Preparo** dos componentes físicos (quando aplicável), incluindo cabeamento, e **provisionamento** dos componentes virtuais (OVA/OVF/Marketplace), em conformidade com as pré-condições de CPU, RAM, disco e rede;
 - d) **Instalação e configuração inicial** do console/gestor de políticas, conectores e agentes; registro/pareamento de *workloads*; definição de escopos de visibilidade e “*labels*”, conforme projeto executivo.
 - e) **Atualizações** de software/firmware necessárias para conformidade de versão.
 - f) **Customizações e *hardening*** conforme plano aprovado pela **CAIXA** (MFA/federação, RBAC, criptografia em trânsito e em repouso, retenção de logs, trilhas de auditoria).
 - g) **Transferência de conhecimento operacional** suficiente para habilitar a equipe da **CAIXA** a operar a solução.
- 2.1.1. A **CONTRATADA** deverá executar todo o processo de instalação e configuração com o acompanhamento de especialista qualificado do fabricante da solução, em conjunto com especialista da **CONTRATADA**.
- 2.2. **Pedido e preparação para instalação**
- 2.2.1. Comprovar, em até **8 (oito) dias corridos** a partir da assinatura do contrato, o pedido formal dos equipamentos/componentes da solução junto ao fabricante/distribuidor.
 - 2.2.2. Certificar, as condições físicas (elétricas, ambientais) e lógicas (rede, VLANs, IPs, portas, rotas, DNS, NTP, PKI) dos locais/ambientes de instalação, conforme os padrões estabelecidos pelos fabricantes.
 - 2.2.3. Adequar infraestrutura de energia e rede (quando houver equipamento físico), quando necessário, as tomadas elétricas dos equipamentos, garantindo que as unidades de distribuição de força atendam aos requisitos de disponibilidade.
- 2.3. **Documentação técnica e execução especializada**

- 2.3.1. Fornecer documento contendo o Projeto Executivo, com a proposta detalhada (arquitetura, integrações, plano de implantação e validação) de configuração e customização dos equipamentos/componentes da solução conforme as necessidades da **CAIXA**.
- 2.3.2. Executar a instalação/configuração/customização da solução (console, conectores, agentes) visando melhor desempenho e segurança, com acompanhamento técnico da **CAIXA** e repasse de conhecimento, em data e horário definidos pela **CAIXA**.
- 2.3.3. Disponibilizar repositório online (portal do fabricante/contratada) com documentação técnica, versões homologadas, notas de release, matrizes de compatibilidade e boas práticas, sem restrição de acesso público ou mediante cadastro autorizado pela **CONTRATANTE**.
- 2.4. **Manutenção Preventiva**
 - 2.4.1. Realizar ações preventivas, ao menos a cada 12 (doze) meses, com revisão de políticas, assinaturas/versões, desempenho e capacidade, conforme cronograma elaborado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **CAIXA**, durante todo o período de garantia.
 - 2.4.2. As ações preventivas poderão ser dispensadas a critério da **CAIXA**, mediante justificativa.
- 2.5. **Atualizações, Relatórios e Garantias**
 - 2.5.1. Manter a **CAIXA** informada sobre versões, atualizações, correções (*patches*) e vulnerabilidades dos produtos, incluindo sistemas operacionais.
 - 2.5.2. Emitir e entregar relatório mensal até o **5º dia útil** do mês subsequente, contendo todas as atualizações, versões, correções (*patches*) disponibilizadas no mês anterior e status de aplicação.
 - 2.5.3. Fornecer, sem custo adicional, novas versões/atualizações durante a vigência contratual, assegurando compatibilidade funcional com o ambiente implantado.
 - 2.5.4. Demonstrar, via portal do fabricante, que todos os componentes da solução de rede (hardware e software) estão cobertos pela garantia prevista neste edital.
- 2.6. **Condições gerais**

- 2.6.1. O descumprimento de qualquer obrigação prevista nos itens 2.1 a 2.5 sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no item 14 (Sanções), incluindo aplicação de multa proporcional e possível suspensão de pagamentos.

3. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

3.1. Prazos de Entrega e Instalação

- 3.1.1. No primeiro pedido a **CONTRATADA** deverá realizar a entrega dos equipamentos (quando aplicável) e licenças de agentes no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da solicitação formal da **CAIXA**.
- 3.1.2. A partir do segundo pedido A **CONTRATADA** deverá realizar a entrega das licenças de agentes no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da data da solicitação formal da **CAIXA**.
- 3.1.3. A **CONTRATADA** deverá concluir a instalação e a implementação de todas as funcionalidades da solução no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data do aceite de entrega/ativação da solução, salvo prorrogação autorizada pela **CAIXA**.
- 3.1.4. O atraso ou descumprimento da entrega, **sem justificativa aceita pela CAIXA e sem comunicação prévia**, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas neste edital, incluindo a possibilidade de **rescisão contratual**.
- 3.1.5. Pelo não cumprimento dos prazos de entrega ou instalação, será aplicada **multa de 0,1% do valor global contratado por dia de atraso**, limitada a **10% do valor total do contrato**.

3.2. Condições dos Equipamentos

- 3.2.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer **equipamentos e componentes novos**, sem uso anterior, em linha de fabricação (quando físicos e aplicável). Não serão aceitos itens usados, remanufaturados ou de demonstração, exceto quando previamente autorizados pela **CAIXA** para fins de amostra ou homologação.

3.3. Aceite de entrega

- 3.3.1. Após a entrega (quando houver componentes físicos), a **CAIXA** realizará, em conjunto com a **CONTRATADA**, a conferência dos volumes entregues com base no checklist previsto no item 2.1.a. Estando em conformidade com o termo de referência, será emitido o **termo de aceite de entrega da solução**, a ser assinado por ambas as partes.

- 3.3.2. Caso a **CAIXA** identifique não conformidades e não emita o aceite de entrega, a **CONTRATADA** deverá solucionar os problemas apontados no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação formal. O não atendimento sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas neste edital.

3.4. **Aceite da Instalação**

- 3.4.1. A **CONTRATADA** deverá concluir a instalação de todas as funcionalidades da solução, conforme os itens 2.1.b, 2.1.c, 2.1.d, 2.1.e e 2.1.f, no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos** após a entrega dos equipamentos.
- 3.4.2. A **CAIXA** emitirá o **termo de aceite da instalação da solução** no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** após a entrega das funcionalidades totalmente instaladas e em conformidade com o termo de referência.
- 3.4.3. A **CAIXA** poderá solicitar à **CONTRATADA** a demonstração de algumas ou todas as funcionalidades instaladas. O tempo necessário para essa validação **não será contabilizado** no prazo mencionado no item 3.4.2.
- 3.4.4. A verificação das funcionalidades será realizada por meio da **console do produto, interface gráfica, interface de linha de comando, inspeção física visual ou demonstração prática**. Quaisquer discrepâncias deverão ser esclarecidas de forma clara e inequívoca pela **CONTRATADA**.
- 3.4.5. Constatando-se defeitos ou falhas nos materiais que prejudiquem sua utilização, a **CAIXA** poderá colocar parte ou a totalidade do material defeituoso à disposição da **CONTRATADA**, que deverá substituí-lo no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da solicitação. Todos os custos de retirada e reposição serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**.
- 3.4.6. A **CAIXA** se reserva o direito de utilizar, sob sua responsabilidade, materiais com irregularidades até a efetiva substituição, sempre que a indisponibilidade puder causar prejuízos operacionais. Nesses casos, a **CONTRATADA** deverá **ressarcir integralmente os lotes com divergências**.

3.5. **Equipamentos superiores e verificações**

- 3.5.1. A **CONTRATADA** poderá propor a entrega de equipamentos tecnologicamente superiores aos especificados na proposta técnica, desde que haja aceite formal da **CAIXA** e que não implique em ônus adicional para a **CAIXA**.

3.5.1.1. A proposta deverá ser formalmente apresentada pela **CONTRATADA**, contendo a descrição técnica dos equipamentos sugeridos e os benefícios comparativos em relação aos originalmente ofertados na proposta comercial.

3.5.2. A **CAIXA** poderá, a qualquer tempo, **consultar o número de série dos equipamentos** (quando físicos) **junto ao fabricante**, para verificação da data de compra e autenticidade.

4. LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS PRODUTOS

4.1. Locais de entrega

4.1.1. A **CONTRATADA** deverá realizar a entrega dos equipamentos (quando aplicável) nos seguintes locais, conforme determinação da **CAIXA**:

Unidade	Endereço	Bairro	Cidade	UF
DTC (COMPLEXO DATACENTER CAIXA/BB)	Parque Tecnológico Capital Digital, lote nº 3, Granja do Torto, CEP 70636-000	Granja do Torto	BRASILIA	DF
CTC (CENTRO TECNOLÓGICO CAIXA)	SIG - Setor de Indústrias Gráficas, quadra 1, lote 685/705, CEP 70.610-410	Setor de Indústrias Gráficas (SIG)	BRASILIA	DF

4.1.2. A **CONTRATADA** deverá estar apta a realizar a entrega e instalação da solução em qualquer outro endereço na cidade de Brasília/DF, conforme necessidade da **CAIXA**, incluindo unidades não listadas acima.

4.1.3. A critério da **CAIXA**, os locais de entrega e instalação poderão ser alterados a qualquer momento, mediante comunicação formal prévia. A **CONTRATADA** deverá adequar-se integralmente às novas localidades indicadas, sem prejuízo dos prazos e condições contratuais estabelecidos.

5. DA GARANTIA

5.1. Vigência e início da garantia

5.1.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer **garantia total mínima de 60 (sessenta) meses** para toda solução, incluindo seus componentes de hardware, software, licenças, contados a partir da data de emissão do **termo de aceite de instalação** pela **CAIXA**.

5.1.2. Caso a **CAIXA** atrase a emissão do termo de aceite de instalação, a contagem da garantia terá início **120 (cento e vinte) dias após a data de entrega dos equipamentos**, independentemente da emissão formal do aceite.

5.2. Obrigações durante o período de garantia

5.2.1. Durante todo o período de garantia, **sem qualquer ônus adicional para a CAIXA**, a **CONTRATADA** deverá:

5.2.1.1. Prestar serviços de **manutenção corretiva e preventiva**, incluindo:

- a) Substituição/atualização de componentes (quando aplicável);
- b) Atualização de firmware e software;
- c) Movimentação de equipamentos (quando aplicável);
- d) Correção de qualquer falha de hardware ou software até o fim do suporte declarado pelo fabricante (*EoS – End of Support*).

5.2.1.2. Restaurar a solução a seu estado normal de funcionamento sempre que houver falhas, por meio de:

- a) Identificação do evento;
- b) Análise do comportamento anômalo;
- c) Abertura de chamados junto ao fabricante;
- d) Substituição de equipamentos defeituosos;
- e) Recuperação de comportamento indesejado.

5.2.1.3. Disponibilizar **suporte técnico 24x7x365**, com substituição de equipamentos (quando houver hardware) ou componentes defeituosos (RMA – *Return Material Authorization*), conforme SLA descritos nos itens 9 (DO ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS) e 10 (DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DE CHAMADOS) deste documento.

5.2.1.4. Prestar assistência técnica corretiva e técnica com substituição de peças, hardware, software e firmware, em regime **ininterrupto (24x7)**, a partir da abertura de chamado técnico pela **CAIXA**.

5.2.1.5. Considera-se chamado qualquer acionamento técnico feito pela **CAIXA** ou por seus representantes.

5.2.1.6. Os serviços de suporte técnico poderão ocorrer **simultaneamente em diferentes equipamentos**, desde que não causem indisponibilidades nos sistemas ou serviços da **CAIXA**.

5.2.1.7. Manter a solução atualizada em relação às últimas versões disponibilizadas pelo fabricante.

5.3. **Acesso a plataformas do fabricante**

5.3.1. A **CONTRATADA** deverá garantir à **CAIXA** acesso às plataformas do fabricante com, no mínimo, os seguintes recursos:

- a) Gestão centralizada com visão de todos os ativos licenciados;
- b) Documentação técnica e recomendações de configuração;
- c) Atualizações corretivas e novas versões de firmware, patches, software e sistemas operacionais;

- d) Comunidade moderada por especialistas do fabricante para dúvidas e recomendações;
- e) Pannel de falhas, alertas de segurança e relatórios de análise com recomendações;
- f) Acesso 24x7 ao suporte técnico direto do fabricante, sem custos adicionais para a **CAIXA**.

5.4. Substituição e sustentação de componentes

- 5.4.1. Substituir peças, partes ou componentes defeituosos (quando aplicável) por itens **novos, sem uso anterior**, homologados pelo fabricante, com capacidade e funcionalidades iguais ou superiores.
- 5.4.2. Coletar e realizar o descarte adequado de peças defeituosas substituídas.
- 5.4.3. Garantir, por no mínimo **60 (sessenta) meses**, o fornecimento de componentes de hardware e/ou software para manutenção, suporte técnico ou ampliação da solução.

5.5. Assistência técnica e logística

- 5.5.1. Efetuar assistência técnica corretiva sempre que a solução apresentar falhas que impeçam seu funcionamento normal ou exijam intervenção especializada.
 - 5.5.1.1. Notificar previamente a **CAIXA** para aprovação ou reagendamento de atividades que exijam parada de equipamentos.
 - 5.5.1.2. Utilizar ferramentas e equipamentos próprios para execução dos serviços, sem ônus para a **CAIXA**.

5.6. Remanejamento de equipamentos

- 5.6.1. Atender, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, às solicitações da **CAIXA** para transferência de equipamentos físicos (quando aplicável), mantendo a garantia vigente.
 - 5.6.1.1. Realizar todas as etapas do remanejamento, incluindo:
 - a) Desligamento;
 - b) Desmontagem;
 - c) Embalagem;
 - d) Transporte;
 - e) Desembalagem;
 - f) Remontagem;
 - g) Religação.

5.6.1.2. O transporte e o seguro de equipamentos físicos, quando houver, serão sempre de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, tanto para movimentações dentro da mesma localidade ou estado de instalação quanto para transferências entre estados, estas limitadas a até 5 (cinco) operações por ano durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para a **CAIXA**.

5.6.1.3. Caso a **CAIXA** determine a transferência de equipamentos após a instalação inicial, para a mesma ou outra localidade, caberá à **CONTRATADA** realizar o transporte seguro, apresentar planejamento logístico detalhado e garantir a integridade dos ativos, bem como a manutenção da garantia dos equipamentos ou componentes pelo período remanescente previsto neste contrato.

5.7. Ferramentas de diagnóstico

5.7.1. Utilizar ferramentas próprias (softwares aplicativos) para facilitar a execução dos serviços e diagnósticos, desde que previamente autorizadas pela **CAIXA**.

5.8. Condições gerais

5.8.1. Todos os serviços descritos neste item deverão ser prestados sem custo adicional à **CAIXA**, durante toda a vigência da garantia.

5.8.2. Os prazos de execução deverão ser acordados previamente entre a **CONTRATADA** e a **CAIXA**.

5.8.3. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste item sujeitará a **CONTRATADA** às **sanções previstas no edital**.

6. DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO

6.1. Definição e abrangência

6.1.1. Entende-se por serviços de suporte técnico a prestação de serviços destinados a **reparar falhas, otimizar políticas, acompanhar atualizações, integrar** com sistemas correlatos (ex: AD/LDAP, CMDB, SIEM, ITSM, orquestradores), garantindo o funcionamento **pleno, correto e seguro** da solução e seus componentes no ambiente da **CAIXA**.

6.1.2. Os serviços de suporte técnico também incluem a prestação de informações técnicas para esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento da solução, assegurando sua perfeita operacionalização.

6.2. Modalidade e disponibilidade

- 6.2.1. O atendimento dos chamados será 24x7x365.
- 6.2.2. A critério da **CAIXA**, os chamados poderão ser atendidos de forma presencial ou remotamente pela **CONTRATADA**, por áudio ou videoconferência, conforme condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.2.3. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CAIXA**:
- 6.2.3.1. Acesso ao seu Centro de Suporte Técnico, via Internet (Web), em tempo integral;
- 6.2.3.2. Número de telefone gratuito com atendimento em português, com pronto atendimento.
- 6.2.4. A **CONTRATADA** deve disponibilizar equipe dedicada dimensionada a atender a volumetria de demandas, sendo esta de grau sênior na referida solução, com experiência comprovada em implantação, design e suporte em Microsegmentação de rede, que fique à disposição de forma presencial em ambiente **CAIXA** em Brasília/DF ou de forma remota e que possa ser acionada por áudio ou videoconferência, durante 40 horas semanais, de segunda à sexta, das 8h às 19h.
- 6.2.5. A **CONTRATADA** deverá providenciar certificados digitais para os seus colaboradores para acesso ao ambiente da **CAIXA**, sempre que assim for definido pela **CAIXA**.
- 6.2.5.1. O Certificado Digital deve ser emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) vinculada à ICP-Brasil.
- 6.2.5.2. O certificado digital deve ser armazenado preferencialmente em smart cards ou cartões inteligentes.
- 6.3. **Atividades obrigatórias de suporte técnico**
- 6.3.1. A **CONTRATADA** deverá executar, no mínimo, as seguintes atividades como parte do suporte técnico:
- 6.3.1.1. Corrigir falhas ou inconsistências detectadas, garantindo o funcionamento pleno e seguro da solução.
- 6.3.1.2. Acompanhar e executar, quando solicitado pela **CAIXA**, operações e janelas técnicas de desligamento e religamento (POWER OFF/ON) dos equipamentos (quando aplicável), bem como manutenções elétricas nos ambientes relacionados ao objeto do contrato.

- 6.3.1.3. Acompanhar o status dos chamados via Internet, com envio de notificações por e-mail, telefone ou outro meio disponível.
- 6.3.1.4. Pesquisar em base de conhecimento técnico, incluindo:
- a) Alertas de produtos;
 - b) Comunicados de descontinuidade;
 - c) Instruções de instalação;
 - d) Artigos técnicos;
 - e) Documentação de produtos;
 - f) Disponibilização de patches e informações sobre bugs documentados.
- 6.3.1.5. Configurar os componentes da solução para funcionamento integrado ao ambiente de sistemas internos da **CAIXA**, visando melhor desempenho e aproveitamento da solução.
- 6.3.1.6. Prestar suporte à integração da solução com o ambiente operacional da **CAIXA**, incluindo:
- a) Análise técnica;
 - b) Configuração dos equipamentos;
 - c) Emissão de parecer técnico com recomendações e resolução de problemas.
- 6.3.1.7. Administrar e analisar falhas no ambiente objeto do contrato.
- 6.3.1.8. Prestar suporte preventivo e proativo, visando máximo desempenho dos sistemas e aplicações da **CAIXA**.
- 6.3.1.9. Participar do planejamento e execução de serviços em conjunto com a equipe de administração do ambiente, incluindo janelas de manutenção programadas (pré, durante e pós-implantação), sem limitação de quantidade para a equipe de suporte técnico.
- 6.3.1.10. Emitir, quando solicitado pela **CAIXA**, relatórios técnicos com parecer e recomendações.
- 6.3.1.11. Gerar e analisar, de forma tempestiva, *dumps*, *crashes* e *hangs* da solução.
- 6.3.1.12. A **CONTRATADA** deverá fornecer todos os recursos necessários para essas análises, incluindo software, hardware e dispositivos de armazenamento.
- 6.3.1.13. Desenvolver e manter dashboards personalizados com indicadores críticos (KPIs) com base em dados de telemetria e alertas.

- 6.3.1.14. Configurar e ajustar políticas de alertas da plataforma, garantindo a detecção proativa de falhas e degradações.
- 6.3.1.15. Apoiar a integração com plataformas no ambiente CAIXA como AD/LDAP, SIEM/SOAR, ITSM, CMDB, NGFW, Fabric ACI, ADC e orquestração/automação.
- 6.3.1.16. Manter atualizado o registro de todos os ativos (agentes, appliances, licenças, integrações) no CMDB da **CAIXA**, refletindo toda alteração relevante.
- 6.3.1.17. Configurar e gerenciar o controle de acesso baseado em função (RBAC) no console de gerenciamento, conforme diretrizes de segurança da **CAIXA**.
- 6.3.1.18. Implementar automações para abertura de incidentes no ITSM a partir de falhas detectadas na solução, bem como desenvolver itens de catálogo para provisionamento via autoatendimento.
- 6.3.1.19. Desenvolver *runbooks* de automação para a equipe de operações, promovendo a cultura *NetDevOps* e a mentalidade de infraestrutura como código, incluindo testes automatizados de conformidade e *linting*.
- 6.3.1.20. Apoiar a gestão de crises e investigação de incidentes junto ao fabricante.
- 6.3.1.21. Apoiar a replicação de cenários de falha em ambiente de laboratório para acelerar a identificação e correção de problemas complexos.
- 6.3.1.22. Realizar auditorias periódicas das políticas de segurança aplicadas na plataforma, garantindo conformidade com os padrões definidos.

6.4. **Atualizações e evolução tecnológica**

- 6.4.1. Manter a **CAIXA** informada sobre:
 - a) Versões e atualizações disponíveis;
 - b) Alterações e correções;
 - c) Vulnerabilidades dos componentes da solução.
- 6.4.2. Disponibilizar, sem custo adicional, todas as novas versões, funcionalidades e releases dos componentes da solução lançados durante a vigência do contrato.
- 6.4.3. Fornecer manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a correta utilização das atualizações.

6.4.4. Informar e disponibilizar à **CAIXA**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após o lançamento, todas as versões e atualizações estáveis.

6.5. **Reuniões técnicas e acompanhamento**

6.5.1. Realizar, no mínimo, uma reunião técnica anual com a **CAIXA** para:

- a) Discutir problemas verificados;
- b) Avaliar soluções adotadas;
- c) Propor melhorias no ambiente.

6.5.2. Priorizar o uso de audioconferência e videoconferência para essas reuniões.

6.5.3. Realizar reuniões presenciais em Brasília/DF, sempre que solicitado pela **CAIXA**.

6.5.4. Adotar práticas de metodologias ágeis (Scrum/Kanban) na organização das atividades técnicas, incluindo:

- a) Organização e priorização do backlog técnico;
- b) Facilitação de cerimônias ágeis (*Sprint Planning, Daily Stand-ups, Sprint Review, Retrospectives*);
- c) Coleta e apresentação de métricas de desempenho da equipe (velocidade, tempo de ciclo, taxa de entrega e taxa de retrabalho);
- d) Remoção de impedimentos técnicos e organizacionais;
- e) Apoio à gestão de crises e investigação de incidentes junto ao fabricante.

6.6. **Abrangência do suporte**

6.6.1. Estender os serviços de suporte técnico a **todos os novos componentes que venham a ser incorporados** à solução durante a vigência do contrato e da garantia.

7. **DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO**

7.1. **Disponibilização de suporte técnico especializados**

7.1.1. A **CAIXA** disporá de um banco de 2400 horas a serem utilizadas durante toda a vigência do contrato, para a realização do suporte técnico especializado do fabricante, sob demanda, de acordo com as suas necessidades.

7.1.2. A equipe técnica especializada deverá ser composta por:

- a) **Equipe de especialista(s) do fabricante, dimensionada a volumetria deste edital**, com certificações **de último nível da solução ofertada**.

7.2. Objetivo e disponibilidade do serviço

7.2.1. O serviço tem como objetivo:

- a) Aumentar a segurança da rede;
- b) Melhorar o desempenho da solução;
- c) Elevar eficiência operacional da infraestrutura;
- d) Orientar sobre a operação e administração da solução.

7.2.2. A alocação dos profissionais deverá ocorrer **preferencialmente em horário comercial** (segunda a sexta-feira, das 9h às 18h), podendo ser estendida para **janelas críticas e situações de crise**, mediante solicitação da **CAIXA**.

7.2.2.1. A equipe de especialista(s) deverá estar alocada conforme o horário comercial estabelecido no item 7.2.2, com possibilidade de extensão para janelas críticas e situações de crise, mediante solicitação da **CAIXA**.

7.2.2.2. Caso o contrato seja **aditivado**, o número mínimo de janelas de manutenção deverá ser proporcionalmente ampliado, conforme o **percentual de aditivo aplicado**, mantendo-se o critério de planejamento e necessidade da **CAIXA**.

7.3. Atividades técnicas especializadas

7.3.1. A **CONTRATADA** deverá garantir a execução das seguintes atividades pelo time especializado:

7.3.1.1. Atuar como **suporte técnico consultivo** para os produtos e tecnologias da solução contratada.

7.3.1.2. Trabalhar em conjunto com os técnicos da **CAIXA** na **análise e solução de incidentes e problemas**, bem como atuar de forma proativa para garantir a estabilidade e segurança da rede.

7.3.1.3. Antecipar-se a possíveis falhas, atuando de forma **proativa e preventiva**.

7.3.1.4. Revisar problemas conhecidos e fornecer observações técnicas relevantes.

7.3.1.5. Apoiar o **planejamento e execução de configurações e atualizações** da solução/componentes.

7.3.1.6. Otimizar o gerenciamento dos agentes em conjunto com a equipe da **CAIXA**.

7.3.1.7. Realizar **análise técnica dos dispositivos e softwares**, identificando vulnerabilidades, instabilidades ou gargalos de desempenho, e recomendar melhorias.

- 7.3.1.8. Avaliar a conformidade das configurações com as **melhores práticas** do fabricante.
- 7.3.1.9. Participar na definição de planejamento de capacidade para o pleno funcionamento da solução ao longo da vigência da garantia da solução;
- 7.3.1.10. Apoiar a prospecção e a instalação assistida de componentes da solução de Microsegmentação.
- 7.3.1.11. Fazer o direcionamento de questões relacionadas à integração da solução com ferramentas externas e outras tecnologias;
- 7.3.1.12. Planejar atividades de teste de contingência (Disaster/Recovery) do ambiente da solução
- 7.3.1.13. Utilizar o **portal de alertas da Solução** para gerar análises e recomendações preventivas.
- 7.3.1.14. Integrar com ferramentas de automação e orquestração, mediante solicitação da **CAIXA**.
- 7.3.1.15. A **CAIXA** poderá acionar o suporte técnico especializado por meio de um chamado técnico a ser aberto via telefone, e-mail e/ou ferramenta da **CAIXA** de gerenciamento de chamados.
- 7.3.1.16. A **CONTRATADA** terá até 5 dias úteis após a solicitação da **CAIXA** para definir a quantidade de horas necessárias à execução do serviço.
- 7.3.1.17. A **CONTRATADA** terá até 3 dias úteis após o aceite da **CAIXA** em relação ao item anterior para iniciar a execução do serviço solicitado pela **CAIXA**.
- 7.3.1.18. Somente após o ateste da **CAIXA** quanto à definição de horas prevista pela **CONTRATADA**, esta poderá iniciar a execução do serviço.
- 7.3.1.19. Só serão pagas as horas utilizadas durante a vigência do contrato, mediante ateste da **CAIXA**.
- 7.3.1.20. As horas previstas no contrato, quando do atendimento presencial, deverão ser prestadas nas dependências da **CAIXA** em Brasília/DF ou, a critério da **CAIXA**, em outros destinos previamente acordados entre as partes.
- 7.3.1.21. A **CAIXA** se reserva o direito de alterar os locais de prestação do suporte técnico especializado aos componentes da solução de acordo com suas necessidades, sem ônus adicionais para a **CAIXA**.

7.3.1.22. Qualquer mudança de local de suporte técnico especializado à solução, que venha a implicar em alteração de endereço, deverá ser comunicada pela **CAIXA à CONTRATADA**.

8. DA GESTÃO DE OPERAÇÕES E ESCALONAMENTO

8.1. Disponibilização de recurso dedicado

8.1.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um recurso para gestão operacional do contrato, com as seguintes responsabilidades:

- a) Atuar como ponto de contato primário para escalonamento e acompanhamento de soluções junto ao fabricante, com acesso prioritário a(os) especialista(s) designado(s) pela Fabricante.
- b) Gerenciar chamados técnicos (Service Requests), promovendo resolução rápida de problemas da solução e melhoria da disponibilidade dos sistemas essenciais ao negócio.
- c) Trabalhar de forma recorrente com o cliente, cultivando relacionamento profissional próximo e conhecimento aprofundado do ambiente da solução e dos processos operacionais.
- d) Coletar e analisar informações sobre a operação do cliente, utilizando esses dados para acelerar a resolução de problemas.
- e) Realizar análise de defeitos por especialistas familiarizados com o ambiente do cliente, garantindo suporte personalizado e consistente.
- f) Prover acesso a suporte em idioma local durante o horário comercial e em inglês nas demais horas.
- g) Oferecer abordagem holística da solução, expandindo o foco para toda a infraestrutura instalada e promovendo rápida resolução de problemas.
- h) Disponibilizar número especial de telefone para reportar problemas técnicos diretamente à equipe de engenheiros da Fabricante.

8.1.2. O profissional responsável deverá estar disponível conforme as necessidades da **CAIXA**, podendo atuar presencialmente ou remotamente, com flexibilidade para atendimento em situações críticas.

8.2. Relatórios e indicadores operacionais

8.2.1. A **CONTRATADA** deverá realizar visita trimestral para apresentação de relatório de controle operacional, contendo:

- a) Disponibilidade das soluções contratadas;
- b) Qualidade do atendimento (tempo de resposta e resolução);
- c) Identificação de falhas recorrentes;
- d) Análise de tendências e oportunidades de melhoria;
- e) Sessões de orientação sobre melhores práticas;
- f) Comunicação de mudanças relevantes na rede da **CAIXA**.

8.3. Condições gerais

- 8.3.1. Todos os serviços descritos neste item deverão ser prestados **sem custo adicional**, durante toda a vigência da garantia.

9. DO ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS

9.1. Integração de sistemas

- 9.1.1. A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente integrar seu sistema de controle de chamados com o sistema de atendimento da **CAIXA**.
- 9.1.2. As orientações técnicas para essa integração estão descritas no documento anexo “Integração Fornecedores Orientações Conexão Webservice.pdf”.
- 9.1.3. A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato, para concluir a integração.

9.2. Identificação e registro de chamados

- 9.2.1. O número do chamado gerado no sistema da **CAIXA** será a **referência principal** para todas as tratativas, incluindo acompanhamento, encerramento, glosas e penalidades.
- 9.2.2. A ferramenta da **CONTRATADA** deverá:
- a) Estar integrada à ferramenta de gestão de serviços da **CAIXA**;
 - b) Registrar todo o histórico do chamado;
 - c) Permitir que todas as tratativas ocorram dentro da plataforma da **CAIXA**.
- 9.2.3. Em caso de indisponibilidade da ferramenta da **CAIXA**, ou por decisão da própria **CAIXA**, os chamados poderão ser abertos por:
- a) Telefone (0800);
 - b) Internet (Web);
 - c) Correio eletrônico;
 - d) Solução de “*call home*”.

- 9.2.4. Quando o chamado for aberto fora da ferramenta da **CAIXA**, a **CONTRATADA** deverá fornecer número de protocolo para acompanhamento e posterior registro no sistema da **CAIXA**.

9.3. **Conclusão e fluxo de atendimento**

- 9.3.1. A **CONTRATADA** deverá concluir o chamado **no momento da resolução definitiva**, com registro feito diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento da **CONTRATADA**, via interface com o sistema da **CAIXA**.
- 9.3.2. Em caso de atendimento in loco e indisponibilidade de estação, o técnico deverá contatar a Central da **CONTRATADA** para registrar a conclusão.
- 9.3.3. A **CAIXA** poderá, a qualquer tempo, solicitar **alterações no fluxo de integração** entre os sistemas. A **CONTRATADA** terá até **30 (trinta) dias** para implementar as mudanças solicitadas.

9.4. **Central de atendimento**

- 9.4.1. A **CONTRATADA** deverá informar, em até **5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, os seguintes dados:
- a) Telefone e e-mail da central de atendimento;
 - b) Dois contatos alternativos (telefone e e-mail) para contingência.
- 9.4.2. A **CONTRATADA** deverá manter central de atendimento **operando 24 horas por dia, 7 dias por semana**, com atendimento gratuito em português.

9.5. **Responsabilidades da CONTRATADA**

- 9.5.1. A **CONTRATADA** será responsável por:
- a) Abertura e acompanhamento de chamados junto ao fabricante;
 - b) Implantação das soluções acordadas com a **CAIXA**;
 - c) Inclusão de chamados abertos via “call home”.
- 9.5.2. O atendimento deverá ser iniciado conforme os prazos definidos neste item, contados de forma **corrida** a partir da abertura do chamado.
- 9.5.3. O tempo de solução **não será contabilizado** quando a pendência estiver sob responsabilidade da **CAIXA** (ex: envio de documentação).
- 9.5.4. O atendimento deverá ocorrer nas **localidades de instalação dos equipamentos (quando aplicável)**.

9.5.5. A solução do problema deverá ser concluída nos prazos definidos, considerando:

- a) **Solução operacional:** retorno funcional temporário;
- b) **Solução definitiva:** correção completa da causa raiz.

9.5.6. O chamado somente poderá ser encerrado **após autorização da CAIXA**.

9.6. **Qualidade e transparência**

9.6.1. A qualidade dos serviços será aferida conforme critérios estabelecidos neste item.

9.6.2. A **CONTRATADA** deverá garantir acesso à documentação técnica e registros de bugs fornecidos pelo fabricante.

9.6.3. A **CONTRATADA** deverá realizar **revisões preventivas periódicas** dos ambientes, com foco em:

- a) Identificação de problemas relacionados a novos produtos ou versões;
- b) Recomendação de updates, fixes, alertas de segurança e patches críticos.

9.6.4. As ações preventivas deverão ser realizadas **em conjunto com o fabricante**, conforme item 7 (Suporte Técnico Especializado).

9.7. **Abrangência e continuidade**

9.7.1. Todos os termos deste item deverão ser cumpridos durante **toda a vigência do contrato e da garantia**.

9.7.2. A **CAIXA** poderá autorizar que chamados sejam abertos, acompanhados e encerrados por equipe própria ou terceirizada.

9.8. **Acesso a serviços do fabricante**

9.8.1. A **CONTRATADA** deverá garantir à **CAIXA**:

9.8.1.1. Acesso ao centro de suporte técnico do fabricante, com atendimento 24x7.

9.8.1.2. Permissão para abertura e acompanhamento de chamados via:

- a) Internet (Web);
- b) Correio eletrônico;
- c) Telefone gratuito.

9.8.1.3. Acesso à documentação técnica do fabricante, incluindo:

- a) Documentação via Internet, sem custos adicionais;
- b) Informações sobre bugs documentados;
- c) Ferramentas de diagnóstico de falhas de hardware e software.

9.9. Penalidades

- 9.9.1. O descumprimento de quaisquer obrigações deste item sujeitará a **CONTRATADA** à multa de **0,05% do valor global do contrato por dia de atraso**, limitada a **10% do valor total**.

10. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DE CHAMADOS**10.1. Classificação de severidade dos chamados**

Severidade	Descrição
1 - Crítica	Situação em que o produto se encontra totalmente inoperante, sem qualquer solução de contorno viável. Há impacto direto e imediato em sistemas ou serviços produtivos essenciais que dependem do ativo.
2 - Alta	Problema no produto que gera perda de redundância ou impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.
3 - Média	Problema contornável que não gera perda de redundância ou qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.
4 - Baixa	Demandas de natureza consultiva, como dúvidas técnicas, esclarecimentos sobre funcionalidades ou uso dos produtos.

10.2. Prazos de atendimento por severidade

Severidade	Prazo de atendimento			
	TMIA	TMSO	TMSDC	TMED
1	15 minutos	2 horas	48 horas	-
2	30 minutos	12 horas	72 horas	-
3	2 horas	48 horas	120 horas	-
4	2 horas	-	-	72 horas

Importante: Todos os prazos são contados a partir da abertura do chamado, independentemente do canal utilizado (telefone, e-mail, sistema, etc.).

10.2.1. Definições dos indicadores

- **TMIA – Tempo Máximo para Início de Atendimento:** Tempo máximo para início do atendimento ao chamado, podendo ser iniciado por telefone.
- **TMSO – Tempo Máximo para Solução Operacional:** Tempo para contornar o problema e restabelecer a operação com redundância.
- **TMSDC – Tempo Máximo para Solução Definitiva do Chamado:** Tempo para resolver definitivamente a causa do problema.
- **TMED – Tempo Máximo para Esclarecimento de Dúvida:** Tempo para responder dúvidas técnicas ou consultas sobre os produtos.

10.3. Condições gerais de atendimento

- 10.3.1. A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente todos os prazos estabelecidos neste item durante toda a vigência contratual.
- 10.3.2. A **CONTRATADA** será responsável por todas as despesas com deslocamento de equipamentos para correção de problemas técnicos ou ajustes de configuração, sem qualquer ônus para a **CAIXA**.
- 10.3.3. Não será permitida a alegação de falta de peças ou demais insumos **como motivo de força maior** e não isentará a **CONTRATADA** das penalidades por descumprimento dos prazos.
- 10.3.4. A **CONTRATADA** deverá manter registros auditáveis de todos os tempos e ações executadas, disponíveis para auditoria da **CAIXA**.
- 10.3.5. A **CAIXA** poderá reabrir chamados caso o atendimento não seja satisfatório, mantendo-se os prazos e condições originais.

10.4. **Finalização e validação dos serviços**

- 10.4.1. Ao final de cada atendimento, o técnico da **CONTRATADA** deverá realizar testes com os equipamentos ou softwares, em conjunto com técnico da **CAIXA** ou equipe terceirizada, conforme critérios definidos pela **CAIXA**, para validar a solução aplicada.
- 10.4.2. Quando solicitado pela **CAIXA**, a **CONTRATADA** deverá **emitir relatório técnico detalhado**, contendo:
- a) Causa raiz do problema;
 - b) Solução adotada;
 - c) Evidências de restabelecimento.
- 10.4.3. O relatório deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias corridos** após a solicitação.

10.5. **Penalidades por descumprimento de prazos**

10.5.1. **Multas por Indicador**

Indicador	Fórmula da Cálculo	Multa Aplicável
TMIA	(Data/hora do início real do atendimento – data/hora abertura do chamado)	0,01% do valor do contrato por hora ou fração
TMSO	((data/hora da solução operacional - data/hora da	Severidade 1: 0,03% do valor do

	abertura do chamado) - tempo sob responsabilidade da CAIXA))	contrato por hora ou fração Severidade 2: 0,02% do valor do contrato por hora ou fração Severidade 3: 0,01% do valor do contrato por hora ou fração
TMSDC	((data/hora da solução definitiva - data/hora da abertura do chamado) - tempo sob responsabilidade da CAIXA))	Severidade 1: 0,02% do valor do contrato por hora ou fração Severidade 2: 0,015% do valor do contrato por hora ou fração Severidade 3: 0,005% do valor do contrato por hora ou fração
TMED	(data/hora da resposta - abertura do chamado)	0,001% do valor do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado

Nota: Quando a duração do atraso não for múltiplo exato de hora, será arredondado para o múltiplo imediatamente superior.

10.6. **Regras complementares**

- 10.6.1. As multas são cumulativas por hora/fração de atraso e por chamado.
- 10.6.2. A apuração dos indicadores será mensal, com base nos chamados fechados no período.
- 10.6.3. Chamados de severidade 2, 3 e 4 que excederem os prazos serão automaticamente escalados para o nível superior, com ajuste proporcional de prazos e multas.
- 10.6.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório mensal consolidado até o 5º dia útil do mês subsequente, contendo:
 - a) Datas e horários de abertura, atendimento, solução;
 - b) Identificação do hardware/software/localidade;

- c) Severidade e número do chamado;
- d) Descrição do problema e solução;
- e) Justificativas para atrasos;
- f) Consolidado dos chamados fora do SLA.

10.6.5. A não apresentação do relatório mensal sujeita a **CONTRATADA** à multa de **0,03% por dia de atraso**, limitada a **10% do valor global do contrato**.

11. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

11.1. Passaportes de treinamento

11.1.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CAIXA** 5 turmas de até 12 **pessoas** para treinamentos técnicos da solução, sendo cada vaga orientada a um passaporte (*voucher*) de treinamento, perfazendo 60 passaportes divididos em 5 turmas.

11.1.2. Os passaportes deverão ser entregues em **até 30 (trinta) dias corridos** a partir da data da solicitação formal da **CAIXA**, podendo ser solicitados a qualquer momento durante a vigência da garantia da solução.

11.2. Estrutura e objetivos dos treinamentos

11.2.1. Os treinamentos deverão ter ementa personalizada para a solução adquirida e apta a capacitar os participantes a:

- a) Operar plenamente os equipamentos e/ou software/agentes fornecidos;
- b) Implementar e configurar funcionalidades conforme as necessidades da **CAIXA**;
- c) Diagnosticar e solucionar problemas relacionados aos equipamentos e/ou software/agentes;
- d) Avaliar e propor melhorias de desempenho e performance;
- e) Realizar planejamento de capacidade e desempenho.

11.2.2. Os cursos deverão constar no calendário oficial do fabricante no Brasil.

11.2.3. Treinamentos básicos e avançados deverão ser ofertados preferencialmente na modalidade presencial. Caso não haja disponibilidade, será permitida a modalidade online.

- 11.2.4. Os treinamentos deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, com carga horária semanal mínima de 30 (trinta) horas, salvo exceções justificadas e previamente autorizadas pela **CAIXA**.
- 11.2.5. Treinamentos complementares poderão ser ofertados exclusivamente na modalidade online.
- 11.2.6. Em ambas as modalidades, deverão ser fornecidos:
- a) Material didático completo;
 - b) Acesso a laboratórios práticos.
- 11.2.7. Os treinamentos deverão ser ministrados em português do Brasil. O material didático poderá ser fornecido em português do Brasil ou inglês dos EUA.
- 11.3. **Local, logística e custos**
- 11.3.1. A critério da **CAIXA**, os treinamentos poderão ser realizados de forma presencial ou remota.
- 11.3.2. Quando presenciais, deverão ocorrer em Brasília, com turma de até 12 (doze) participantes, salvo exceções justificadas pela **CAIXA**.
- 11.3.3. Se o treinamento ocorrer nas dependências da **CONTRATADA**, em território nacional, os custos de deslocamento dos técnicos da **CAIXA** serão de responsabilidade da própria **CAIXA**.
- 11.3.4. Se o treinamento ocorrer nas dependências da **CAIXA**, os custos de deslocamento do instrutor e entrega do material didático serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 11.4. **Planejamento, avaliação e certificação**
- 11.4.1. Após a assinatura do contrato, a **CAIXA** e a **CONTRATADA** deverão elaborar, em conjunto, um plano de utilização dos passaportes de treinamento.
- 11.4.2. Ao final de cada evento, os participantes que obtiverem no mínimo 80% de presença deverão receber certificado de participação emitido pela **CONTRATADA** ou pelo fabricante.
- 11.4.3. Será realizada pesquisa de satisfação com os participantes ao final de cada treinamento.
- 11.4.4. Os critérios e itens avaliados deverão ser definidos em comum acordo entre a **CONTRATADA** e a **CAIXA**, e formalizados em documento específico.

11.4.5. Caso o curso não atinja avaliação mínima de 70% de satisfação geral ou em qualquer subcategoria, a **CONTRATADA** deverá realizar nova transferência de conhecimento no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sem ônus adicional para a **CAIXA**.

11.4.6. Cada profissional indicado pela **CAIXA** para uso dos passaportes terá direito a realizar uma (1) prova de certificação, relacionada ao objeto deste certame, sem qualquer custo adicional para a **CAIXA**.

11.5. **Penalidade por Descumprimento**

11.5.1. O descumprimento de qualquer cláusula deste item sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de multa de **0,05% por dia de atraso**, calculada sobre o valor do(s) equipamento(s) relacionado(s), **limitada a 10% do valor total do contrato**.

12. **PLANO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. **Avaliação de Desempenho**

12.1.1. A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente participar de pesquisas de avaliação de desempenho da execução contratual, sempre que forem realizadas pela **CAIXA**.

12.1.2. As avaliações poderão ocorrer a qualquer momento durante a vigência do contrato, a critério exclusivo da **CAIXA**.

12.1.3. Os critérios de avaliação poderão incluir, mas não se limitam a:

- a) Qualidade dos serviços prestados;
- b) Qualificação técnica e conduta dos profissionais alocados;
- c) Efetividade na execução das atribuições do gerente e/ou preposto do contrato;
- d) Capacidade de negociação e relacionamento institucional;
- e) Cumprimento de ações de melhoria previamente acordadas;
- f) Grau de satisfação geral da **CAIXA**;
- g) Outros aspectos relevantes à execução contratual.

12.2. **Comunicação de resultados e plano de melhoria**

12.2.1. A **CAIXA** informará formalmente à **CONTRATADA** o conceito obtido na avaliação de desempenho.

12.2.2. Caso o conceito obtido seja inferior ao limite mínimo de desempenho previamente definido e comunicado pela **CAIXA**, será exigida a apresentação de um Plano de Melhoria.

12.2.3. O Plano de Melhoria deverá conter:

- a) Diagnóstico dos pontos críticos identificados;
- b) Ações corretivas e preventivas objetivas;
- c) Prazos definidos para execução de cada ação;
- d) Responsáveis designados por cada medida;
- e) Indicadores de acompanhamento e metas de melhoria.

12.2.4. O Plano de Melhoria estará sujeito à homologação formal pela **CAIXA**.

12.3. **Fiscalização e Sanções**

12.3.1. O não atendimento à exigência de apresentação do Plano de Melhoria no prazo estabelecido pela **CAIXA** sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no contrato, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Aplicação de penalidades contratuais;
- b) Rejeição de faturas;
- c) Suspensão de pagamentos;
- d) Rescisão contratual por descumprimento.

12.3.2. A **CAIXA** poderá realizar fiscalizações periódicas ou extraordinárias para verificar a execução das ações previstas no Plano de Melhoria.

12.3.3. A **CONTRATADA** deverá garantir acesso irrestrito às informações, registros e evidências que comprovem a execução das ações previstas.

12.3.4. A reincidência em avaliações insatisfatórias poderá ensejar a aplicação de penalidades adicionais, conforme previsto no contrato.

13. **NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL**

13.1. Finalidade e Aplicação

13.1.1. A **CAIXA** poderá, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, emitir notificação formal à **CONTRATADA** sempre que for identificado:

- a) Descumprimento total ou parcial de cláusulas contratuais;
- b) Cumprimento irregular de obrigações contratuais;
- c) Descumprimento de prazos estabelecidos;
- d) Não atendimento de solicitações formais da **CAIXA**.

13.1.2. A notificação terá como objetivo exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais e advertir a **CONTRATADA** quanto à possibilidade de instauração de processo administrativo de penalidade, conforme previsto no item 13 (Sanções) deste contrato.

13.2. Classificação e Efeitos

13.2.1. A notificação será aplicada, preferencialmente, em casos de faltas classificadas como leves, assim entendidas aquelas que:

- a) Não acarretem prejuízos diretos ou indiretos à **CAIXA**;
- b) Não comprometam a continuidade da prestação dos serviços;
- c) Possuam caráter pontual e não reincidente.

13.2.2. A emissão de notificação não exime a **CONTRATADA** da obrigação de corrigir imediatamente a falha identificada, nem impede a aplicação de outras sanções previstas contratualmente em caso de reincidência ou agravamento da infração.

13.2.3. A reincidência de notificações operacionais poderá ser considerada agravante em processos administrativos futuros, inclusive para fins de aplicação de penalidades mais severas, conforme previsto nos itens 11 (Gestão e Fiscalização) e 13 (Sanções).

13.3. Procedimentos e Registro

13.3.1. A notificação será formalizada por escrito, com detalhamento da infração, data da ocorrência, cláusula infringida e prazo para correção.

13.3.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar resposta formal à notificação no prazo máximo **de 5 (cinco) dias úteis**, informando as providências adotadas para correção da não conformidade.

13.3.3. Todas as notificações e respectivas respostas serão registradas no histórico contratual da **CONTRATADA** e poderão ser utilizadas como base para avaliação de desempenho, aplicação de penalidades e decisões futuras da **CAIXA**.

14. SANÇÕES

14.1. Penalidades por Desempenho Insatisfatório

14.1.1. Caso o descumprimento de obrigações contratuais resulte em descontos mensais iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do valor da fatura por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses não consecutivos, a **CONTRATADA** ficará sujeita à aplicação de multa adicional.

14.1.2. A multa prevista será **de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal** por ocorrência, limitada a **10% (dez por cento) do valor da fatura correspondente** ao mês da infração.

14.1.3. A reincidência nos casos descritos neste item poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais mais severas, incluindo a rescisão contratual por descumprimento, conforme previsto na legislação aplicável e nas cláusulas gerais do contrato.

14.2. Penalidades por Omissão de Relatórios

14.2.1. O não fornecimento do relatório consolidado dos chamados até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de **multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato** por dia de atraso, limitada a **10% do valor total do contrato**.

14.2.2. O relatório mencionado deverá conter, no mínimo, os dados exigidos no item de gestão técnica contratual, incluindo:

- a) Datas e horários de abertura, atendimento e solução dos chamados;
- b) Identificação dos ativos e localidade;
- c) Severidade e número do chamado;
- d) Descrição do problema e da solução;
- e) Justificativas para atrasos;

f) Consolidado dos chamados fora do SLA.

14.2.3. A ausência ou entrega incompleta do relatório será considerada inadimplemento contratual, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades previstas neste item.

14.3. **Penalidades por atraso na integração com a Central de Atendimento**

14.3.1. O descumprimento dos prazos estabelecidos para integração com a Central de Atendimento da **CAIXA** implicará na aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato por dia de atraso.

14.3.2. A contagem do prazo de atraso será feita a partir da data limite estabelecida contratualmente ou formalmente comunicada pela **CAIXA**.

14.3.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, quando solicitado, evidências documentais que comprovem a conclusão da integração, sob pena de continuidade da contagem de dias para fins de penalidade.

14.4. **Disposições gerais**

14.4.1. As penalidades previstas neste item são independentes e cumulativas em relação a outras sanções previstas no contrato, inclusive aquelas descritas nos itens de prazos de atendimento, desempenho técnico, plano de melhoria e transferência de conhecimento.

14.4.2. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de notificação formal à **CONTRATADA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

14.4.3. A reincidência nas infrações previstas neste item poderá ensejar a aplicação de penalidades adicionais, inclusive a rescisão contratual por descumprimento, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais cabíveis.

15. **FORMA DE PAGAMENTO**

15.1. **Responsabilidade pelo ateste**

15.1.1. A **GETEL03**, getel03@caixa.gov.br será a unidade responsável pelo ateste das faturas decorrentes da presente contratação.

15.1.2. As faturas deverão ser emitidas e entregues à **CEGTI02** (cegti02@caixa.gov.br) para as providências de ateste e posterior encaminhamento para pagamento.

15.1.3 A **CONTRATADA** poderá emitir notas fiscais segregadas por natureza do objeto contratado, de forma a discriminar, em documentos fiscais distintos, os valores referentes a: (i) hardware, quando aplicável; e (ii) software, licenças, subscrições ou serviços correlatos. A segregação deverá observar as regras fiscais, contábeis e tributárias vigentes, bem como facilitar a classificação orçamentária, o ateste técnico e o processamento financeiro pela **CAIXA**. A emissão separada não altera o prazo contratual, a forma de prestação dos serviços, nem a responsabilidade integral da **CONTRATADA** sobre o conjunto da solução fornecida.

15.2. **Condições e prazos de pagamento**

15.2.1. A **CAIXA** efetuará o pagamento à **CONTRATADA** no **15º (décimo quinto) dia útil após o recebimento da nota fiscal/fatura**, desde que:

- a) Haja o ateste da área responsável;
- b) Todas as cláusulas contratuais tenham sido integralmente cumpridas;
- c) A documentação esteja em conformidade com a legislação vigente.

15.2.2. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente mantida pela **CONTRATADA**, obrigatoriamente em agência da **CAIXA**.

15.2.3. O prazo de pagamento será automaticamente prorrogado na mesma proporção de eventual atraso na entrega da nota fiscal e/ou fatura por parte da **CONTRATADA**.

15.3. **Etapas, condições e percentuais de pagamento**

Etapas	Valor	Condição de Pagamento	Prazo de entrega/execução
Entrega de licenças dos agentes / subscrição.	80% do valor das licenças solicitadas.	Após entrega e conferência de todos os componentes da solução (hardware, software e serviços) mediante ateste da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à efetiva entrega das licenças.
Implantação dos agentes / subscrição	20% do valor das licenças instaladas.	Após a instalação dos agentes / subscrição mediante ateste da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à efetiva instalação das licenças.
Suporte Técnico Especializado	100% das horas solicitadas	Sob demanda, conforme solicitação da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação de serviços, mediante o

			atesto de aceite dos serviços prestados
Transferência de conhecimento	Valor da(s) turma(s) solicitada(s)	Sob demanda, conforme solicitação da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês da realização do treinamento, mediante atesto da CAIXA

15.3.1. A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais/faturas em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

15.4. **Disposições Complementares**

15.4.1. O não cumprimento das condições estabelecidas para cada etapa de pagamento poderá acarretar:

- a) Suspensão do pagamento correspondente;
- b) Aplicação das penalidades previstas no contrato;
- c) Rejeição da fatura até a regularização da pendência.

15.4.2. A **CAIXA** poderá condicionar o pagamento à apresentação de documentos comprobatórios adicionais, como relatórios técnicos, termos de aceite e evidências de execução, conforme exigido execução técnica, e nos itens 11 (transferência de conhecimento) e 12 (gestão e fiscalização).

15.4.3. A **CONTRATADA** deverá manter atualizados seus dados bancários e fiscais junto à **CAIXA**, sendo de sua exclusiva responsabilidade eventuais atrasos decorrentes de inconsistências cadastrais.

16. **PLANO DE SUSTENTAÇÃO**

16.1. **Direitos de Propriedade e Documentação Técnica**

16.1.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer à **CAIXA** todos os manuais técnicos da solução contratada, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Manuais de instalação, configuração e manutenção;
- b) APIs e bibliotecas de programação;
- c) Documentações correlatas e diagramas de arquitetura.

- 16.1.2. A documentação deverá ser entregue em meio digital (preferencialmente em formato PDF) ou, quando solicitado, também em versão impressa.
- 16.1.3. Toda a documentação deverá estar redigida em português do Brasil. Caso não exista versão oficial em português, será aceita a versão em inglês dos EUA, desde que acompanhada de glossário técnico.
- 16.1.4. A **CONTRATADA** deverá atualizar e entregar a documentação sempre que houver:
- a) Ações de suporte que resultem em alterações relevantes na configuração da solução;
 - b) Atualizações tecnológicas, upgrades ou mudanças de versão;
 - c) Substituição de componentes ou alteração de arquitetura.
- 16.1.5. O prazo para entrega da documentação atualizada será de até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão da ação que motivou a atualização.
- 16.2. **Encerramento Contratual**
- 16.2.1. Após o encerramento contratual, deverá ser mantido o acesso da **CAIXA** à plataforma de gerenciamento enquanto perdurarem licenças com validade vigente.
- 16.2.2. Após o encerramento contratual, a **CONTRATADA** deve garantir que a gestão dos agentes / workloads existentes na solução permaneça ativa por um prazo mínimo de 90 dias, de modo a permitir que a **CAIXA** faça a transição para um novo fornecedor, se for o caso.
- 16.2.3. Após o encerramento contratual e o vencimento de todas as licenças adquiridas, a **CONTRATADA** compromete-se a excluir de seus registros todos os dados gerados, disponibilizados e inseridos na solução de forma segura.
- 16.2.4. Deverão ser geradas evidências da exclusão segura da base de dados, de forma que eles não possam ser recuperados ou utilizados para outros fins que não os interesses da **CAIXA**.
- 16.3. **Disposições Complementares**
- 16.3.1. A **CONTRATADA** deverá garantir que a documentação entregue esteja em conformidade com a solução efetivamente instalada e operacional na **CAIXA**.

- 16.3.2. Toda a documentação técnica entregue será de uso exclusivo da **CAIXA**, sendo vedada sua reutilização ou redistribuição pela **CONTRATADA** sem autorização expressa.
- 16.3.3. A **CAIXA** poderá exigir, a qualquer tempo, a reapresentação ou complementação da documentação, especialmente em casos de inconsistência, obsolescência ou divergência com a solução instalada.
- 16.3.4. A não entrega ou atualização do Plano de Sustentação, incluindo a documentação técnica exigida, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de **0,03% do valor global do contrato por dia de atraso**, limitada a **5% do valor total do contrato**.

17. GRAU DE CRITICIDADE EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 17.1. O grau de Criticidade em Segurança da Informação, em conformidade com o Guia **CAIXA** de Diretrizes Gerais de Segurança da Informação e Privacidade, é máximo, de modo que os requisitos a seguir devem ser atendidos.
- 17.2. A **CONTRATADA** deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da **CAIXA**, disponibilizada no site da **CAIXA** (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 17.3. A **CONTRATADA** deve proteger as informações corporativas da **CAIXA** e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 17.4. A **CONTRATADA** deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 17.5. A **CONTRATADA** deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 17.6. A **CONTRATADA** deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

- 17.7. A **CONTRATADA** deve assegurar que os recursos e informações da **CAIXA** colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 17.8. A **CONTRATADA** deve atender às Leis que regulamentam a atividade da **CAIXA** e seu mercado de atuação.
- 17.9. A **CONTRATADA** fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto **SIGILO** em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da **CAIXA**.
- 17.10. A **CONTRATADA** fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da **CAIXA** e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 17.11. A **CONTRATADA** deve comunicar imediatamente à **CAIXA** qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da **CAIXA** ou sob sua responsabilidade.
- 17.12. A **CONTRATADA** deve enviar, anualmente, à **CAIXA** a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 17.13. A **CONTRATADA** deve realizar ou contratar treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo:
- i. Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da **CAIXA**;
 - ii. Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
 - iii. Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
 - iv. Descarte seguro de informação.

- v. Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na **CAIXA**;
- vi. Metodologia e princípios de Privacy by Design e Secure by Design ;
- vii. Conceitos básicos de segurança digital;
- viii. Uso da Internet;
- ix. Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais;
- x. Conhecendo, configurando e usando o dispositivo digital pessoal;
- xi. Mantendo o dispositivo digital pessoal;
- xii. Vulnerabilidades e ameaças do dispositivo digital pessoal;
- xiii. Segurança na Internet;
- xiv. Segurança em redes wi-fi públicas;
- xv. Proteção de redes pessoais;
- xvi. Computação em nuvem;
- xvii. Autenticação no acesso ao sistema e a serviços;
- xviii. Proteção de contas pessoais;
- xix. Mídias sociais;
- xx. Segurança com e-mails;
- xxi. Armazenamento e compartilhamento de dados;
- xxii. Qualidade de vida digital;
- xxiii. Segurança de dados do usuário em viagens;
- xxiv. Segurança e Comportamento em Mídias Sociais;
 - Netiqueta;
 - Construindo seu perfil na Internet;
 - Segurança em mídias sociais;
 - Administrando seu rastro digital;

- Uso saudável de mídias sociais;
- Fake News;
- Jogos online;

xxv. Comunidades digitais;

- Educação na Internet;
- Construindo comunidades digitais cidadãos;
- Empreendedorismo na Internet ;

xxvi. Criptografia;

xxvii. Certificação Digital;

xxviii. Assinatura Digital

xxix. Direito digital;

- Conceitos jurídicos e legislação relacionada à Segurança da informação;
- Direitos autorais;
- Fraudes;
- Assédio virtual;
- Crimes cibernéticos;
- Crimes na Internet;
- Hacktivismo

xxx. Engenharia social (formas defensivas contra Phishing e Smishing)

- 17.14. O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 17.13 será integralmente de responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.
- 17.15. A **CONTRATADA** deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 17.13.
- 17.16. A **CONTRATADA** deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela **CONTRATADA**.
- 17.17. A **CONTRATADA** deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da **CAIXA**, enquanto empresa pública e instituição financeira.

- 17.18. A **CAIXA** poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da **CONTRATADA**, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 17.19. A **CONTRATADA** deverá informar ao **CAIXA**, periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 17.13 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à **CONTRATANTE** até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 17.12, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à **CAIXA** até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 17.20. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à **CONTRATADA** pela **CAIXA** serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela **CAIXA**.
- 17.21. A **CONTRATADA** é responsável por realizar o tratamento das informações da **CAIXA** e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da **CAIXA** estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 17.22. A **CONTRATADA**, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela **CONTRATANTE**, observar e cumprir as regras internas da **CONTRATANTE** quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da **CAIXA**, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 17.23. A **CONTRATADA** é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da **CAIXA** e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 17.24. A **CONTRATADA** deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de

segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à **CONTRATANTE**.

- 17.25. O relatório referido no item anterior deve proporcionar à **CAIXA** identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a **CONTRATADA** está submetida pode impactar os negócios da **CAIXA**.
- 17.26. A **CONTRATADA** garantirá que a **CONTRATANTE**, ou a auditoria independente indicada pela **CONTRATANTE**, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da **CAIXA** tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 17.27. A **CONTRATADA** deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 17.28. A **CONTRATADA** deve reportar imediatamente à **CONTRATANTE** os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 17.29. A **CONTRATADA** deve enviar à **CONTRATANTE**, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 17.30. A **CONTRATADA** deverá informar à **CAIXA**, periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 17.21 e os demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 17.13 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à **CAIXA** anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de relatórios, referidos no item 17.26, enviados à **CONTRATANTE** dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela **CONTRATADA** em percentual, medido anualmente e informado à **CAIXA** anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.
 - c) Quantidade de relatórios, referidos no item 17.31, enviados à **CONTRATANTE** dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela **CONTRATADA** em percentual, medido

anualmente e informado à **CONTRATANTE** anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

- 17.31. A **CONTRATADA** deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da **CAIXA**.
- 17.32. A **CONTRATADA** deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 17.33. A **CONTRATADA** deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 17.34. A **CONTRATADA** deve apresentar, sempre que requerido pela **CONTRATANTE**, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na **CONTRATADA** e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 17.35. A **CONTRATADA** se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

18. CLÁUSULAS GERAIS DE PRIVACIDADE

- 18.1 A **CONTRATADA** deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da **CONTRATANTE**.
- 18.2 Para fins deste contrato, a **CAIXA**, doravante denominada de “**CONTRATANTE**”, assume o papel de Controladora de dados pessoais, e a empresa, doravante denominada “**CONTRATADA**”, assume o papel de operadora de dados pessoais.
- 18.3 Para a execução da finalidade prevista no presente contrato, a **CONTRATANTE** colocará à disposição da **CONTRATADA**:
 - a) Os dados pessoais envolvidos [descrever quais dados, como nome, telefone, CPF etc.];
 - b) A categoria dos dados [informar se são dados pessoais, dados pessoais sensíveis, dados pessoais de crianças e adolescentes etc.];

c) A natureza das operações realizadas [relacionar o tipo de operação; ex. coleta, armazenamento, eliminação, inclusive a eliminação de arquivos temporários etc.];

- 18.4 A **CONTRATADA** se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.
- 18.5 A **CONTRATADA** deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.
- 18.6 A **CONTRATADA** está autorizada a tratar, em nome da **CONTRATANTE**, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato para as seguintes finalidades [relacionar a(s) finalidade(s) que justifica(m) o tratamento de dados pessoais - ex.: confeccionar cartão de crédito, enviar correspondência em nome da **CAIXA** etc.].
- 18.7 A **CONTRATADA** deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, a critério da **CONTRATANTE**, OPÇÃO 1 [eliminar todos os dados pessoais] ou OPÇÃO 2 [devolver todos os dados pessoais], acompanhados de todas as cópias.
- 18.8 A **CONTRATADA** deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da **CONTRATANTE**.
- 18.9 A **CONTRATADA** deve colaborar com a **CONTRATANTE** no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.
- 18.10 A **CONTRATADA** deve comunicar imediatamente a **CONTRATANTE** o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.
- 18.11 A **CONTRATADA** garantirá à **CONTRATANTE** a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.
- 18.12 A **CONTRATADA** deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 18.13 A **CONTRATADA** notificará a **CONTRATANTE** de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados

necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.

- 18.14 A **CONTRATADA** auxiliará a **CONTRATANTE** com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- 18.15 A **CONTRATADA** deverá notificar imediatamente a **CONTRATANTE** em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.
- 18.16 A **CONTRATADA** deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.
- 18.17 A **CONTRATADA** somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da **CONTRATANTE** ou mediante prévia autorização.

19. POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

19.1. Diretrizes Gerais

- 19.1.1. Cabe à **CONTRATADA** incorporar os princípios de responsabilidade social, ambiental e climática em sua estratégia, gestão, produtos, serviços, processos, operações e relacionamento com as partes interessadas, com o objetivo de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.
- 19.1.2. A **CONTRATADA** deverá observar as diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) da **CAIXA**, disponível no Anexo deste documento, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis.

19.2. Termo de Ciência da PRSAC

- 19.2.1. A **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura do Termo de Ciência da PRSAC – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme modelo constante no Anexo deste Termo de Referência.
- 19.2.2. O termo assinado deverá ser entregue à **CENTRALIZADORA RESPONSÁVEL**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 19.2.3. O não cumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato, inclusive suspensão de pagamentos e

impedimento de execução de etapas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções previstas no item 13.

19.3. Disposições Complementares

- 19.3.1. A **CONTRATADA** deverá manter atualizada sua adesão às práticas de responsabilidade socioambiental e climática durante toda a vigência contratual, podendo ser exigida, a qualquer tempo, a reapresentação do Termo de Ciência ou de documentos comprobatórios de conformidade.
- 19.3.2. A **CAIXA** poderá realizar auditorias, inspeções ou solicitar esclarecimentos adicionais sobre as práticas adotadas pela **CONTRATADA**, com vistas à verificação do cumprimento das diretrizes da PRSAC.
- 19.3.3. O descumprimento das obrigações previstas neste item poderá ser considerado infração contratual, sujeitando a **CONTRATADA** às sanções previstas nos itens 13 (Sanções) e 14 (Notificação Operacional).

ANEXO I – B**CLÁUSULAS DE REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA
SOLUÇÃO DE NUVEM****1. GESTÃO DE IDENTIDADE E CONTROLE DE ACESSOS**

- 1.1. A **CONTRATADA** deve ter uma política de controle de acesso dos seus colaboradores baseada no princípio do menor privilégio, que defina um processo formal de concessão, alteração e revogação de acesso.
- 1.2. A **CONTRATADA** deve manter rígido controle de acesso de seus colaboradores baseado nas informações de contratação, dispensa e controle de ausências (férias, licenças, atestados, admissão, demissão etc.) impedindo o acesso ao ambiente computacional, local ou remoto, quando o colaborador não estiver em pleno exercício de suas atividades.
- 1.3. A **CONTRATADA** deve utilizar mecanismos de autenticação e autorização utilizando credenciais corporativas.
- 1.4. A **CONTRATADA** deve dispor de recursos que garantam múltiplos fatores de autenticação do usuário (MFA), a serem utilizados de acordo com a criticidade ou classificação da informação/recurso a ser acessado. Esses múltiplos fatores devem ser implementados, no mínimo, por meio de biometria, OTP ou autorização por notificações de push em celulares.
- 1.5. A **CONTRATADA** deve dispor de mecanismo de garantia de identidade, o qual deve ser realizado previamente à execução das requisições dos usuários.
- 1.6. Todas as contas de usuário devem ser identificadas por um ID de usuário exclusivo e todas as ações de um ID de usuário devem ser associadas a um único indivíduo ou proprietário registrado.
- 1.7. As contas do usuário devem ser criadas e configuradas pelo administrador de segurança do usuário.
- 1.8. Os controles de acesso em nível de aplicativo devem fazer uso da identidade autenticada do usuário, conforme estabelecido no login.

- 1.9. A **CONTRATADA** deve permitir criar e gerenciar perfis e credenciais de segurança para seus usuários.
- 1.10. A **CONTRATADA** deve permitir que somente os usuários por ela autorizados tenham acesso aos recursos, em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 1.11. A **CONTRATADA** não deve usar contas padrões, contas genéricas, contas não pessoais ou convidadas, a menos que a **CAIXA** tenha dado aprovação prévia por escrito para tais contas.
- 1.12. Uma conta não pessoal deve ser atribuída exclusivamente a uma única aplicação ou serviço e não pode ser utilizada para qualquer outra finalidade além daquela para a qual ela foi criada.
- 1.13. A **CONTRATADA** deve informar os logins de usuário e senhas iniciais por meio de canais separados.
- 1.14. A **CONTRATADA** deve implementar mecanismo de comunicação ao usuário em caso de alteração ou pedido de recuperação de sua senha.
- 1.15. A **CONTRATADA** deve revisar os direitos de acesso existentes nos seus ativos pelo menos a cada dois anos. Em caso de dados pessoais, os direitos devem ser revisados pelo menos uma vez por ano.
- 1.16. A **CONTRATADA** deve revisar as contas não pessoais mantidas em seu ambiente pelo menos duas vezes por ano, independentemente da classificação ou da confidencialidade da informação tratada.
- 1.17. A **CONTRATADA** deve revisar os acessos privilegiados ao seu ambiente pelo menos a cada três meses.
- 1.18. A **CONTRATADA** deve gerar e armazenar as evidências de aprovação ou rejeição dos direitos de acesso, resultantes das revisões acima, e disponibilizá-las para a **CAIXA** sempre que solicitado.
- 1.19. As contas de acesso privilegiado não devem conter a indicação dos privilégios, a posição do indivíduo ou a organização a que pertence o indivíduo (por exemplo, "administrador" ou "diretor" não pode fazer parte de qualquer nome de utilizador) no logon do usuário.

- 1.20. A **CONTRATADA** deve implementar a separação entre a administração do sistema (acesso privilegiado) e as atividades de negócios (acesso não privilegiado), por meio de níveis de acesso separados para atender a segregação entre as funções.
- 1.21. A **CONTRATADA** deve permitir e fornecer utilitários para o monitoramento de contas privilegiadas.
- 1.22. Cabe à **CONTRATADA** decidir pelo fornecimento do acesso remoto aos seus colaboradores. Uma vez fornecido, a Contratada deverá prover esse acesso por meio de canais seguros/VPN, utilizando múltiplos fatores de autenticação.
- 1.23. A **CONTRATADA** deve implementar trilha de auditoria para todo e qualquer acesso realizado aos seus ativos, tornando possível identificar, de forma cronológica e inequívoca, os seguintes registros:
- O tipo de evento (inclusão, alteração, exclusão, consulta);
 - O autor do evento;
 - A data e hora do evento;
 - O endereço lógico do equipamento de origem do tipo do evento.
- 1.24. A **CONTRATADA** deve proteger os registros de trilha de auditoria contra adulteração.
- 1.25. A **CONTRATADA** deve implementar o monitoramento dos acessos privilegiados às bases de dados, que fazem parte do objeto do contrato por meio de solução independente dos bancos de dados em uso.
- 1.26. Devem ser observadas as boas práticas de segregação e diferenciação entre ambientes de não produção e produtivo, estabelecendo-se acessos pertinentes para cada etapa do ciclo de desenvolvimento/manutenção e alinhado com o princípio do privilégio mínimo.
- 1.27. A monitoração dos acessos privilegiados às bases de dados deve ocorrer em tempo-real e deve ser possível configurar respostas automatizadas para eventos específicos.
- 1.28. A **CONTRATADA** deve desenvolver políticas e implementar soluções para garantir que o acesso remoto por parte dos seus funcionários – seja utilizando dispositivos da Contratada, seja utilizando dispositivos de

propriedade pessoal - seja fornecido de forma segura e adequada. Tais políticas e procedimentos devem definir como a **CONTRATADA** fornece acesso remoto e quais os controles necessários para oferecer este acesso de forma segura.

- 1.29. A **CONTRATADA** deve usar métodos de autenticação robustos, baseados em múltiplos fatores de autenticação, para viabilizar o acesso remoto de seus funcionários à sua rede interna e deve empregar criptografia para proteger os dados em trânsito, considerando os requisitos descritos no item 2.
- 1.30. A **CONTRATADA** deverá prover os recursos necessários para que os seus funcionários acessem remotamente o ambiente da **CAIXA**, se for o caso. Nesse caso, é responsabilidade da Contratada prover certificados digitais ou outros tokens de acesso conforme definido pela **CAIXA**, sem ônus adicionais para a **CAIXA**.

2. CONTROLES CRIPTOGRÁFICOS

- 2.1. Os requisitos apresentados devem ser obedecidos pela **CONTRATADA** ou, caso os dados estejam sendo armazenados ou processados no ambiente do Provedor de Serviço em Nuvem, pelo Provedor. Neste último caso, a **CONTRATADA** deverá comprovar por relatório de auditoria (Due Dilligence Remoto) que o armazenamento/processamento dos dados ocorre somente em ambiente de nuvem .
- 2.2. A **CONTRATADA** deve implementar e manter controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação, de acordo com o nível de criticidade e grau de sigilo da informação definido pela **CAIXA**.
- 2.3. A **CONTRATADA** deve implementar um processo de gestão de chaves criptográficas que deve considerar todo o ciclo de vida da chave, o qual envolve: geração, armazenamento, distribuição, utilização, recuperação, renovação, exclusão e destruição da chave.
- 2.4. A **CONTRATADA** deve utilizar algoritmos, tamanhos de chave e prazos de validade de chaves aprovados pelo NIST.
- 2.5. A **CONTRATADA** deve gerar, controlar e distribuir chaves criptográficas simétricas e assimétricas usando processos e tecnologias de gerenciamento de chaves aprovados pelo NIST.

- 2.6. A **CONTRATADA** deve fazer a geração e a renovação de certificados digitais expostos na Internet junto a autoridades certificadoras reconhecidas internacionalmente, cujas raízes de cadeias utilizadas na emissão dos certificados digitais façam parte do repositório de cadeias confiáveis dos principais navegadores e versões de sistemas operacionais, como: iOS 7 e superiores; Android 4 e superiores; Microsoft Edge 12 e superiores; Mozilla Firefox 45 e superiores; Google Chrome 49 e superiores; Apple Safari 8 e superiores; Linux Ubuntu 14 e superiores; Linux Mint 15 e superiores; MAC OS X 10.10 e superiores; e Windows 7 e superiores.
- 2.7. A Autoridade Certificadora deve possuir o selo Web Trust dentro do prazo de validade e a certificação Web Trust deve estar de acordo com, no mínimo, os Princípios e Critérios para Autoridades Certificadoras – versão 2.2.1, disponível em <https://www.cpacanada.ca/-/media/site/operational/ms-member-services/docs/webtrust/wt100awebtrust-for-ca-221-110120-finalaoda.pdf?la=en&hash=0FDB6C541E7A61976625B9EAC55474D260A7E6FD> para todas as raízes de cadeias utilizadas na emissão dos certificados digitais.
- 2.8. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).
- 2.9. As chaves criptográficas geradas pela **CONTRATADA** devem ser utilizadas com a finalidade exclusiva de atender às necessidades do objeto contratado.
- 2.10. Caso haja a necessidade do compartilhamento de chaves simétricas entre a **CAIXA** e a **CONTRATADA**, essas chaves devem ser geradas pela **CAIXA** e levadas para o ambiente da **CONTRATADA**, onde devem ser armazenadas por meio de soluções FIPS 140-2 nível 3, sem possibilidade de exportação das chaves. Nesse caso, a **CONTRATADA** deve prover meios que permitam a inserção das chaves da **CAIXA** no seu ambiente de forma segura, sem a necessidade de manipulação de chaves em um único componente em texto-claro.
- 2.11. No caso de utilização de um Provedor de Serviços em Nuvem, as certificações FIPS exigidas estão descritas no item 10.

- 2.12. A **CONTRATADA** deve permitir a criptografia de dados em repouso, considerando volumes (por exemplo: a criptografia de um disco inteiro) e estruturas de dados específicas (por exemplo: arquivos ou registros específicos de uma tabela de banco de dados).
- 2.13. A **CONTRATADA** deve prover a criptografia de dados em repouso utilizando, no mínimo, algoritmo AES com chaves de 128 bits.
- 2.14. A **CONTRATADA** deve permitir recursos para trilha de auditoria, permitindo visualizar quem usou determinada chave para acessar um objeto, qual objeto foi acessado, quando ocorreu esse acesso e qual endereço de origem do acesso.
- 2.15. A **CONTRATADA** deve permitir visualizar ou gerar relatório, a critério da **CAIXA**, de tentativas malsucedidas de acesso por usuários sem permissão para decifrar os dados.
- 2.16. A **CONTRATADA** deve permitir que dados criptografados e chaves de criptografia sejam armazenadas e protegidas em hosts separados e protegidos por várias camadas de proteção.
- 2.17. A **CONTRATADA** deve permitir a auditoria da segurança de chaves criptográficas.
- 2.18. A **CONTRATADA** deve possibilitar comunicação criptografada e protegida para a transferência de dados por meio do TLS 1.3.
- 2.19. A **CONTRATADA** deve possuir a capacidade de configuração das cifras criptográficas e das versões de TLS utilizadas pela **CAIXA**, suportando, no mínimo, TLS 1.3 e as cifras a seguir:
- TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
- TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
- TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
- TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
- 2.20. Os parâmetros TLS Renegotiation e TLS Resumption devem estar desabilitados.
- 2.21. Quando da necessidade de validação do cliente por meio de certificado digital – numa conexão TLS, por exemplo – a **CONTRATADA** deve fazer

todas as validações previstas no método X509_verify_cert, existente na estrutura do Openssl.

- 2.22. O certificado de cliente só deve ser aceito se o método X509_verify_cert retornar OK para todas as validações previstas.

3. CONTROLE DE ACESSO AO AMBIENTE DE NUVEM

- 3.1. Quando viável tecnicamente, o acesso de empregados **CAIXA** à nuvem deverá ser integrado com ferramenta de SSO da **CAIXA**, ou com o AD, para garantir o uso das credenciais internas, isso deve garantir que o usuário não acesse o ambiente do parceiro, caso seja desligado ou esteja ausente da **CAIXA** por qualquer motivo por período determinado.
- 3.2. Como apresentado no item 2.4, quando a autenticação for provida pela Contratada ou pelo Provedor de Serviços em Nuvem, deverá ser realizada autenticação por múltiplos fatores para o acesso dos empregados da **CAIXA**, que precisem acessar os recursos em nuvem.
- 3.3. O acesso aos recursos da **CAIXA** deverá ser realizado em tenant designado especificamente, sem que estes recursos sejam compartilhados com qualquer outra entidade, bem como a camada de dados da aplicação não pode ser compartilhada com outros clientes do Provedor de Serviços em Nuvem.
- 3.4. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que somente os usuários autorizados pela **CAIXA** tenham acesso aos recursos em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 3.5. Os acessos administrativos aos recursos do Provedor de Serviços em Nuvem, nos tenants que atendam à **CAIXA**, deverão ser feitos através de rede privada, tanto para empregados **CAIXA** quanto para representantes do Provedor.

4. REQUISITOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS PELO BACEN

- 4.1. A **CONTRATADA** deve garantir que a prestação dos serviços não causará prejuízo ao funcionamento regular da **CAIXA** nem embaraço à atuação da

Banco Central do Brasil, assegurando que a legislação e a regulamentação nos países e nas regiões em cada país onde os serviços serão prestados não restringem nem impedem o acesso da **CAIXA** nem do Banco Central do Brasil aos dados e às informações.

- 4.2. A **CONTRATADA** deve assegurar que os dados sujeitos a limites geográficos não serão migrados para além das fronteiras definidas em contrato, incluindo dados de backup, dados em produção, dados em repouso, contingência ou recuperação de desastre sem prévio conhecimento da **CAIXA** por meio comunicação formal.
- 4.3. Deve ainda garantir acesso à **CAIXA**, a qualquer tempo, aos dados e às informações processadas, armazenadas e geradas pela atividade de processamento, Log, sob responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 4.4. Esta mesma **CONTRATADA** deve assegurar que os dados da **CAIXA** processados e armazenados na Contratada são de propriedade exclusiva da **CAIXA**.
- 4.5. A **CONTRATADA** deve assegurar também que o acesso aos dados processados e armazenados na Contratada é de acesso exclusivo da **CAIXA**, não sendo autorizado acesso da **CONTRATADA** ou terceiros sem autorização formal da **CAIXA**.
- 4.6. A **CONTRATADA** deve assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e a recuperação dos dados e das informações processadas e/ou armazenadas em nuvem.
- 4.7. Também deve assegurar à **CAIXA** acesso aos relatórios e documentos elaborados por empresa de auditoria especializada independente, contratada pelo provedor de serviço em nuvem, relativos aos procedimentos e aos controles utilizados na prestação dos serviços contratados a qualquer tempo.
- 4.8. A **CONTRATADA** deve assegurar à **CAIXA**, acesso a toda documentação comprobatória, em nome do provedor, que esclareça a Região/Zona de Disponibilidade escolhidos pela **CAIXA** para hospedagem de seus recursos.
- 4.9. A **CONTRATADA** deve assegurar a permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos e aos acordos firmados para a prestação de

serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.

- 4.10. A **CONTRATADA** deve garantir, em caso de decretação de regime de resolução da **CAIXA** pelo Banco Central do Brasil, acesso pleno e irrestrito aos contratos e acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.
- 4.11. A **CONTRATADA** deve garantir notificação prévia ao responsável pelo regime de resolução sobre a intenção da empresa Contratada interromper a prestação de serviços, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a interrupção, observado que:
- 4.11.1. A **CONTRATADA** assegura o atendimento de eventual pedido de prazo adicional de (30) trinta dias para a interrupção do serviço, feito pelo responsável pelo regime de resolução.

5. PROTEÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS E ARMAZENADOS EM NUVEM

- 5.1. Além dos requisitos descritos no item 2, a **CONTRATADA** também deve permitir trabalhar com chaves simétricas e assimétricas geradas e armazenadas pela **CAIXA**. Para tanto, ela deve prover meios que permitam o envio das chaves da **CAIXA** para o seu ambiente de forma segura, sem a necessidade de manipulação de chaves em um único componente em texto-claro.
- 5.2. Caberá à **CAIXA** decidir quem fará a geração e a gestão de cada chave: se a própria **CAIXA** ou a **CONTRATADA**.
- 5.3. Caso a **CAIXA** decida fazer a geração de chaves assimétricas, ela definirá a Autoridade Certificadora que será utilizada na emissão dos certificados digitais e fornecerá a cadeia certificadora para a **CONTRATADA** sempre que necessário. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota "A" nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).

- 5.4. O modelo Third Party Certificates pode ser oferecido para o caso de certificados digitais utilizados no estabelecimento de conexões TLS. Nesse caso específico, as chaves devem ficar armazenadas exclusivamente em repositórios de chaves da **CONTRATADA** e esta deve emitir o CSR (Certificate Signing Request) e enviá-lo para a **CAIXA**, que providenciará a emissão dos certificados digitais correspondentes. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).
- 5.5. Quando a **CONTRATADA** for diferente do Provedor de Serviços em Nuvem e estiver agindo em nome deste, as chaves devem ser compartilhadas diretamente entre o Provedor e a **CAIXA** e a **CONTRATADA** não deverá ter qualquer acesso às chaves envolvidas.
- 5.6. Quando se tratar de contratação no modelo IaaS, exige-se a certificação FIPS 140-2 nível 3.
- 5.7. Quando se tratar de contratação no modelo PaaS ou SaaS, exige-se a certificação FIPS 140-2 nível 2.
- 5.8. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que os usuários criptografem seus dados e objetos antes de enviá-los para o serviço de armazenamento.
- 5.9. A **CONTRATADA**, assim como o Provedor de Serviços em Nuvem, deve tratar com rigor as informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da **CAIXA**.
- 5.10. A **CONTRATADA** deverá assinar Termo de Confidencialidade resguardando que os recursos, dados e informações de propriedade da **CAIXA**, e quaisquer outros, repassados por força do objeto desta licitação e do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade.
- 5.11. Os dados, metadados, informações e conhecimento tratados pela **CONTRATADA**, não poderão ser fornecidos a terceiros e/ou usados por esta para fins diversos do previsto, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da **CAIXA**.

- 5.12. A **CAIXA** e a **CONTRATADA** obrigam-se por seus empregados, sócios, diretores e mandatários, manter total sigilo e confidencialidade no que se refere a não divulgação, por qualquer forma, de toda ou parte das informações ou documentos a ela relativos, e aos quais venha a ter acesso, em decorrência da prestação dos serviços executados.

6. MONITORAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS E ARMAZENADOS EM NUVEM

- 6.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer, sempre que solicitado pela **CAIXA**, cópias dos logs de segurança de todas as atividades de todos os usuários dentro da conta, além de histórico de chamadas de APIs para análise de segurança e auditorias.
- 6.2. A trilha de auditoria deve conter, minimamente, itens descritos no item 1.23 deste documento.
- 6.3. O Provedor de Serviço em Nuvem, deve dispor de recurso que permita o gerenciamento centralizado de eventos e envio para a **CAIXA**, sempre que solicitado, de logs/informações de trilha.
- 6.4. Os registros do Provedor de Serviço em Nuvem deverão incluir ainda todos os acessos, incidentes e eventos cibernéticos, no ambiente do mesmo, pelo período 5 (cinco) anos.

7. SEGURANÇA DO TRÁFEGO DE DADOS COM A NUVEM

- 7.1. A comunicação entre a **CAIXA** e a **CONTRATADA** deve suportar criptografia TLS, com autenticação mútua, na versão 1.3.
- 7.2. Caso a aplicação não suporte TLS 1.3, será admitida a compatibilidade para TLS 1.3.
- 7.3. A necessidade de TLS também se aplica a qualquer comunicação entre a **CONTRATADA** e o Provedor de Serviços em Nuvem ou entre a **CAIXA** e o Provedor de Serviços em Nuvem, para todos os casos em que a **CONTRATADA** e o Provedor forem entidades distintas.
- 7.4. O Provedor de Serviços em Nuvem deverá prover segurança relacionada ao tráfego de dados, provendo aplicações de firewall, IPS e CASB para

garantir a segurança de todos os fluxos, sejam externos ou em trânsito com a **CAIXA**.

- 7.5. O Provedor de Serviços em Nuvem não deverá ter permissão de uso ou acesso direto ao ambiente de autenticação da **CAIXA**.
- 7.6. Os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela **CAIXA**, transferidos para o provedor de serviço de nuvem, devem estar hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também no Brasil.

8. ALTA DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS EM NUVEM

- 8.1. Para assegurar a continuidade dos serviços e a resiliência das operações críticas da **CAIXA**, as soluções em nuvem fornecidas pela **CONTRATADA** deverão ser projetadas com foco em alta disponibilidade.
- 8.2. Para tanto, é obrigatória a adoção de arquiteturas que contemplem a distribuição geográfica das cargas de trabalho (*workloads*) em múltiplas zonas de disponibilidade, de forma a mitigar riscos de indisponibilidade, de integridade e de continuidade, garantindo a operação ininterrupta dos serviços essenciais.
- 8.3. Além disso, a **CONTRATADA** deve assegurar que:
 - 8.3.1. Os dados e serviços estejam replicados de forma síncrona ou assíncrona entre as zonas, conforme a criticidade da aplicação;
 - 8.3.2. Os mecanismos de balanceamento de carga e *failover* estejam devidamente configurados e testados periodicamente;
 - 8.3.3. Toda a infraestrutura esteja em conformidade com os requisitos regulatórios e legais aplicáveis no Brasil, incluindo a residência dos dados em território nacional;
 - 8.3.4. Haja documentação clara sobre os procedimentos de recuperação e continuidade em caso de falhas regionais.

9. OUTROS CONTROLES DE SEGURANÇA NO AMBIENTE DA CONTRATADA DO SERVIÇO DE NUVEM

- 9.1. O Provedor de Serviços em Nuvem deve habilitar o registro completo do Hypervisor que suporta os serviços da **CAIXA**, e deve suportar o uso de máquinas virtuais (Trusted VM) fornecidas pela **CAIXA**, desde que estas máquinas estejam em conformidade com as políticas e práticas de segurança de rede exigidas pelo Provedor.

10. GESTÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA

- 10.1. A **CONTRATADA** deve implementar um processo de gestão de vulnerabilidades que inclua sua infraestrutura de servidores e redes.
- 10.2. A **CONTRATADA** deve realizar testes independentes de penetração/invasão pelo menos uma vez por ano. Os testes devem ser executados por terceiros, sem ônus adicional para a **CAIXA**. O escopo dos testes deve ser previamente combinado e aprovado pela **CAIXA**, dentro dos limites do contrato.
- 10.3. Os teste de penetração/invasão devem ter como escopo, rede, aplicação web, Application Programming Interface (API), serviços hospedados e; frequência; limitações, como horas aceitáveis e tipos de ataque excluídos; informações do ponto de contato; remediação, por exemplo, como as descobertas serão encaminhadas internamente; dentre outros.
- 10.4. Todos os relatórios com os resultados dos testes de penetração e varredura de vulnerabilidades, bem como o planejamento das correções a serem feitas, devem ser fornecidos à **CAIXA** sempre que solicitado.
- 10.5. A **CONTRATADA** deve possuir um processo de Gestão de Incidentes que registre os incidentes de segurança cibernética ocorridos e que guarde informações como: a descrição dos incidentes ou eventos, as informações e sistemas envolvidos, as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção das informações, os riscos relacionados ao incidente e às medidas tomadas para mitigá-los e evitar reincidências.
- 10.6. A **CONTRATADA** poderá utilizar como modelo de referência do processo a norma NIST SP 800-61 Rev. 2.
- 10.7. O processo de Gestão de Incidentes também deve implementar e manter controles e procedimentos específicos para detecção, tratamento, coleta/preservação de evidências e resposta a incidentes de segurança da informação, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato

ou a **CAIXA** estão expostos, considerando os critérios de aceitabilidade de riscos definidos pela **CAIXA**.

- 10.8. A **CONTRATADA** deve ter um processo de notificação de incidentes 24x7.
- 10.9. A **CONTRATADA** deve comunicar à **CAIXA** incidentes que cause impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade do serviço prestado.
- 10.10. Os incidentes devem ser comunicados tanto ao gestor do contrato vinculado quanto ao SOC **CAIXA**, que opera 24x7, por meio do endereço de e-mail: abuse@caixa.gov.br. Esse endereço poderá ser alterado durante a vigência do contrato, e, em caso de alteração, a **CONTRATADA** será devidamente informada.
- 10.11. A **CONTRATADA** deve comunicar à **CAIXA**, dentro do prazo acordado, todos os incidentes detectados que envolvam os serviços prestados, conforme a classificação abaixo:

Nível de severidade	Descrição do nível de severidade	Prazo Máximo
Severidade 1 (Crítica)	<p>Eventos cujo contexto principal é a segurança cibernética, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">-Impacto em ativos ou serviços críticos de TI;-Violação significativa de dados sensíveis;-Incidente, em larga escala e/ou longa duração, à disponibilidade e/ou integridade do ambiente. <p>Exemplos não exaustivos: ataque de Ransomware, ataque de negação de serviço distribuído – DDoS, vazamento de informações corporativa ou dados pessoais. Dentre outros.</p>	2 horas após o início da ocorrência.

Severidade 2 (Alta)	Eventos cujo contexto principal é a segurança cibernética, tais como: -Impacto em ativos ou serviços de TI de alta criticidade; -Detecção de acesso não autorizado e/ou alterações em sistemas de informação; -Infecção persistente por código malicioso;-Intrusão persistente na rede; -Incidentes de segurança cibernética envolvendo dirigentes; -Ameaça significativa à disponibilidade e/ou integridade do ambiente; -Ameaça significativa à imagem da CAIXA. Exemplos não exaustivos: ataques de escalação de privilégio em servidores, ataques do tipo brute force e password spray. Dentre outros	4 horas após o início da ocorrência.
----------------------------	---	--------------------------------------

- 10.12. Não será escopo deste comunicado, demais incidentes que aconteçam na infraestrutura cibernética da **CONTRATADA** que não tenham relação com a **CAIXA**.
- 10.13. A **CONTRATADA** deve fornecer descrição detalhada dos incidentes, incluindo informações suficientes para classificá-los por nível de severidade, conforme a definição dos eventos. As informações sobre incidentes podem ser enriquecidas utilizando o modelo do MITRE ATT&CK®.
- 10.14. A **CONTRATADA** deve seguir preferencialmente o modelo de comunicação de ISCF – Incidente de Segurança Cibernética em Fornecedor, Anexo III A, constante no final deste anexo, que também contempla situações de incidentes de segurança com dados pessoais.
- 10.15. Vale ressaltar que em se tratando de contratos para tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD, a **CONTRATADA** deve provar que tem capacidade de fornecer uma resposta organizada e eficaz a um incidente de privacidade. Neste sentido, a **CAIXA** desenvolverá e implementará juntamente com o fornecedor do serviço um plano de resposta a incidentes de privacidade, que inclua por exemplo, definição de incidente de privacidade e o escopo da resposta ao incidente, estabelecimento de equipes multifuncionais de resposta a incidente de privacidade, entre outros aspectos relevantes.

- 10.16. A **CONTRATADA** deve documentar os casos de uso que são utilizados para realizar a configuração e o monitoramento de eventos, correlacionando tecnologias para tratar padrões / cenários de ataque comuns e avançados; e disponibilizar os casos de uso à **CAIXA** sempre que solicitado.
- 10.17. A **CONTRATADA** deve ter um processo de lições aprendidas para incidentes de segurança implementado e comunicado aos seus funcionários e parceiros, com objetivo de agilizar a atuação caso surjam incidentes semelhantes.
- 10.18. A integração da gestão de incidentes da **CONTRATADA** com o Centro de Operações de Segurança da **CAIXA** deve ser considerada, observada a regulamentação em vigor, conforme art. 3º, §4º da Res. BACEN 4.893/2021.
- 10.19. Se a **CONTRATADA** precisar envolver outras partes externas para investigar e/ou resolver incidentes que afetem o escopo do objeto contratado, ela deve obter a anuência da **CAIXA** por escrito antes de iniciar o contato com tais partes, observada a política de segurança cibernética da **CAIXA**.
11. **CERTIFICADOS E RELATÓRIOS QUE COMPROVAM O CUMPRIMENTO DOS REQUERIMENTOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA.**
- 11.1. Para serviços de nuvem, caso a **CONTRATADA** pela **CAIXA** e o Provedor de Serviços em Nuvem sejam empresas diferentes, a referida **CONTRATADA** terá a responsabilidade de obter as documentações exigidas do Provedor, para apresentação à **CAIXA**.
- 11.2. Os documentos exigidos devem ter a sua primeira versão entregue antes da assinatura do contrato, e devem ser reiterados de acordo com a vigência indicada nos quadros abaixo. O Due Diligence presencial é facultativo e será feito a critério da **CAIXA**.
- 11.3. Caso o prazo de validade da certificação ainda esteja vigente com relação à última apresentação, não é necessária uma nova apresentação.

REQUISITOS	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTROLE	VIGÊNCIA
Due Diligence Presencial	Sempre que a CAIXA julgar necessário, poderá realizar visitas in-loco às zonas de disponibilidade da Contratada para verificar os requisitos de segurança presente nas cláusulas	A CAIXA, por iniciativa própria, fará due diligence presencial em função de discrepâncias identificadas em relatórios de auditoria entregues ou dúvidas onde apenas a documentação não seja suficiente.	A visita poderá ser realizada por equipe própria da CAIXA ou empresa designada pela CAIXA	SOB DEMANDA
Due Diligence Remoto	Constatar que os processos determinados pela CAIXA estão sendo seguidos, conforme descrito nas cláusulas	Documentos previstos nas cláusulas e demais comprovantes de seus requisitos. Quando não comprovados por certificação, os itens exigidos nas cláusulas devem ser certificados por empresa de auditoria independente.	Relatórios próprios da empresa para comprovação do atendimento aos itens das cláusulas, desde que ratificados por empresa de auditoria independente	SOB DEMANDA

11.4. CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS AOS FORNECEDORES DE SERVIÇOS EM NUVEM:

REQUISITOS	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTROLE	VIGÊNCIA
FIPS 140-2 Nível 2 para SaaS e PaaS e FIPS 140-2 nível 3 para IaaS	Garantir que o provedor tenha mecanismo seguro para proteção de chaves criptográficas que sustentem os seus processos	Certificação do NIST que atesta um nível elevado de segurança para o HSM	Apresentar certificado FIPS 140-2 para equipamento utilizado no Provedor de Serviços em Nuvem	ANUAL

Certificação SOC 2 – Tipos 1 e 2	Garantir acesso a uma avaliação independente, por meio de relatório de auditoria, sobre o ambiente de controle do provedor, relevante para a segurança, disponibilidade, confidencialidade e privacidade	SOC TYPE 2 Fornece relatórios com descrição do ambiente de controles do provedor e da auditoria externa dos controles que atendem aos princípios e critérios de segurança, disponibilidade e confidencialidade dos serviços de confiança do AICPA	Disponibilizar relatório de auditoria em nome do Provedor de Nuvem	ANUAL
----------------------------------	--	---	--	-------

12. ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 12.1. A **CONTRATADA** deve garantir que todos os dados - incluindo chaves criptográficas e os backups armazenados e que não sejam mais necessários na execução do Contrato - serão descartados de acordo com os padrões do mercado, de maneira que os requisitos de confidencialidade não sejam violados.
- 12.2. A **CONTRATADA** deve reter os dados por até 180 dias para a migração para ambiente interno ou outro fornecedor indicado pela **CAIXA**.
- 12.3. Os dados, após transferência e validação da integridade, devem ser excluídos pelo antigo fornecedor.
- 12.4. A exclusão dos dados após o término do contrato e o período de retenção de 180 dias deve obedecer aos padrões definidos no NIST SP 800-88 Guidelines for Media Sanitization, com fornecimento de relatório para a **CAIXA** certificando a conformidade dos processos realizados com a norma indicada.
- 12.5. Caso a **CONTRATADA** tenha ativo de informação no fim do ciclo de vida, ou considerado inservível, este ativo deverá ser destruído, com o fornecimento do Certificado de Destruição de Equipamento Eletrônico (Certificate of Electronic Equipment Destruction – CEED), discriminando os ativos reciclados, bem como o peso e os tipos de materiais obtidos em virtude do processo de destruição.

13. NÃO CONFORMIDADE COM REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONSEQUÊNCIAS

13.1. O não cumprimento, pela **CONTRATADA**, de qualquer um dos seguintes requisitos de segurança, definidos neste instrumento contratual, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato e poderá, a critério da Contratante, ensejar a rescisão imediata do contrato, sem prejuízo de outras medidas cabíveis:

- a) Não fornecer evidências de aprovação ou rejeição dos direitos de acesso, resultantes das revisões de acesso realizadas;
- b) Não comunicar ocorrências de intrusão real;
- c) Não fornecer relatório mensal sobre as tentativas de intrusão;
- d) Não fornecer o planejamento de correção de vulnerabilidades;
- e) Não fornecer os relatórios com os resultados dos testes de penetração e varredura de vulnerabilidades, bem como o planejamento das correções;
- f) Não fornecer os relatórios de incidentes conforme SLA;
- g) Não prestar as informações e relatórios solicitados pela **CAIXA**;
- h) Não fornecer relatório indicando conformidade com o NIST SP 800-88.
- i) Não atender a convocação da **CAIXA** para Due Diligence presencial ou remoto;
- j) Não fornecer a documentação solicitada em decorrência do Due Diligence presencial ou remoto, conforme prazo acordado entre as partes;
- k) Não fornecer os relatórios de auditoria externa independente, para as empresas que não possuem a certificação SOC2;
- l) Não fornecer certificação SOC2;
- m) Não fornecer certificação FIPS 140-2 Nível 3 ou FIPS 140-2 nível 2.

ANEXO III - A Modelo ISCF - Incidente de Segurança Cibernética em Fornecedor

Brasília, DD MM AAAA

Modelo ISCF - Incidente de Segurança Cibernética em Fornecedor**ISCF – Incidente de Segurança Cibernética em Fornecedor****ISCF Nº: xxxx/2024****TICKET Nº: Identificação interna do incidente no ambiente do fornecedor ex.: ID122024, TK012025, TH142026**

Descrição resumida da ocorrência	Ex. Ataque DDos no sistema XPTO	
Período (data/hora) do incidente	Data início:	Hora início:
	Data fim:	Hora fim:
Severidade	Crítica ou Alta	
Característica da violação de segurança da informação apresentada.	<input type="checkbox"/> Confidencialidade <input type="checkbox"/> Disponibilidade <input type="checkbox"/> Integridade	
Origem do alerta	Ex. SIEM, E-mail, denúncia interna/externa, Polícia Civil etc.	
Serviço afetado: ex.: serviço de cobrança XYZ, url: http://www.teste.com	Gestor operacional CAIXA	
	Área - ex.: CECOT, CESEG, CESET	
	Contrato CAIXA: ex: 01-2024	
Comunicado Incidente segurança	abuse@caixa.gov.br	
Comunicado ISDP	gerit10@caixa.gov.br	

1. INTRODUÇÃO

<Breve descrição ao leitor sobre o objetivo e informações que serão detalhadas a seguir nas fases do processo>.

2. ANÁLISE RESUMIDA DA OCORRÊNCIA

<As informações constantes nas seções que seguem devem ser objetivas, sem pré-julgamentos de fatos e baseada em informações evidenciadas em logs e regras.>

2.1. DETECÇÃO

<Informar como o evento foi detectado (ex.: Email externo ou interno, SIEM, Teams etc.>

2.2. ANÁLISE

<Informar a classificação do incidente, tática utilizada pelo atacante, POP, playbook utilizado etc.>

2.3. CONTENÇÃO

<Informar todas as ações que foram necessárias para conter o incidente (ex: isolamento de máquinas, bloqueio de usuários, bloqueio de IP, takedown de páginas etc.>

2.4. ERRADICAÇÃO

<Caso existam, informar todas as ações que foram necessárias para erradicar as fragilidades que permitiram o incidente (ex.: Atualização de patch, alteração em regras de firewall, alteração em permissionamento de acessos etc.>

2.5. RECUPERAÇÃO

<Caso existam, informar servidores, serviços ou aplicações que foram afetadas e que precisaram ser recuperadas por todas as áreas envolvidas.>

3. CONCLUSÃO

3.1. ANÁLISE FINAL DE PÓS-INCIDENTE

<Breve descrição ao leitor sobre a finalização do incidente relatando outros desdobramentos em função da ocorrência como: comunicados externos

realizados, monitoramentos criados, dificuldades encontradas na investigação, queixa crime solicitada via polícia etc.>.

4. INCIDENTES DE SEGURANÇA COM DADOS PESSOAIS

4.1. FORMULÁRIO ISDP

<Nas ocorrências em que se observe qualquer tipo de violação de dados pessoais, conforme disposição da LGPD, o fornecedor deverá complementar o comunicado com as informações a seguir para os casos ISDP, comunicando também a equipe da GERIT:

4.1.1 COMUNICAÇÃO

4.1.1.1 Tipo de Comunicação

☐ Completa.

☐ Parcial.

Comentário:

4.1.1.2 Para comunicação parcial

☐ Preliminar

☐ Complementar

Comentário:

4.1.1.3 Critério para comunicação

☐ O incidente de segurança pode acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

☐ Não foi identificado riscos relevantes aos titulares

☐ Impacto continua sob avaliação

Comentário:

4.2 IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE DE TRATAMENTO

4.2.1 Responsabilidade no tratamento de dados envolvido

☐ Controlador.

☐ Operador.

Comentário:

4.2.2 Comunicação ao Controlador

☐ Não necessária, o notificante é o Controlador.

☐ O Controlador já foi notificado.

☐ O Controlador não foi notificado.

Comentário:

4.2. Identificação da empresa

Número do CPF ou CNPJ:

Nome ou Razão Social:

Natureza da Organização (Pública ou Privada):

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Comentário:

2.4 Dados do notificante

Nome

E-mail

Telefone

4.2.5 Dados do encarregado

☐ *Mesmos do notificante*

Nome

E-mail

Telefone

4.3 SOBRE O INCIDENTE DE SEGURANÇA ENVOLVENDO DADOS PESSOAIS

4.3.1.1 Breve Descrição

4.3.1.2 Quando o incidente ocorreu

Data e hora de confirmação

Comentário

4.3.1.3 Quando a organização teve ciência do incidente de segurança

Data e hora de confirmação

Comentário

4.3.1.4 Justificativa quando a comunicação inicial do incidente não ocorrer no prazo sugerido de 2 dias úteis

Comentário

4.3.1.5 Justificativa quando a comunicação não ocorrer de forma imediata

Comentário

4.3.1.6 Qual a natureza dos dados afetados

☐ *Origem racial ou étnica*

☐ *Convicção religiosa*

☐ *Opinião política*

☐ *Filiação a sindicato*

☐ *Filiação a organização de caráter religioso, filosófico ou político.*

☐ *Dado referente à saúde.*

☐ *Dado referente à vida sexual.*

☐ *Dado genético ou biométrico.*

☐ *Dado de comprovação de identidade oficial (Por exemplo, nº RG, CPF, CNH).*

☐ *Dado financeiro.*

☐ *Nomes de usuário ou senhas de sistemas de informação.*

☐ *Dado de geolocalização.*

Comentário

4.3.1.7 Qual a quantidade de titulares afetados

Comentário

4.3.1.8 Qual a categoria dos dados afetados

☐ *Funcionários*

☐ *Prestadores de serviço*

☐ *Clientes*

☐ *Consumidores*

☐ *Usuários*

☐ *Pacientes de serviço de saúde*

☐ *Crianças ou adolescentes*

☐ *Outros (Comentar)*

Comentário

5 MEDIDAS DE SEGURANÇA UTILIZADAS PARA A PROTEÇÃO DOS DADOS

5.1 Medidas de segurança, técnicas e administrativas, foram tomadas para prevenir a ocorrência do incidente de segurança.

Comentário

5.2 Medidas de segurança, técnicas e administrativas, foram tomadas após a ciência do incidente de segurança.

Comentário

5.3 Medidas de segurança, técnicas e administrativas, foram ou serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo do incidente de segurança aos titulares dos dados

Comentário

5.4 O agente de tratamento realizou relatório de impacto à proteção de dados pessoais?

Comentário

6 RISCOS RELACIONADOS AO INCIDENTE DE SEGURANÇA

6.1 Quais as prováveis consequências do incidente de segurança para os titulares afetados?

Comentário

6.2 Considerando os titulares afetados, na sua avaliação, o incidente pode trazer consequências transfronteiriças?

☐ *Sim*

☐ *Não*

Comentário

6.3 Os titulares foram comunicados sobre o incidente de segurança com dados pessoais?

☐ Sim

☐ Não

Comentário

6.4 Caso os titulares afetados não tenham sido informados, quais são os motivos que justificam a não comunicação ou o seu retardo?

Comentário

ANEXO I – C**PADRÃO DE CONECTIVIDADE****1 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA – Método de conexão com a CAIXA**

1.1 O acesso padrão para conexão com a Rede Caixa (conexão entre a **CONTRATADA** e a **CAIXA**) é mediante o uso de circuito privado dedicado nas tecnologias LAN-to-LAN ou MPLS.

1.1.1 A instalação do circuito dedicado deve ser direcionada para o Centro Tecnológico Datacenter – DTC e/ou Centro Tecnológico **CAIXA** – CTC, de acordo com a indicação da equipe de Rede de Telecomunicações.

Os endereços de instalação são:

PRQ TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL LOTE 03 – S/N

Bairro: Granja do Torto

Cidade: Brasília UF: DF

CEP: 70.636-000

Setor de Indústrias Gráficas – SIG Quadra 1 – Lote 685/705

Bairro: SIG

Cidade: Brasília UF: DF

CEP: 70.610-410

1.1.2 Nos casos em que o ambiente da **CONTRATADA** esteja hospedado em ambiente de nuvem ou nos Datacenters de interconexão Multicloud da Caixa em São Paulo ou Rio de Janeiro, as conexões poderão ser feitas através do FABRIC desses Datacenters.

Os endereços de instalação são:

Equinix SP IBX SP3

Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 249

Santana de Parnaíba – SP – CEP: 06543 001

Equinix RJ IBX RJ2

Estrada Adhemar Bebianno, 1380

Del Castilho - RJ - CEP: 21051 070

1.2 O circuito WAN de contingência deve ser instalado em localidade e operadora de telecomunicações diferente do circuito principal.

1.1.3 Caso a **CONTRATADA** disponha de duas ou mais localidades de processamento deve-se considerar a contratação de circuitos para todas essas localidades direcionados aos Datacenters da **CAIXA**.

1.1.4 A **CAIXA** poderá alterar seus endereços de conexão, inclusive de cidade e/ou de estado, de acordo com as suas necessidades, o que deverá ser atendido sem ônus para a **CAIXA**.

1.2 Características gerais da conexão:

1.2.1 O dimensionamento do link de comunicação é de responsabilidade da contratada.

1.2.2 A responsabilidade de fornecimento e negociação junto à operadora do roteador CPE na ponta da **CONTRATADA** é de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

1.2.3 A operadora deverá fornecer, caso ainda não tenha, concentrador na ponta da **CAIXA** conforme padrões estabelecidos. Caso a operadora já disponha de infraestrutura e equipamentos nos SITE DA **CAIXA**, ou pretenda utilizar o FABRIC dos ambientes de Multicloud, esta deverá fazer uso compartilhado destes equipamentos/conexões.

1.2.4 A operadora deve adotar arquitetura de compartilhamento de conexões físicas, ou seja, não será autorizado o uso de conexões físicas exclusivas. Este compartilhamento deve ser observado na conexão entre o equipamento da operadora e da **CAIXA** garantindo ativação de diversas conexões lógicas na mesma interface física.

1.2.5 Nova conexão física independente poderá ser solicitada pela **CAIXA** no caso da conexão atender a ambientes internos segregados, tais como ambiente de desenvolvimento ou homologação.

1.2.6 A conexão com os equipamentos da **CAIXA** deverá ser feita através de interface ethernet (mínimo gigabitethernet).

1.2.7 O endereçamento IP para trânsito WAN e de serviço (range para hosts) serão definidos pela **CAIXA**.

1.2.8 As conexões devem possibilitar a ativação de roteamento dinâmico baseado em BGP (Border Gateway Protocol).

1.2.9 Não é permitida a instalação de equipamentos da **CONTRATADA** no ambiente da **CAIXA**.

1.2.9.1 É admitida a instalação de equipamentos de operadora instalados para uso na modalidade compartilhada, exceto nos ambientes de Multicloud.

1.2.10 Caso a **CONTRATADA** já disponha de conexão com a **CAIXA** para o mesmo ambiente deste contrato, a mesma poderá fazer uso desta desde que efetue o upgrade correspondente ao novo serviço e atenda aos padrões definidos nesta especificação.

2 Permite-se conexão para ambientes de DESENVOLVIMENTO/HOMOLOGAÇÃO por VPN IPSEC, via Internet, conforme abaixo:

- a) VPN site-to-site via Internet.
- b) O acesso à Internet da empresa deverá possuir IP Fixo.
- c) O dimensionamento deste acesso é responsabilidade da Empresa.
- d) A **CONTRATADA** deverá dispor de roteador e concentrador VPN sob sua inteira responsabilidade.
- e) A **CAIXA** fornecerá as definições de padrões para estabelecimento da VPN, porém não proverá suporte e manutenção na ponta da **CONTRATADA**.
- f) Deverá utilizar no mínimo protocolo IPSEC 3DES-SHA1 IKE com 112bits.

ANEXO I – D**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,**LICITAÇÃO CAIXA Nº 014/2026 – CECOT/BR**

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE), com sede (ENDEREÇO DA EMPRESA LICITANTE), inscrita no CNPJ sob número (CNPJ DA EMPRESA LICITANTE), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades da lei, para fins de participação na **LICITAÇÃO CAIXA Nº 014/2026 – CECOT/BR**, que está apta e autorizada pela fabricante da solução a fornecer/comercializar, instalar, configurar e implementar o produto (hardware e software) de forma a realizar plenamente os serviços especificados no termo de referência, bem como de que dispõe de aparelhamento e equipe técnica, adequados para a execução dos serviços objeto deste edital, utilizando-se de técnicos treinados e certificados pelo fabricante dos produtos, com uso de peças e componentes originais do fabricante, durante todo o período de vigência do contrato e da garantia.

_____, ____/____/____

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

RG/CPF:

Obs.: Deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO I – E**HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO DE MICROSSEGMENTAÇÃO**

Antes da homologação do certame, será realizada a avaliação técnica da solução ofertada pela licitante vencedora.

1. Apresentação da Amostra

- 1.1. A apresentação da amostra será exigida **exclusivamente da licitante declarada vencedora** na etapa de lances do pregão.
- 1.2. Caso a licitante vencedora não atenda aos requisitos técnicos exigidos, serão convocadas, na ordem de classificação, as licitantes remanescentes para apresentação de amostra, até que se identifique uma solução que esteja em conformidade com todas as especificações previstas no Edital.
- 1.3. A amostra submetida à análise será devolvida/desinstalada no estado em que se encontrar, **sem qualquer ônus para a CAIXA**.

2. Prazos e Condições para Apresentação e Instalação da Amostra

- 2.1. A **LICITANTE** vencedora deverá apresentar, sem qualquer ônus para a **CAIXA**, uma amostra da solução ofertada, rigorosamente conforme as especificações técnicas exigidas, no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a partir da formalização da solicitação pela **CAIXA**.
 - 2.1.1. Esse prazo poderá ser **prorrogado uma única vez**, por igual período, mediante justificativa da **LICITANTE** e aceitação pela **CAIXA**.
 - 2.1.2. O prazo poderá ser prorrogado por necessidade da **CAIXA**, sem restrição de período.
- 2.2. A solução deverá ser instalada pela **LICITANTE** vencedora no ambiente da **CAIXA**, nas localidades indicadas no documento **ANEXO I-A – Forma de Execução e Fiscalização do Contrato**, em datas e horários previamente acordados entre as partes, de modo a **não interferir no funcionamento das unidades**.
- 2.3. A solução deverá estar plenamente operacional para fins de homologação da amostra, conforme especificado neste **ANEXO**.
- 2.4. Os serviços de instalação deverão ser realizados e/ou supervisionados por, no mínimo, **1 (um) técnico certificado pelo FABRICANTE** da solução.
- 2.5. A **LICITANTE** deverá prestar **suporte técnico** à **CAIXA** ou ao representante designado durante todo o período de avaliação, **sem custos adicionais**.

3. Requisitos Técnicos da Amostra (Software/Firmware)

- 3.1. A **LICITANTE** deverá disponibilizar, sem qualquer ônus para a **CAIXA**, todos os recursos necessários para a validação dos itens classificados como **LAB** na planilha de requisitos deste edital. Isso inclui a entrega de equipamentos, infraestrutura de apoio, acessórios, licenças temporárias e insumos indispensáveis à completa instalação, operacionalização e execução dos testes de homologação da solução.
- 3.1.1. Deverá ser apresentado ao menos 1 equipamento de cada tipo presente na solução ofertada, nas mesmas configurações físicas a serem utilizados na operação final.
- 3.1.2. Apresentar, também, servidores para implantação dos artefatos de teste nas diferentes condições previstas para o laboratório de forma a permitir a validação de todos os recursos previstos na especificação.
- 3.1.3. As amostras deverão ser devidamente **identificadas com o nome do fornecedor** e demais informações relacionadas à licitação, e entregues aos cuidados do(s) empregado(s) designado(s) pela **CAIXA**.
- 3.2. As amostras submetidas à avaliação técnica deverão estar com o sistema operacional **sugerido pelo FABRICANTE** para atendimento a todos os itens dessa especificação.
- 3.3. Não serão aceitos firmwares ou softwares em versões diferentes das oficialmente disponibilizadas no site do **FABRICANTE**, incluindo versões beta, alpha, pré-release ou quaisquer outras não oficiais.
- 4. Documentação Exigida Juntamente com a Amostra**
- 4.1. Juntamente com a amostra disponibilizada para a fase de testes da solução, a **LICITANTE** deverá apresentar os seguintes documentos:
- 4.2. **Documentação técnica** contendo as seguintes informações:
- 4.2.1. Nome do **FABRICANTE** do(s) produto(s);
- 4.2.2. Modelo(s) do(s) produto(s);
- 4.2.3. Endereço eletrônico (site oficial) do **FABRICANTE**, onde seja possível acessar literatura técnica (especificações detalhadas, consumíveis, FAQ, etc.) e *drivers* atualizados do(s) produto(s).
- 4.3. Cópia da proposta comercial apresentada na etapa de pregão.
- 4.4. Relação completa de todos os componentes que integram a solução, com indicação do **FABRICANTE** e respectivas versões.
- 4.5. A **LICITANTE** deverá anexar catálogos, folhetos, especificações técnicas e manuais detalhados dos produtos, contendo todas as recomendações técnicas necessárias para instalação e operacionalização da solução, de

forma a comprovar, de maneira inequívoca, o atendimento às exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

- 4.6. A **LICITANTE** deverá apresentar **declaração do FABRICANTE contendo o *roadmap*** do produto ofertado, assegurando que **não haverá descontinuidade** durante o período de vigência contratual.

5. Verificação de Conformidade Técnica (Arquivo Digital)

- 5.1. O **LICITANTE** deverá entregar um arquivo de verificação de conformidade técnica, preferencialmente nos formatos digitais XLS ou XLSX, assinado digitalmente.
- 5.2. O arquivo deve listar o número de cada item desta especificação técnica e a comprovação de seu correspondente atendimento na documentação fornecida pela Proponente, indicando a localização da informação (nome do arquivo, página, parágrafo, item, figura, tabela, links de internet detalhando precisamente onde consta a evidência).
- 5.3. A documentação mencionada deverá ser enviada por e-mail. Caso o arquivo exceda 3 MB, deverá ser disponibilizado em ambiente de armazenamento externo, para download pela **CAIXA**, de forma segura e autenticada.
- 5.4. O prazo máximo para envio é de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da convocação.

6. Processo de Avaliação Técnica e Homologação

- 6.1. A **CAIXA** utilizará as amostras apresentadas para avaliação de suas especificações técnicas.
- 6.2. A **CONTRATADA** deverá realizar, em conjunto com a **CAIXA**, a verificação das funcionalidades da solução por meio de testes em laboratório (LAB) e/ou apresentação de documentação técnica do fabricante (DOC), conforme descrito na Tabela 1 deste documento.
- 6.3. Após a instalação da solução, o fornecedor deverá realizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a **demonstração de todas as funcionalidades** especificadas e listadas neste Edital à equipe técnica da **CAIXA**.
- 6.3.1. A critério da **CAIXA**, esse prazo poderá ser **prorrogado uma única vez**, por igual período.
- 6.4. Após a instalação, a **CAIXA** verificará se a amostra atende integralmente às exigências do Edital e, em caso positivo, emitirá o **Termo de Aceite da Amostra**.

7. Correções e Reprovação

- 7.1. Caso seja necessária a correção de softwares, drivers ou firmwares que compõem a solução, será concedido um prazo de até 24 (vinte quatro) horas para a correção, contado a partir da formalização da **CAIXA**.
- 7.2. Caso sejam identificados **problemas ou itens em não conformidade**, o fornecedor deverá realizar as correções necessárias no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, previamente estabelecido.
- 7.2.1. Caso a correção requeira atualização de software, todos os itens relacionados com esse software deverão ser reavaliados sem alteração do prazo de finalização previsto.
- 7.3. O não atendimento a qualquer funcionalidade exigida ou o descumprimento do prazo de **HOMOLOGAÇÃO** acarretará a **desclassificação da empresa**.

8. Desclassificação da Licitante Vencedora

- 8.1. A licitante vencedora será desclassificada caso:
 - 8.1.1. Não entregue a amostra;
 - 8.1.2. Não cumpra os prazos estabelecidos neste Anexo;
 - 8.1.3. Entregue amostra em desacordo com as especificações previstas;
 - 8.1.4. Não atenda ao disposto no item **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**.
 - 8.1.5. O licitante que deixar de entregar a(s) amostra(s), ou que as entregue fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, **sem prejuízo da aplicação das penalidades** previstas nas **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**.
- 8.2. A adjudicação do objeto estará **condicionada à aprovação** da(s) amostra(s) apresentadas.

9. Homologação em Ambiente Externo (Opcional)

- 9.1. A **LICITANTE** poderá realizar a homologação da solução, conforme previsto neste Edital, em ambiente próprio disponibilizado pela **LICITANTE** ou pelo **FABRICANTE**, localizado no Brasil, em datas e horários previamente acordados entre as partes, de forma a não interferir no funcionamento das unidades da **CAIXA**.
 - 9.1.1. A homologação fora do ambiente da **CAIXA** dependerá de autorização prévia e expressa, a exclusivo critério da instituição.
- 9.2. Caso a **LICITANTE** solicite a homologação em ambiente externo à **CAIXA**, deverá apresentar **declaração** contendo:
 - 9.2.1. **Justificativa técnica;**

- 9.2.2. Benefícios esperados, especialmente quanto à redução do tempo de homologação;
- 9.2.3. Detalhamento das atividades envolvidas, com respectivos prazos de execução e entrega.
- 9.3. A execução externa não elimina a necessidade de apresentação dos equipamentos e componentes de hardware que compõem a solução ofertada.
- 9.4. Caso a homologação externa for permitida, a mesma deverá ser realizada “ao vivo” (live), devidamente gravada e disponibilizada à **CAIXA** em seu inteiro teor.
- 9.5. A execução remota deverá demonstrar, de forma clara, o uso de todos os componentes da solução e a validação de todos os itens LAB e DOC+LAB constantes neste **ANEXO**.
- 9.6. A demonstração “ao vivo” deverá abranger, sem cortes, o roteiro técnico da **CAIXA** cobrindo: console SaaS/gerenciador, concentrador (quando aplicável), agentes/DaemonSet, operações agentless, integrações (SIEM/CMDB/IDP/DevOps), políticas e geração/coleta de evidências.
- 9.7. As gravações/evidências são confidenciais e restritas ao processo de homologação, aplicando-se a LGPD e as normas de segurança da **CAIXA**.

10. Conclusão da Homologação e Resultados

- 10.1. Ao final da etapa de homologação, a equipe técnica da **CAIXA** avaliará se todos os itens foram atendidos, inclusive os documentais (DOC), com base nas evidências coletadas (como saídas de comandos e capturas de tela).
- 10.2. Essas evidências serão anexadas ao processo de homologação.
- 10.3. Sucesso na Homologação: Caso o equipamento e a solução atendam integralmente aos requisitos estabelecidos, a homologação será considerada concluída com êxito, e o fornecedor será declarado vencedor do processo.

11. Caderno Técnico de Homologação (Entrega Final)

- 11.1. Ao final do processo de homologação, o **LICITANTE** deverá entregar um caderno técnico de homologação, preferencialmente em formato digital (.DOCX).
- 11.2. O caderno deve conter a documentação detalhada de todos os itens homologados, de forma a comprovar o atendimento às exigências técnicas estabelecidas no Edital.
- 11.3. O caderno técnico de homologação deverá conter:

- 11.3.1. Página inicial com índice numerado, lista de figuras e lista de tabelas, devidamente identificadas com suas respectivas numerações;
- 11.3.2. Numeração correspondente a cada item da especificação técnica;
- 11.3.3. Descrição detalhada de cada item homologado;
- 11.3.4. Evidências visuais (capturas de tela) que comprovem o funcionamento e o atendimento de cada item;
- 11.3.5. Identificação clara da origem de cada evidência, incluindo nome do sistema, módulo, funcionalidade, data e hora da captura;
- 11.3.6. Observações relevantes sobre o comportamento da solução durante os testes, eventuais esclarecimentos apresentados pela **CAIXA**, quando aplicável.
- 11.4. O objetivo do caderno é garantir a **rastreabilidade e a transparência** do processo de homologação, permitindo a verificação objetiva do atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no Edital.

Tabela 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	HOMOLOGAÇÃO	RESULTADO
1.	Requisitos de Plataforma e Escopo		
1.1.	Escopo de Ambiente	-	
1.1.1.	Deve abranger ambientes corporativos, incluindo data centers físicos e virtuais, nuvem pública, privada e híbrida, infraestruturas de containers/orquestradores, endpoints, e servidores legados.	DOC	
1.2.	Requisitos Gerais da Solução	-	
1.2.1.	A solução deve ser agnóstica em relação ao hardware e a rede.	DOC	
1.2.2.	A solução deve ser projetada como um produto completo e exclusivo para atender funcionalidade microsegmentação. Não serão aceitos sistemas baseados em hardware ou em software de código aberto (open-source) de uso genérico.	DOC	
1.2.3.	Não serão aceitas soluções de segurança customizadas. Somente aquelas soluções que fizerem parte do portfólio oferecidas pelo fabricante para o mercado corporativo.	DOC	
1.2.4.	A CONTRATADA deverá apresentar documentação referente ao Roadmap da solução, com informações relativas ao ciclo de vida (End-of-Life, End-of-sale e End-of-Support).	DOC	
1.2.5.	A CONTRATADA deverá garantir que a solução e seus componentes, não se enquadre na situação de End-of-Support pelo fabricante durante todo o período de garantia.	DOC	

1.2.5.1.	Caso algum módulo, ou toda a solução, entre em condição de End-of-Support, a critério da Caixa, o fornecedor deverá substituí-lo por outro(a) que atenda aos requisitos anteriormente contratados de forma igual ou superior sem quaisquer ônus para a CAIXA.	DOC	
1.2.6.	A solução em nuvem do fabricante deverá fornecer alta disponibilidade, devendo ainda seguir o disposto na IN GSI/PR nº 8/2025.	DOC	
1.2.6.1.	Deve-se observar rigorosamente o disposto no item 7.6 do ANEXO - CLÁUSULAS DE REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA SOLUÇÃO EM NUVEM, garantindo que todos os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela CAIXA, quando transferidos para o provedor de serviço de nuvem, estejam hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também mantida no Brasil.	DOC	
1.2.6.2.	Deve-se observar rigorosamente o disposto no item 8.3.3 do ANEXO TR – Requisitos de Segurança para Fornecedores de Serviços em Nuvem de Alta Disponibilidade, assegurando que toda a infraestrutura esteja em conformidade com os requisitos regulatórios e legais aplicáveis no Brasil, incluindo a obrigatoriedade de residência dos dados em território nacional.	DOC	
1.2.7.	Deve permitir a aplicação de políticas em ambientes que utilizem IPv4 e IPv6, simultaneamente ou isoladamente.	LAB	
1.3.	Suporte a Sistemas Operacionais	-	
1.3.1.	Compatibilidade mínima com:	DOC	
	• Windows Server 2012R2 e superiores;	DOC	
	• Windows 10 e superiores;	DOC	
	• Red Hat Enterprise Linux (RHEL) 7 e superiores;	DOC	
	• CentOS 7 e superiores;	DOC	
	• Debian 7 e superiores;	DOC	
	• MacOS 10 e superiores;	DOC	
1.3.1.1.	Deve suportar explicitamente versões legadas:	DOC	
	• Windows 2003 Server e superiores;	DOC	
	• Oracle Linux 7 e superiores;	DOC	
	• Ubuntu LTS 12.04 e superiores;	DOC	
	• SUSE Linux Enterprise 10 e superiores;	DOC	
	• Solaris 10 Update 8 e superiores;	DOC	
	• Exadata X8M e superiores;	DOC	
1.3.2.	A solução deve garantir evolução contínua e suporte às novas versões de sistemas operacionais homologados e amplamente utilizados no mercado, como Windows e principais distribuições Linux. Essa atualização deve seguir as boas práticas da indústria, considerar a maturidade das versões lançadas e assegurar a disponibilidade de recursos técnicos e documentação fornecidos pelos respectivos fabricantes.	DOC	

1.4.	Ambientes de Nuvem e Containers	DOC	
1.4.1.	Suporte a instalação de agentes em nuvem pública (Ex: Microsoft Azure, AWS, Google Cloud (GCP) e Oracle Cloud) e privada.	DOC	
1.4.2.	Deve garantir segmentação e visibilidade em serviços gerenciados de nuvem (PaaS, Serverless/Funções Lambda, Databases Managed) utilizando a API e mecanismos de controle nativos da nuvem onde o agente não possa ser instalado.	DOC	
1.4.3.	Para contêineres e orquestração deve suportar:	DOC	
	• AKS (Azure Kubernetes Service);	LAB	
	• EKS (Elastic Kubernetes Service);	LAB	
	• Kubernetes nativo;	LAB	
	• OpenShift;	LAB	
	• Docker;	LAB	
1.4.3.1.	Deve operar como um DaemonSet no nó do cluster.	DOC	
1.4.4.	Compatibilidade com as CNIs Calico ou Flannel.	DOC	
1.4.5.	Os dados armazenados em ambiente de nuvem devem ser criptografados.	DOC	
1.4.6.	Integração com orquestradores como Kubernetes para segmentação de pods e serviços.	LAB	
1.4.6.1.	Deve permitir a criação de políticas baseadas em rede, serviços e namespaces.	LAB	
2. Requisitos de Agente (Software Agente nos Ativos)			
2.1.	Modo de Operação e Desempenho	LAB	
2.1.1.	Deve oferecer suporte à instalação de agentes para as diversas tecnologias e sistemas operacionais apresentados nesta especificação.	DOC	
2.1.1.1.	Para os dispositivos que não permitem a instalação de agentes deve permitir operação em modo agentless. Neste modo de operação ativos sem agentes poderão ser catalogados para se comunicar com um ativo microsegmentado.	LAB	
2.1.2.	O consumo máximo de recursos pelo agente deve ser: CPU ≤ 5% e Memória ≤ 256 MB.	DOC+LAB	
2.1.2.1.	O impacto na utilização de CPU e memória nos endpoints e containers não pode ultrapassar 5% (média) do ativo.	DOC+LAB	
2.2.	Instalação e Enforcement	-	
2.2.1.	O agente deve ser instalado sem a necessidade de reinicialização (reboot) do dispositivo.	LAB	
2.2.2.	Não pode gerar conflitos com firewalls já existentes ou outros agentes de segurança (EDR/XDR, IPS/IDS).	DOC	
2.2.3.	Deve permitir instalação em lote (Intune, SCCM, Chef, Ansible, Puppet, PowerShell, Helm v3+).	DOC	
2.3.	Autoproteção e Remoção	-	
2.3.1.	O agente deve se automonitorar (anti-tampering) e monitorar continuamente as regras aplicadas.	LAB	

2.3.2.	Deve garantir o isolamento (fail-safe mode) em caso de falha de comunicação com a console.	LAB	
2.3.3.	A remoção do agente deve ser protegida por senha adicional e/ou autenticação multifator (MFA) local.	DOC+LAB	
2.3.4.	A remoção do agente deve implicar na remoção imediata das regras de microssegmentação aplicadas.	LAB	
2.3.5.	As informações capturadas pelo agente deverão conter, no mínimo:	LAB	
2.3.5.1.	IP de Origem e Destino.	LAB	
2.3.5.2.	Hostname de Origem e Destino.	LAB	
2.3.5.3.	Porta e Protocolo.	LAB	
2.3.5.4.	Quantidade de conexões.	LAB	
2.3.5.5.	Hora e Data.	LAB	
2.3.5.6.	Informações do processo/binário responsável pela comunicação, na origem e destino.	LAB	
2.3.5.7.	Usuário que executou o processo.	LAB	
2.3.5.8.	FQDN ou IP, quando for um acesso para Internet.	LAB	
2.3.5.9.	Etiquetas (tags)	LAB	
3. Requisitos de Gerenciamento e Arquitetura			
3.1.	Modelo de Serviço e Arquitetura	-	
3.1.1.	Os itens que compõem a solução (console/gerenciador, agentes e concentrador) devem ser produzidos pelo mesmo fabricante, garantindo interoperabilidade e suporte unificado.	DOC	
3.1.2.	A solução deve ser fornecida na modalidade SaaS (Software as a Service), com a console de gerenciamento na nuvem do fornecedor.	LAB	
3.1.3.	A plataforma SaaS deve possuir alta disponibilidade, escalabilidade horizontal e certificação SOC 2 Tipo II e ISO 27001, e estar em conformidade com NIST/LGPD/GDPR.	DOC	
3.1.4.	A solução deve utilizar um concentrador para a comunicação entre os agentes e a plataforma em nuvem, sendo responsável por:	LAB	
3.1.4.1.	Receber as informações dos agentes de um grupo de equipamentos e enviá-las para a plataforma em nuvem ou Receber as informações dos agentes de um grupo de equipamentos e enviá-las, via mecanismo de comunicação, para a plataforma em nuvem;	LAB	
3.1.4.2.	Receber dados da plataforma em nuvem e aplicá-los nos agentes.	LAB	
3.1.4.3.	A conexão entre o concentrador e a nuvem deve ser saínte, ou seja, deve ser sempre com origem concentrador e destino nuvem ou a conexão de saída (outbound) deve ser mantida, sendo sempre com origem no componente de comunicação (Agente) e destino na nuvem através do proxy fornecido.	DOC+LAB	
3.1.4.4.	Efetuar integrações com outras ferramentas da Caixa.	DOC	

3.1.4.4.1.	Quando não for possível utilizar o concentrador com conexão apenas saínte para esta finalidade, a empresa deverá implementar conexão de rede privada conforme padrão de conectividade definido no Anexo I-C – Padrão de Conectividade.	DOC	
3.1.4.5.	A solução completa deve ser fornecida e suportada pela CONTRATADA, entregando os servidores e todas as licenças necessárias, capacidade de hardware e quantidades para atender todos os requisitos e melhores práticas de implementação da solução.	-	
3.1.4.5.1.1.	Caso seja entregue em appliance virtual, a CONTRATADA deve colocar todos os servidores e componentes que deverão ser fornecidos de forma redundante, para cada localidade/site, com o virtualizador esxi enterprise e todas as licenças necessárias, capacidade de hardware e quantidades para atender todos os requisitos e melhores práticas de implementação da solução.	-	
3.1.4.5.1.2.	Os servidores deverão possuir no mínimo: fonte redundante, máximo de duas unidades de Rack (2U).	-	
3.1.5.	A solução deve permitir o mapeamento de tráfego entre endpoints mesmo que seus endereços estejam traduzidos por NAT.	LAB	
3.2.	Console e Acesso	-	
3.2.1.	Deve dispor de console centralizada e única para gerenciamento de políticas.	LAB	
3.2.2.	Deve permitir Autenticação Multifator (MFA) e integração SAML 2.0 com IDPs externos.	DOC+LAB	
3.2.2.1.	Deve-se considerar o uso dos padrões OpenID Connect/OAuth e/ou SAML 2.0 para autenticação. A CAIXA adota o Azure Entra ID como seu principal provedor de identidade e mecanismo de autenticação	DOC+LAB	
3.2.3.	Deve suportar Controle de Acesso Baseado em Função (RBAC), permitindo segregação de permissões granulares.	DOC+LAB	
3.3.	Segurança da Comunicação	-	
3.3.1.	A comunicação entre agentes e console deve ser criptografada (TLS 1.2 ou superior).	DOC+LAB	
3.3.2.	Deve permitir criptografia de dados em repouso.	DOC+LAB	
3.4.	Gerenciamento	-	
3.4.1.	Apresentar alertas de incidentes e opções de busca de filtro de incidentes, no mínimo, por:	LAB	
3.4.1.1.	Severidade.	LAB	
3.4.1.2.	Tipo.	LAB	
3.4.1.3.	Etiquetas.	LAB	
3.4.1.4.	Nome do Ativo.	LAB	
3.4.1.5.	Período.	LAB	
3.4.2.	Permitir visualizar os fluxos de dados e configurar as políticas de segurança em uma única console.	LAB	
3.4.3.	A gerência de administração da solução deve permitir a visualização dos agentes ativos.	LAB	

4. Requisitos de Visibilidade e Auditoria			
4.1.	Mapeamento e Flow	-	
4.1.1.	Deve gerar um mapa dinâmico, em tempo real e escalável das dependências entre aplicativos (Leste-Oeste) e fluxos Norte-Sul. O mapa deve ser único para Cloud Workloads e PODs.	LAB	
4.1.2.	Deve fornecer visibilidade da Camada 7 (aplicação) e identificar os processos do SO responsáveis pela comunicação.	LAB	
4.1.3.	Deve coletar logs detalhados (flow), incluindo: IP/Hostname Origem/Destino, Porta/Protocolo, Informações do processo/binário responsável, Usuário que executou o processo, FQDN e Etiquetas.	LAB	
4.2.	Visibilidade	-	
4.2.1.	Prover visibilidade de toda a comunicação com endpoints gerenciados de forma gráfica, por meio de um mapa.	LAB	
4.2.2.	Permitir navegar facilmente pelo mapa e focar em parte específica do data center ou aplicativos específicos.	LAB	
4.2.3.	Possuir filtros de inclusão e exclusão, permitindo filtrar no mínimo:	LAB	
4.2.3.1.	IP.	LAB	
4.2.3.2.	Porta.	LAB	
4.2.3.3.	Aplicação, Binário e Serviço.	LAB	
4.2.3.4.	Nome do Ativo.	LAB	
4.2.3.5.	Internet - Com Origem e Destino da Internet.	LAB	
4.2.3.6.	Usuário que iniciou o processo.	LAB	
4.2.3.7.	Etiquetas (tags).	LAB	
4.2.4.	Criar e excluir Mapas personalizados de fluxo de comunicação.	LAB	
4.2.5.	A tela do mapa de dados deve possuir mecanismo de busca.	LAB	
4.2.6.	Permitir visualizar no mapa de dados as etiquetas aplicadas a um ativo.	LAB	
4.2.7.	Permitir identificar, em um período definido, a quantidade de vezes que uma comunicação aconteceu.	LAB	
4.2.8.	Permitir, no mapa de dados, visualizar as comunicações de todos os ativos gerenciados do ambiente, de forma individualizada.	LAB	
4.2.9.	Permitir, no mapa de dados, agrupar os ativos por meio das etiquetas existentes no ambiente, permitindo ainda hierarquizar em subgrupos.	LAB	
4.2.10.	Registrar e apresentar todos os fluxos de comunicação em formato de tabela, juntamente com informações contextuais e detalhadas sobre as cargas de trabalho e aplicativos (processos) de comunicação.	LAB	
4.2.11.	Fornecer recursos de filtragem (IPs/Porta/Processo/Origem/Destino/Usuário/Etiquetas que iniciou a comunicação), se a comunicação foi estabelecida, bloqueada ou falhada (time-out).	LAB	

4.2.12.	Descobrir automaticamente qualquer novo fluxo de comunicação em tempo real.	LAB	
4.2.13.	Permitir filtrar os fluxos de comunicação por um conjunto de regras aplicado no ambiente.	LAB	
4.2.14.	Permitir exportar os fluxos de comunicação no mínimo em CSV.	LAB	
4.2.15.	Apresentar no mapa de fluxo de comunicação os dispositivos gerenciados e não gerenciados que se comunicam com elemento gerenciado pela solução.	LAB	
4.3.	Logs e Retenção	-	
4.3.1.	A solução deve registrar quem consultou os logs, além de autenticações, criação/alteração/desativação de políticas e criação/alteração de etiquetas.	LAB	
4.3.2.	Os logs históricos dos fluxos de comunicação (flow) devem ter um tempo de retenção mínimo de 90 dias na console.	DOC+LAB	
4.3.3.	Os logs de auditoria (alterações de política, acessos) devem ser inalteráveis e retidos por no mínimo 1 (um) ano.	DOC+LAB	
4.3.4.	Deve permitir exportar logs e dados de visibilidade em formatos padrão (CSV ou XLS, JSON, CEF, LEEF, SYSLOG).	LAB	
4.3.5.	A solução deve oferecer integração com plataformas SIEM e SOAR, garantindo compatibilidade com, no mínimo, as seguintes ferramentas de SIEM: LogRhythm e Microsoft Azure Sentinel.	DOC	
4.3.6.	Os Logs de Auditoria devem conter, no mínimo: o dia, hora, ação executada, nome do usuário e descrição.	LAB	
4.3.7.	Possuir um Dashboard com as principais informações referentes ao ambiente, com a capacidade de visualizar em modo gráfico, por meio de mapas, os fluxos de comunicação do ambiente.	LAB	
4.3.8.	Ser registrado em Log toda a criação, remoção ou modificação das etiquetas, informando no mínimo o usuário responsável, hora e data e a etiqueta alterada. Esses logs deverão ser acessíveis por meio da própria console de gerenciamento.	LAB	
4.3.9.	O console deve permitir visualizar dados dos ativos protegidos como Nome e Sistema Operacional, assim como deve criar e gerenciar etiquetas de identificação de rede.	LAB	
4.3.10.	Permitir visualizar todas as etiquetas associadas a um único dispositivo.	LAB	
4.3.11.	Permitir visualizar todos os ativos para uma única etiqueta.	LAB	
4.3.12.	Filtrar os fluxos de comunicação, no mínimo em:	LAB	
4.3.12.1.	Bloqueado ou Permitido.	LAB	
4.3.12.2.	Origem: por etiqueta e nome do ativo.	LAB	
4.3.12.3.	Destino: por etiqueta e nome do ativo.	LAB	
4.3.12.4.	Comunicações com Origem ou Destino para a Internet ou elemento não gerenciado.	LAB	
4.3.12.5.	Pelo nome do conjunto de regras.	LAB	
4.3.12.6.	Porta e Protocolo.	LAB	
4.3.12.7.	Período.	LAB	

4.3.13.	Possuir uma área específica para visualizar todos os fluxos de comunicação coletados.	LAB	
4.3.14.	Monitorar comunicações de elementos gerenciados com elementos que não suportam a instalação de agentes.	LAB	
4.3.15.	Prover visibilidade de todos os fluxos de comunicação de forma gráfica por meio de um mapa, permitindo o filtro no mínimo por IP, Porta, Aplicação, Binário e Serviço, nome do ativo.	LAB	
4.3.16.	Possuir relatórios de auditoria que identifiquem acessos e ações de grupos de usuários pelo tempo necessário para análises e auditorias.	DOC+LAB	
4.3.17.	Deve possuir Logs de Auditoria, para no mínimo:	DOC	
4.3.17.1.	Autenticação do usuário: Com sucesso e falha de autenticação.	LAB	
4.3.17.2.	Política de Segmentação: Criação e alteração de políticas, bem como a ação de desabilitar a política.	LAB	
4.3.17.3.	Etiquetas: Criação e alteração.	LAB	
4.3.17.4.	Logs: Quem consultou os logs.	LAB	
5. Requisitos de Política e Segmentação			
5.1.	Modelo de Política e Regras	-	
5.1.1.	As regras devem ser publicadas manualmente para os ativos, permitindo-se, inclusive, escolher se serão aplicadas todas as regras ou um conjunto específico baseado no nome do agrupamento.	LAB	
5.1.2.	Permitir desabilitar regra, ou um conjunto de regras, sem a necessidade de excluir da console.	LAB	
5.1.3.	Detectar, analisar e relatar suspeitas de tentativas de movimento lateral.	LAB	
5.1.4.	Monitorar as implementações das regras criadas no fluxo de comunicação de forma visual, comparando o tráfego real àquele permitido pelas políticas, para identificar comunicações inesperadas com sucesso ou não.	LAB	
5.1.5.	Deve suportar arquitetura baseada em princípios de Zero Trust, onde nenhuma comunicação deve ser permitida por padrão (implicit deny).	LAB	
5.1.6.	Deve criar políticas que restrinjam as comunicações ao mínimo necessário (Least Privilege).	LAB	
5.1.7.	Deve permitir a geração automática de políticas de Least Privilege baseadas nos fluxos de comunicação observados (mínimo 45 dias).	LAB	
5.1.8.	Deve suportar os modos de Visibilidade/Monitoramento e Proteção/Bloqueio (Enforcement).	LAB	
5.1.8.1.	A política de visibilidade deve permitir que o tráfego de dados flua normalmente, sendo identificado e registrado para criação de um mapa, sem bloqueio ou modificação.	LAB	
5.1.8.2.	A política de proteção ou modo bloqueio deve impedir ativamente o tráfego de rede que não esteja de acordo com as políticas de segurança definidas.	LAB	

5.1.9.	Deve permitir a simulação de políticas antes do enforcement, com visualização clara do impacto previsto.	LAB	
5.2.	Granularidade e Automação	-	
5.2.1.	As regras devem ser baseadas em: Etiquetas, Ativo, IP/Subrede, Aplicação, Porta e Protocolo.	LAB	
5.2.2.	Deve permitir políticas baseadas em User-ID e grupos (integradas a AD/IDPs via SAML 2.0).	DOC+LAB	
5.2.3.	Deve permitir a criação de regras diretamente a partir dos logs de comunicação.	LAB	
5.2.4.	Deve oferecer sugestões automatizadas e inteligentes (IA/ML) para criação de regras, e ser capaz de identificar padrões de tráfego anômalos e sugerir políticas de isolamento ou alerta.	LAB	
5.3.	Gestão de Políticas	-	
5.3.1.	Deve possuir templates nativos para serviços conhecidos (AD, SQL Server, Exchange).	DOC+LAB	
5.3.2.	Deve permitir salvar revisões de política e a reversão (rollback) para versões anteriores, restando ao menos 1 ano de versões.	DOC+LAB	
5.3.3.	Possuir nativamente modelos (templates) pré-definidos para aplicações conhecidas de mercado, com catálogo disponibilizado na própria console de gerenciamento.	DOC+LAB	
6. Requisitos de Etiquetas (Tags)			
6.1.	Criação e Integração	-	
6.1.1.	Deve possuir a capacidade de etiquetamento (tag) de todos os ativos, sem limite de quantidade. Os dispositivos devem herdar as regras com base nas tags.	DOC	
6.1.2.	Permitir hierarquizar as etiquetas, sem restrições, para visualização agrupada com subníveis no mapa de fluxo de comunicação.	LAB	
6.1.3.	A criação de etiquetas deve ser permitida por: IA/ML, Dinamicamente (por IP, nome, atributos) e Manual.	LAB	
6.1.4.	Deve possuir integração com CMDB (ServiceNow, Remedy) para importação de atributos e utilização dos labels nativos do Kubernetes para a geração de políticas.	DOC	
6.2.	Uso e Escopo	-	
6.2.1.	As etiquetas devem ser criadas com base em: tipo de aplicação, Aplicação/workload, ambiente (produção, homologação, desenvolvimento), dono do serviço/função do ativo, localização e perfil de risco/vulnerabilidade.	LAB	
6.2.2.	Deve permitir agrupar etiquetas em Grupos de Etiquetas e hierarquizar as etiquetas para visualização agrupada no mapa de fluxo de dados.	LAB	
7. Requisitos de Gestão de Vulnerabilidades			
7.1.	Integração e Risco	-	
7.1.1.	Deve possuir integração nativa com scanners de vulnerabilidade no mínimo Qualys e Tenable IO para controle contextual dos ativos.	DOC	

7.1.1.1.	Para tanto a solução deve permitir o envio de fluxos de comunicação, logs e receber comandos via API para criação de políticas.	LAB	
7.1.2.	Deve permitir a classificação e priorização automática de ativos com base em: criticidade do negócio, exposição na rede, função e perfil de risco.	DOC+LAB	
7.2.	Mitigação e Resposta	-	
7.2.1.	Deve sugerir ajustes nas regras de microsegmentação para mitigar brechas associadas ao ativo.	DOC+LAB	
7.2.2.	Deve permitir o recebimento de comandos para configuração de políticas através de APIs documentadas.	LAB	
8. Requisitos de Integração e API			
8.1.	API	-	
8.1.1.	Deve disponibilizar uma API robusta, bem documentada e com exemplos de uso (SDKs/Libraries).	DOC	
8.1.2.	A API deve ser compatível com os métodos CRUD (GET, PUT, POST, DELETE) para gerenciar o ciclo de vida completo das políticas e o status dos ativos.	DOC+LAB	
8.1.3.	A solução deve permitir o envio de eventos, logs, fluxos de comunicação, processos e serviços utilizados nas comunicações com e entre endpoints gerenciados.	DOC	
8.1.4.	Exposição de APIs RESTful para integração com sistemas de SIEM, SOAR, CMDB, ITSM e outros conforme necessidade.	DOC	
8.2.	Automação e Outras Integrações	-	
8.2.1.	Deve permitir a automação de workflows de segurança (isolamento de ativos, aplicação de políticas, resposta a incidentes).	LAB	
8.2.2.	Deve permitir integração com ferramentas DevSecOps/DevOps/Automação (Chef, Puppet, Ansible, Intune, SCCM) e CI/CD.	DOC	
8.2.3.	Deve permitir integração com ferramentas de ITSM (Remedy BMC e ServiceNow) para abertura automática de tickets e com CMDB/inventário de ativos para enriquecimento de contexto.	DOC	
8.2.4.	A Solução deve permitir integração com as soluções/ferramentas existentes na CAIXA, entre elas:	DOC	
8.2.4.1.	The Hive;	DOC	
9. Parâmetros de Regras e Funcionalidade			
9.1.	Permitir trabalhar tanto com Allowlist como Blocklist, de forma independente com políticas avaliadas sequencialmente.	LAB	
9.2.	Permitir criar regras de microsegmentação utilizando os seguintes parâmetros como Origem e Destino:	LAB	
9.2.1.	Etiquetas e Grupo de Etiquetas.	LAB	
9.2.2.	IP/Subredes.	LAB	
9.2.3.	Porta e protocolo.	LAB	
9.2.4.	Aplicação.	LAB	

9.2.5.	Processo (pelo menos para sistemas Windows).	LAB	
9.2.6.	Ativo (nome do ativo).	LAB	
9.2.7.	Grupo de usuários.	LAB	
9.2.8.	FQDN.	LAB	
9.2.9.	Internet (Comunicação com Internet / Rede Interna ou dispositivo não gerenciado).	LAB	
9.2.10.	Qualquer (Any).	LAB	
9.3.	Criar políticas com Lógicas de "E", "OU" ou por meio de expressão regular.	LAB	
9.4.	Permitir isolar uma máquina da rede, ou um grupo de máquinas, com uma única regra.	LAB	
9.5.	Permitir a combinação de regras utilizando máquina/usuário/processo de origem e serviço no destino.	LAB	
9.6.	Bloquear e permitir uma comunicação efetuada pela mesma porta e protocolo utilizando binários diferentes, minimamente nas plataformas Windows.	LAB	
9.7.	Permitir a inclusão de listas de FQDNs, por meio de importação de arquivo, para serem utilizadas durante a consulta DNS em bloqueio ou liberação de acesso a sites específicos.	LAB	
9.8.	Possuir mecanismo de consulta instantânea nos dispositivos gerenciados.	LAB	
10. Requisitos Específicos para Mainframe			
10.1.	Princípio e Visibilidade.	-	
10.2.	Operação Agentless.	DOC	
10.2.1.	Sem Agente (Agentless): Deve realizar Monitoramento Passivo de Tráfego para análise e definição de etiquetas e políticas nos agentes gerenciados.	DOC	
10.2.2.	Sem Agente (Agentless): Deve suportar Segmentação Baseada em Identidade de Fluxo com integração a firewalls/switches existentes (NetFlow, sFlow, SPAN).	DOC	

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****LICITAÇÃO CAIXA Nº 014/2026**

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: Registro de preços para contratação de solução especializada em Microsegmentação, visibilidade e proteção de rede para os servidores e containers dos datacenters e ambientes em nuvem da **CAIXA** na modalidade de subscrição de licenças, com validade de 60 meses, incluindo suporte técnico e atualização tecnológica, além de suporte técnico especializado e transferência de conhecimento, em conformidade com as disposições do Termo de Referência.

OBJETO	TIPO	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO GLOBAL R\$
Solução de Microsegmentação	Licenças	6.500		
Serviços Técnicos Especializados	Horas	2.400		
Transferência de Conhecimento	Turmas	5		
<u>Preço Total Global</u>				

OBS 1: Garantia de lote de mínimo no primeiro acionamento: 1000 licenças, sendo 850 licenças de servidores e 150 licenças de containers.

RELAÇÃO DAS LICENÇAS OFERTADAS

Fabricante/Componente	Versão/Part Number	Tipo de Licenciamento

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias)

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos limites da Lei.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 60 (sessenta) meses.

Prazo de garantia para toda a solução, incluindo hardware, software e licenças ofertados, **não inferior a 60 (sessenta) meses**, contados da data do termo de aceite de instalação.

FABRICANTE DA SOLUÇÃO: _____

DESCRIÇÃO DETALHADA

Para cada equipamento ou componente de software ofertado incluir informações, abrangendo, no mínimo: quantidade, marca, modelo, fabricante, módulos, licenciamentos e, se houver indicação de endereço do sítio de internet onde a **CAIXA** poderá, caso considerar necessário, buscar mais informações acerca dos equipamentos/componentes da solução, ou manual/folder do fabricante e respectivos itens, onde poderão ser obtidas/capturadas informações técnicas dos produtos/serviços ofertados, que, de forma inequívoca, identifiquem as configurações cotadas.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, **DECLARA:**

Responsabiliza-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à **CAIXA** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital;

Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução dos serviços, inclusive quanto aos critérios de habilitação;

Que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação;
- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- Autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

- Em área da **CAIXA** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação e/ou contrato;

Que não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto desta licitação com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com empregado(s) **CAIXA** que exerça(m) cargo em comissão ou função de confiança ou com dirigente(s) **CAIXA**:

- Em área da **CAIXA** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação e/ou contrato;
- Na área demandante da licitação;
- Na área que realiza a licitação.

Declara ainda que para a apresentação de proposta ao referido Edital, **NÃO** houve ocorrência de “Registro de Oportunidade”, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa Nº 1 de 4 de abril de 2019 e na Lei nº 8.666, de 1993.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A **PROPOSTA DE PREÇO** corresponde ao **VALOR GLOBAL**, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A **PROPOSTA COMERCIAL** deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

2.1 O **LICITANTE** deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “**LICITAÇÃO CAIXA**” → escolher a opção “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**”, localizado no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “**ANEXAR PROPOSTA**” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III**PREÇOS MÁXIMOS QUE A CAIXA SE PROPÕE A PAGAR**

OBJETO	TIPO	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO GLOBAL - R\$
Solução de Microsegmentação	Licenças	6.500	6.623,38	43.051.970,00
Serviços Técnicos Especializados	Horas	2.400	578,96	1.389.504,00
Transferência de Conhecimento	Turmas	5	22.981,60	114.908,00
VALOR GLOBAL				44.556.382,00

ANEXO IV**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026**

PROCESSO n.º 5688.01.0028.0/2026
LICITAÇÃO CAIXA Nº 014/2026

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[informar nome e CPF do representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **LICITAÇÃO CAIXA nº 014/2026**, do processo administrativo nº. **5688.01.0028.0/2026**, em face da autorização do(a) _____ *(indicar o nome e cargo do autor da autorização _____ da CAIXA ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº___)*, de ____/____/____, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____ *[indicar o nome da empresa, em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ *[da empresa]*, com sede na _____ *[indicar o endereço completo, inclusive CEP]*, neste ato representada por _____ *[informar nome e CPF do representante do fornecedor]*, doravante designada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da **CAIXA** – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de solução especializada em Microsegmentação, visibilidade e proteção de rede para os servidores e containers dos datacenters e ambientes em nuvem da **CAIXA** na modalidade de subscrição de licenças, com validade de 60 meses, incluindo suporte técnico e atualização tecnológica, além de suporte técnico especializado e transferência de conhecimento.

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a **CAIXA** a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da presente Ata será **de 01 (um) ano, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

Parágrafo Primeiro – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, **180 (cento e oitenta) dias corridos** de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à **CAIXA** oriundos da não prorrogação.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

A gestão deste instrumento caberá à **CEGTI02** no seu aspecto operacional e à **CEFOP**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

OBJETO	TIPO	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO GLOBAL R\$
Solução de Microsssegmentação	Licenças	6.500		
Serviços Técnicos Especializados	Horas	2.400		
Transferência de Conhecimento	Turmas	5		
<u>Preço Total Global</u>				

FORNECEDOR:

1º CLASSIFICADO: CNPJ

Parágrafo único – O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata, se for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os prazos para entrega dos produtos/serviços deverá ser conforme o item 3.1.1 e 3.1.2 e os prazos para execução será conforme o item 3.1.3 do Anexo I – A - Forma de Execução e Fiscalização do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A(s) empresa(s) detentora(s) do preço registrado poderá(ao) ser convidada(s) a firmar contratação(ões) para prestação de serviços, na ordem de sua classificação,

observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela **CAIXA**, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

Parágrafo Segundo – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à **CAIXA** no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a **CAIXA** poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto – A **CAIXA** fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

Parágrafo Quinto – Durante a vigência da Ata a **CAIXA** se reserva o direito de fazer avaliações do material/serviço fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo **FORNECEDOR**.

Parágrafo Sexto – Caso seja detectado que o produto entregue que não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a **CAIXA** rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o **FORNECEDOR** a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de **10 dias corridos**.

Parágrafo Sétimo – O aceite/aprovação dos bens ou serviços pela **CAIXA**, não exclui a responsabilidade civil do **FORNECEDOR** por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo **FORNECEDOR** registrado verificados posteriormente, garantindo-se à **CAIXA** as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do **FORNECEDOR**, além das demais previstas nesta Ata e nos Anexos I, I – A, I – B, I – C e I – E:

I Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela **CAIXA** e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a **CAIXA**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A

responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;

II Recrutar e contratar a mão de obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da **CAIXA**, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

III Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução contratual, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da **CAIXA**, bem como para que a **CAIXA** se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela contratada, no ato da assinatura do Contrato;

IV Conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que obtenham o nível de adequação descrito pela **CAIXA**, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela **CAIXA** e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à **CAIXA** ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a **CAIXA**;

V Substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela **CAIXA**, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;

VI Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da **CAIXA**, clientes, visitantes e demais contratados;

VII Dar ciência à **CAIXA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços e na execução do objeto, quando da assinatura dos contratos;

VIII Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no decorrer da vigência da Ata e dos respectivos contratos a serem firmados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da **CAIXA**;

IX Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;

X Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à **CAIXA**, juntamente com o documento fiscal,

os comprovantes de pagamento de salários e demais obrigações trabalhistas e sociais, tais como contracheques com recibo do empregado, comprovante de depósito bancário, dentre outros, relativos aos empregados alocados na prestação dos serviços contratados, bem como os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;

XI Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela **CONTRATADA**, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a **CAIXA**;

XII Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a **CAIXA**. A omissão da **CONTRATADA**, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;

XIII Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela **CAIXA**, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da **CAIXA** por créditos devidos aos empregados da **CONTRATADA**, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;

XIV Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;

XV Atender às solicitações da **CAIXA** para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à **CONTRATADA** a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;

XVI Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a **CAIXA** das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;

XVII Fornecer à **CAIXA**, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;

XVIII Informar à **CAIXA**, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela **CONTRATADA** para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle

operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;

XIX Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da **CAIXA**, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela **CAIXA**;

XX Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da **CAIXA**, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto desta Ata e seus respectivos contratos;

XXI Obedecer às normas e rotinas da **CAIXA**, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da **CAIXA**;

XXII Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CAIXA**, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

XXIII Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços e fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;

XXIV Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da **CAIXA**;

XXV Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços e fornecimento previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

XXVI Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da **CAIXA**;

XXVII Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXVIII Manter, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XXIX Manter atualizados, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

XXX Manter perante a **CAIXA**, durante a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da **CAIXA** de substituta tributária;

XXXI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na **CAIXA**, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da **CAIXA**, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

XXXIV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, que integra esta Ata;

XXXV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XXXVI Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;

XXXVII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da **CAIXA** e entregar na **CEGTI02 - cegt02@caixa.gov.br**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a **CAIXA** e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.

XXXVIII Aceitar alterações das condições dos serviços e fornecimento inicialmente pactuados nos contratos decorrentes da presente Ata, no caso de eventuais mudanças estruturais da **CAIXA**, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a **CAIXA** ou eventual instituição de transição ou para um adquirente

definitivo, garantindo a continuidade da prestação do serviço e fornecimento até o final do contrato.

XXXIX Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XL Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:

- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da **CAIXA**;
- c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) Não é empregado ou dirigente **CAIXA** na condição de licitante;
- i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - Dirigente da **CAIXA**;
 - Empregado da **CAIXA** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

- Autoridade do ente público a que a **CAIXA** esteja vinculada.
- j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CAIXA** há menos de 6 (seis) meses.
- XLII Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da **CAIXA** (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da **CAIXA** (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx);
- XLIII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XLIV Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Décima.
- XLV Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da **CAIXA**, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A **CAIXA** – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.
- XLVI Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, bem como as demais disposições previstas nos contratos, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- XLVII Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a **CAIXA**, no prazo de **10 dias corridos** toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sujeitando-se as penalidades cabíveis;
- XLVIII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da **CAIXA**, inclusive de acesso as suas dependências;
- XLVIII Manter, durante todo o período de vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com

deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

- XLIX Indenizar a **CAIXA**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições desta Ata e dos respectivos contratos, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- L Assumir defeitos do bem-produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- LI Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela **CAIXA**;
- LII Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- LIII Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário;
- LIV Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- LV Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- LVI Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato e o nome da fornecedora/fabricante;
- LVII Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva na parte interna do elemento de sinalização instalado onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do elemento de sinalização;
- LVIII Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- LIX Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I, por sua conta e sem ônus para a **CAIXA**, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- LX Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela **CAIXA** e responsabilizando-

se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à **CAIXA** ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a **CAIXA**;

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do **FORNECEDOR**:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à **CAIXA** ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **CAIXA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, eximindo a **CAIXA** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **CAIXA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à **CAIXA**;
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A **CAIXA** obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser prestado o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da **CAIXA**;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes;
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da **CAIXA** responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.

- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.

Parágrafo Único – No caso de supressão de serviços nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela **CAIXA** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A **CONTRATADA** deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
 - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
 - c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
 - d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
 - e) Utilização de fontes renováveis de energia;
 - f) Gestão adequada de resíduos.
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela **CAIXA**.
 - a) A **CAIXA** realizará convite formal para que a **CONTRATADA** se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus

conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.

- V Responder a pesquisa implementada pelo **CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT**, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela **CAIXA**.
- a) A **CAIXA** viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a **CONTRATADA** para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a **CAIXA** a realizar visitas de vistoria às instalações da **CONTRATADA**, quando solicitado pela **CAIXA** ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela **CONTRATADA** para a execução do objeto contratual.
- IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela **CAIXA** e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.
- a) Caso a **CONTRATADA** tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.
- b) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada anualidade do contrato, durante a jornada de trabalho dos empregados.
- X Promover atividades periódicas relacionadas às normas e rotinas da segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e de segurança a serem observadas, de maneira a fomentar um ambiente de trabalho saudável e seguro para os seus colaboradores, implementando, inclusive, ações de Saúde e Qualidade de Vida para os empregados.

- a) A cada anualidade do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.
- XI Instituir e manter programa de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.
- a) A cada anualidade do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.
- XII Observar, no que couber, a Lei Nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.
- XIII Implementar no seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e Gases de Efeito Estufa (GEE), bem como aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.
- a) A **CONTRATADA** deverá apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, um dos documentos a seguir:
- Inventário de Efeito de Gás Estufa;
 - Relatório de Sustentabilidade publicado de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* – GRI; ou
 - Certificado de Crédito de Carbono.
- XIV Apresentar o Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos de suas atividades, comprovando o pleno atendimento à legislação específica sobre a matéria, Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022.
- XV Apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, evidências que comprovem as implementações e melhorias estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente.
- XVI Desenvolver política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia,

produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa.

- XVII Estruturar e implementar, sempre que possível, sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.
- XVIII Implementar a logística reversa na aquisição de produtos eletrônicos, cabendo ao fornecedor o recolhimento do material, conforme disposto na Lei nº. 12.305/10.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS

O **FORNECEDOR** providenciará por sua conta e sem ônus para a **CAIXA**, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação **durante o período de 60 meses**, a contar da data do fornecimento/serviço, conforme descrito no subitem 5.1.1 do **Anexo I – A - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A **CAIXA**, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, no **15º (décimo quinto) dia útil** após a emissão da Nota Fiscal pela contratada, mediante crédito em conta corrente mantida pela **CONTRATADA**, obrigatoriamente, em agência da **CAIXA**.

A **CAIXA** efetuará o pagamento à **CONTRATADA** após o recebimento da nota fiscal/fatura, desde que:

- a) Haja o ateste da área responsável;
- b) Todas as cláusulas contratuais tenham sido integralmente cumpridas;
- c) A documentação esteja em conformidade com a legislação vigente.

O prazo de pagamento será automaticamente prorrogado na mesma proporção de eventual atraso na entrega da nota fiscal e/ou fatura por parte da **CONTRATADA**.

A **GETEL03**, getel03@caixa.gov.br será a unidade responsável pelo ateste das faturas decorrentes da presente contratação.

As faturas deverão ser emitidas e entregues à **CEGTI02** cegti02@caixa.gov.br para as providências de ateste e posterior encaminhamento para pagamento.

A **CONTRATADA** poderá emitir notas fiscais segregadas por natureza do objeto contratado, de forma a discriminar, em documentos fiscais distintos, os valores referentes a: (i) hardware, quando aplicável; e (ii) software, licenças, subscrições ou serviços correlatos. A segregação deverá observar as regras fiscais, contábeis e tributárias vigentes, bem como facilitar a classificação orçamentária, o ateste técnico e o processamento financeiro pela **CAIXA**. A emissão separada não altera o prazo

contratual, a forma de prestação dos serviços, nem a responsabilidade integral da **CONTRATADA** sobre o conjunto da solução fornecida.

Etapas, condições e percentuais de pagamento

Etapas	Valor	Condição de Pagamento	Prazo de entrega/execução
Entrega de licenças dos agentes / subscrição.	80% do valor das licenças solicitadas.	Após entrega e conferência de todos os componentes da solução (hardware, software e serviços) mediante ateste da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à efetiva entrega das licenças.
Implantação dos agentes / subscrição	20% do valor das licenças instaladas.	Após a instalação dos agentes / subscrição mediante ateste da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à efetiva instalação das licenças.
Suporte Técnico Especializado	100% das horas solicitadas	Sob demanda, conforme solicitação da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação de serviços, mediante o ateste de aceite dos serviços prestados
Transferência de conhecimento	Valor da(s) turma(s) solicitada(s)	Sob demanda, conforme solicitação da CAIXA	O pagamento será feito no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês da realização do treinamento, mediante ateste da CAIXA

A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais/faturas em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

Disposições Complementares

O não cumprimento das condições estabelecidas para cada etapa de pagamento poderá acarretar:

- a) Suspensão do pagamento correspondente;
- b) Aplicação das penalidades previstas no contrato;
- c) Rejeição da fatura até a regularização da pendência.

A **CAIXA** poderá condicionar o pagamento à apresentação de documentos comprobatórios adicionais, como relatórios técnicos, termos de aceite e evidências de execução, conforme exigido execução técnica, e nos itens 11 (transferência de conhecimento) e 12 (gestão e fiscalização) do Anexo I – A – Forma de Execução e Fiscalização do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à **CAIXA** até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços,

prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega do documento fiscal, cabendo à contratada emitir a correspondente documento fiscal em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

a) Quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentado no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo – A não apresentação do documento fiscal citado no parágrafo anterior, no prazo indicado, assegura à **CAIXA** o direito de suspender o pagamento dos serviços, sem que isso implique a atualização ou correção do valor da nota fiscal/fatura, ficando ainda o fornecedor sujeito ao pagamento de multas por eventuais atrasos nos repasses de tributos pela **CAIXA**.

Parágrafo Terceiro – Nas obras/serviços cujo prazo de execução seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias corridos, o pagamento dar-se-á em uma única parcela, no final da obra, após vistoria e mensuração da mesma pela **CAIXA**.

Parágrafo Quarto – As obras/serviços com prazo de execução superior a 30 (trinta) dias corridos, poderão ser pagas em medições mensais, após os 30 (trinta) dias iniciais, desde que a **CONTRATADA** apresente solicitação com a respectiva medição, observado o Cronograma Físico-Financeiro estabelecido.

a) As medidas deverão ser discriminadas e apresentadas na forma de planilha, identificando os itens de acordo com a proposta inicial.

Parágrafo Quinto – Todos os equipamentos fornecidos na realização da obra/serviços tais como, aparelhos de ar condicionado, elevadores, NO-BREAK, estabilizadores, portas de segurança, centrais telefônicas, aparelhos de fax, e outros, deverão ser faturados através de Nota Fiscal de Venda contendo custos unitários e totais e garantia dos equipamentos nos termos da licitação, acompanhados dos elementos seguintes, sem o que não será possível efetuar o respectivo pagamento:

- a) Manual completo de operação do(s) equipamento(s);
- b) Certificado de garantia do(s) equipamento(s) instalado(s);
- c) Esquema elétrico completo da instalação, e
- d) Fotocópia da folha de partida do(s) equipamento(s).

Parágrafo Sexto - O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

a) A identificação completa da **CAIXA**, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;

b) Descrição de todos os serviços/itens que compõem o respectivo documento fiscal de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da **CAIXA** contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

c) Bens e serviços negociados na Proposta Comercial como benefícios do contrato, sem ônus para a CAIXA, devem ser informados pela Contratada no documento fiscal como item de benefício para ateste, sem qualquer remuneração a ele associada.

Parágrafo Sétimo – O documento fiscal não aprovado pela **CAIXA** será devolvido ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CAIXA**, em hipótese alguma, autorizará o fornecedor a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

Parágrafo Oitavo – A **CAIXA** fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o fornecedor, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso o fornecedor esteja amparado por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à **CAIXA**, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Nono – Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à **CAIXA** a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, o fornecedor é obrigado a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais/faturas forem necessárias, independentemente de o fornecedor estar ou não nele estabelecido e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

Parágrafo Décimo – Os encargos sofridos pela **CAIXA** por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pelo fornecedor, serão cobrados diretamente do fornecedor.

Parágrafo Décimo Primeiro– A **CONTRATADA**, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação .

Parágrafo Décimo Segundo – A critério e conveniência da **CAIXA**, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Terceiro - Constatada a situação de irregularidade, a **CAIXA** efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a **CONTRATADA** será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Décimo Quarto - Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Décimo Quinto – O não pagamento dos documentos fiscais, por culpa exclusiva da **CAIXA**, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGP-M2) \times \dots (1 + IGP-M-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a **CAIXA**, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - A **CAIXA**, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo - A **CAIXA** poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro - A ausência de fiscalização por parte da **CAIXA** não eximirá o **FORNECEDOR** das responsabilidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO

A **CONTRATADA** autoriza a **CAIXA** a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata ou da garantia contratual, se houver previsão contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** concorda, em casos de prejuízos sofridos pela **CAIXA** em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a **CAIXA**, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** concorda com o desconto de valores apurados a crédito da **CAIXA** em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a **CAIXA**, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à **CAIXA**, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à **CAIXA**, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGPM-2) \times \dots (1 + IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR**:

- I) Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos decorrentes da presente Ata, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II) As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

O **FORNECEDOR**, quando convocado para assinatura dos Contratos, prestará garantia de execução contratual, equivalente a **5%(cinco por cento)** do valor total do Contrato, devendo apresentar à **CAIXA**, como condição para a assinatura do instrumento contratual, o comprovante em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II Seguro-garantia
- III Fiança bancária

Parágrafo Primeiro – A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do Contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da **CAIXA**, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a **CAIXA**;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O Seguro-garantia é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 30 (trinta) dias após a última data de vencimento do Contrato;

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela **CAIXA** em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

I No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

b) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

c) A notificação de Expectativa de Sinistro pela **CAIXA** se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela **CAIXA** à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

I A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela **CAIXA**, bem como para caracterização do sinistro;

II No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a **CAIXA** comunicar o ato;

- III A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da **CAIXA** nos procedimentos acima sinalizados;
- IV Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- V A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- VI Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas na alínea “a”, parágrafo terceiro.

Parágrafo Quarto - Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

Parágrafo Quinto - Para a reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

Parágrafo Sexto – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a **CAIXA** interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

Parágrafo Sétimo – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à **CAIXA** em decorrência da má execução do Contrato.

Parágrafo Oitavo – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do Contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Nono – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CAIXA**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não **cumpra suas obrigações**;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no Parágrafo Décimo Primeiro desta cláusula, independente de notificação à Instituição emitente.
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

Parágrafo Décimo - A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do seu vencimento, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Décimo Primeiro - A perda da garantia em favor da **CAIXA**, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e no Contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo Terceiro – O fornecedor deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo nono acima.

Parágrafo Décimo Quarto - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a **CAIXA**, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

a) A substituição da garantia, após aceitação pela **CAIXA**, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **CAIXA** convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

Parágrafo Terceiro – É admitida a revisão de preços registrados, para mais ou para menos, limitada à variação obtida pelo **ICTI (Índice de Custos da Tecnologia da Informação)** ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para os serviços de registrados, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – O reajuste será contado da data-limite para entrega das propostas e os efeitos financeiros, a partir da prorrogação da vigência da Ata.

Parágrafo Quinto – A atualização dos preços será realizada para todos os valores da Ata (valor unitário, garantia contratual, dentre outros) e será aplicada sobre os valores registrados.

Parágrafo Sexto – Os contratos decorrentes do acionamento desta Ata que já estiverem assinados antes das revisões de preços não serão alcançados por elas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A **CAIXA** poderá cancelar os preços registrados e rescindir os contratos decorrentes desta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos **CAIXA**;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado.

Parágrafo Primeiro – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- I Por razão de interesse público; ou
- II Pedido do fornecedor.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento dos preços registrados, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelados os preços registrados a partir da última publicação.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **CAIXA**, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do **FORNECEDOR**, relativas à execução do objeto desta Ata.

Parágrafo Sexto – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela **CAIXA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – No caso de não atendimento à convocação da **CAIXA** para assinatura do Contrato o **FORNECEDOR** sujeitar-se-á à multa de **10% (dez por cento) do valor do contrato sem atendimento**, objeto do Contrato não assinado, podendo a **CAIXA** cancelar o registro do **FORNECEDOR**.

Parágrafo Segundo – Pelo atraso no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas e sociais, referentes aos empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato: multa de 1% ao dia, incidente sobre o valor da fatura do mês referente à ocorrência, limitada a 10% do valor mensal;

Parágrafo Terceiro – A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima quarta, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Quarto – Além das multas previstas nos parágrafos primeiros e segundo, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

DO ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS

O descumprimento de quaisquer obrigações deste item sujeitará a **CONTRATADA** à multa de **0,05% do valor global do contrato por dia de atraso**, limitada a **10% do valor total**.

Penalidades por descumprimento de prazos

Indicador	Fórmula da Cálculo	Multa Aplicável
TMIA	(Data/hora do início real do atendimento – data/hora abertura do chamado)	0,5% do valor do contrato por hora ou fração
TMSO	((data/hora da solução operacional - data/hora da abertura do chamado) - tempo sob responsabilidade da CAIXA))	Severidade 1: 0,2% do valor do contrato por hora ou fração
		Severidade 2: 0,15% do valor do contrato por hora ou fração
		Severidade 3: 0,10% do valor do contrato por hora ou fração
TMSDC	((data/hora da solução definitiva - data/hora da abertura do chamado) - tempo sob responsabilidade da CAIXA))	Severidade 1: 0,15% do valor do contrato por hora ou fração

		Severidade 2: 0,1% do valor do contrato por hora ou fração
		Severidade 3: 0,05% do valor do contrato por hora ou fração
TMED	(data/hora da resposta - abertura do chamado)	0,01% do valor do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado

A não apresentação do relatório mensal sujeita a **CONTRATADA** à multa de **0,03% por dia de atraso**, limitada a **10% do valor global do contrato** **TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

O descumprimento de qualquer cláusula deste item sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de **multa de 0,05% por dia de atraso**, calculada sobre o valor do(s) equipamento(s) relacionado(s), **limitada a 10% do valor total do contrato**.

Penalidades por Desempenho Insatisfatório

Caso o descumprimento de obrigações contratuais resulte em descontos mensais iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do valor da fatura por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses não consecutivos, a **CONTRATADA** ficará sujeita à aplicação de multa adicional.

A multa prevista será de **1% (um por cento) do valor da fatura mensal** por ocorrência, limitada a **10% (dez por cento) do valor da fatura correspondente** ao mês da infração.

Penalidades por Omissão de Relatórios

O não fornecimento do relatório consolidado dos chamados até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de **multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato** por dia de atraso, limitada a **10% do valor total do contrato**.

Penalidades por atraso na integração com a Central de Atendimento

O descumprimento dos prazos estabelecidos para integração com a Central de Atendimento da **CAIXA** implicará na aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato por dia de atraso.

A não entrega ou atualização do Plano de Sustentação, incluindo a documentação técnica exigida, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de **0,03% do valor global do contrato por dia de atraso**, limitada a **5% do valor total do contrato**.

- a) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: **multa de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor global do contrato;**
- b) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de **0,1% (um décimo por cento), sobre o valor global do contrato;**
- c) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de **0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato;**
- d) Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do **6º mês** de vigência do contrato: multa de **0,1% (um décimo por cento), sobre o valor global do contrato;**
- e) Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do **6º mês** de vigência do contrato: multa de **0,1% (um décimo por cento), sobre o valor global do contrato;**

Parágrafo Quinto – O **FORNECEDOR** autoriza à **CAIXA** descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a **CAIXA**, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Sexto – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **CAIXA** em virtude de atos ilícitos praticados.
- e) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- f) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- g) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- h) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

- i) Não mantiver a proposta;
- j) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- k) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**.
- l) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;
- m) Não comprovar a realização de logística inversa e reversa;

Parágrafo Sétimo – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Oitavo – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da **CAIXA**, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Nono – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Décimo – A penalidade de suspensão aplicada à **CONTRATADA** alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

Parágrafo Décimo Primeiro – A falta de quaisquer materiais ou insumos cuja prestação dos serviços incumbe ao **FORNECEDOR** não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3103-03 e 5303-10.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;

- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a **CAIXA** e para a contratada;
- III Por determinação judicial;

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da **CAIXA**, direta ou indiretamente;
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à **CAIXA**, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I Prévia anuência da **CAIXA**;

II Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;

III A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independentemente do número de estatais que aderirem;

IV Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a **CAIXA**;

Parágrafo Primeiro - O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a **CAIXA**, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

Parágrafo Segundo – Após a autorização da **CAIXA**, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à **CAIXA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCO

A Matriz de risco definida no Anexo desta Ata tem o objetivo de estabelecer os riscos assumidos pelo **CONTRATANTE** e pela **FORNECEDORA** na execução dos contratos decorrentes desta Ata.

Parágrafo Primeiro – A **FORNECEDORA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto da presente Ata e dos contratos dela decorrentes, conforme estabelecido na Matriz de Risco, exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo – Os casos omissos serão objeto de análise pautada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo, conforme caso concreto.

Parágrafo Terceiro – A Matriz de Riscos estabelece a probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro, que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra, incluindo prejuízo econômico.

Parágrafo Quarto – Considera-se mantido o equilíbrio-financeiro do contrato quando atendidas as suas condições e mantidas as disposições da Matriz de Risco, somente sendo possível a **FORNECEDORA** solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando sua responsabilidade for excluída na Matriz de Risco.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado ao **FORNECEDOR** a subcontratação de empresa para a prestação dos serviços objeto dos contratos decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A INFORMAÇÕES

A **CONTRATADA** autoriza a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e o Agente Operador do FGTS a fornecer à **CAIXA** todas as informações e comprovantes referentes aos recolhimentos de FGTS e contribuições previdenciárias relativas aos empregados da Contratada, efetuados em decorrência do presente contrato, conforme procuração que consta como Anexo deste Instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**;

II Em razão de eventuais alterações estruturais da **CAIXA**, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos/prestação dos serviços, caso em que a **CAIXA** notificará o fornecedor para promover as mudanças necessárias;

III O **FORNECEDOR** informará à **CAIXA**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;

IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação do Fornecedor com outrem, a **CAIXA** reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;

V O **FORNECEDOR** não poderá utilizar o nome da **CAIXA**, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade do Fornecedor e aplicação das penalidades cabíveis;

VI O **FORNECEDOR** está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

VII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato decorrente desta Ata e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

VIII É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

IX A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

Local e data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Fornecedor

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1: CNPJ

FORNECEDOR 2: CNPJ

FORNECEDOR 3: CNPJ

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **MATRIZ DE RISCO**

Riscos da Prestação do Serviço de Tecnologia da Informação

Risco Identificado	Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação Preventiva	Estratégia	Ação de Contingência	Unidade Responsável
Conflitos entre testes dos QA e DEV	Redução na autonomia dos testes	Alta	Médio	Média	Estabelecer regras de governança e uso conjunto antes da implementação	Mitigar	Formalizar SLA de uso e escalonamento em caso de conflito	GESQI GEPAC SUDEA SUDEB
Aumento do tempo de teste	Comprometimento de cronograma de entregas	Alta	Médio	Média	Garantir capacitação interna dos usuários no uso da ferramenta	Mitigar	Vincular métricas de eficiência da QA ao uso da ferramenta	GESQI SUDEA SUDEB
Subutilização da ferramenta	Desperdício de recursos públicos	Média	Alto	Alta	Definir claramente os casos de uso para QA e garantir treinamento antes da aquisição	Mitigar	Redefinir o uso da ferramenta e criar plano de capacitação urgente	GESQI SUDEA SUDEB
Manutenção da ferramenta depender exclusivamente de consultoria externa	Dependência de fornecedores	Baixa	Médio	Baixa	Garantir capacitação interna e suporte local na contratação	Mitigar	Prever suporte técnico ágil e eficiente no contrato	GESQI GEPAC
Licenças adquiridas estarem aquém da necessidade real	Queda na produtividade das equipes	Média	Médio	Média	Redistribuir as licenças da ferramenta entre sistemas/profissionais	Mitigar	Solicitar aditivo contratual	GESQI GEPAC SUDEA SUDEB
Ferramenta se tornar obsoleta com mudanças tecnológicas	Inutilização do investimento realizado	Baixa	Alto	Média	Avaliar vida útil dos sistemas mainframe	Aceitar	Prever cláusula contratual de upgrade de versões	GESQI GEPAC

Riscos do Processo da Contratação

Risco Identificado	Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação Preventiva	Estratégia	Ação de Contingência	Unidade Responsável
Atraso na contratação por falta de formalização / elaboração dos artefatos das áreas da CAIXA envolvidas no processo	Atraso na contratação e prestação dos serviços	Média	Médio	Média	Envolver a alta gerência da TI e do gestor do negócio para dar a relevância adequada ao processo de contratação de maneira que os envolvidos deem prioridade em termos de alocação de recursos	Mitigar	Acompanhar com o(s) gestor(es) a elaboração e a formalização da demanda de contratação	GESQI GEPAC GEGAT SUART
Atraso na contratação por falta de patrocínio estratégico para a contratação	Atraso na contratação e prestação dos serviços	Média	Médio	Média	Envolver a alta gerência da TI e do gestor do negócio para dar a relevância adequada ao processo de contratação de maneira que os envolvidos deem prioridade em termos de alocação de recursos	Mitigar	Acompanhar com o(s) gestor(es) a elaboração e a formalização da demanda de contratação	GESQI GEGAT
Dificuldade de verificar a compatibilidade de preços de propostas com os praticados no mercado	Dificuldade de assertividade na estimativa de preços	Média	Médio	Média	Realizar ampla pesquisa de mercado	Mitigar	Avaliar com o(s) gestor(es) e/ou fornecedores a possibilidade de ajuste das especificações técnicas do objeto, das condições de execução do contrato e dos preços para obter melhor custo x benefício e viabilizar a contratação	GEGAT
Exigência de qualificação técnica, econômica e/ou requisitos não atendidos pelo mercado	Não contratação e empresa para a prestação dos serviços	Baixa	Médio	Média	Negociar termos e condições visando adequação às condições que possam ser atendidas pelo mercado	Mitigar	Negociar com o(s) gestor(es) a possibilidade de ajuste das exigências, de forma a não inviabilizar a participação de potenciais fornecedores	GESQI GEPAC GEGAT SUART
Fornecedor único: concordata, falência, deixar de prestar serviços no Brasil, fusão, incorporação etc.	Inviabilidade ou maior custo na contratação	Baixa	Alto	Média	Atentar para notícias e sinais do mercado e do fornecedor	Aceitar	Necessidade de ter o plano de continuidade para contorno de incidentes, com utilização de profissionais de outros contratos e empregados CAIXA	GESQI GEPAC GEGAT SUART

Riscos de Segurança da Informação e Cibernético

Risco Identificado	Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação Preventiva	Estratégia	Ação de Contingência	Unidade Responsável
Inexistência ou fragilidade na atualização de políticas de segurança da ferramenta contratada	Exposição a vulnerabilidades conhecidas ou uso indevido de informações	Baixa	Alto	Alta	Exigir política de atualização documentada na contratação	Mitigar	Solicitar atualização emergencial da ferramenta ou patcher corretivos. Implementação de controles compensatórios temporários (bloqueio de acesso, segmentação de rede, restrição de funcionalidades)	GESQI GEPAC
Não atender integralmente aos dispositivos da Lei 13.709/18 - LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.	Exposição indevida de informações corporativas da CAIXA e de seus clientes	Baixa	Alto	Média	Inclusão de condicionantes no Termo de Referência, consequentemente, no contrato, com previsão de sanção em caso de descumprimento da LGPD pela Contratada.	Mitigar	Não há, pelo cumprimento da LGPD tratar-se de imposição legal.	GESQI GEPAC SUDEA SUDEB

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**MODELO DE DECLARAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A
INFORMAÇÕES**

A Empresa, [informar a qualificação completa da empresa], por este instrumento público, confere poderes à **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF**, para acessar informações relativas a tributos, contribuições sociais, previdenciárias, FGTS, e outros encargos devidos, podendo solicitar certidões e declarações, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Agente Operador do FGTS, de toda e qualquer informação relativa à verbas trabalhistas/previdenciárias referentes ao quadro de empregados alocados no contrato resultante da Ata n.º **XXX/2026**. É permitido o substabelecimento dos poderes aqui conferidos a outros empregados da **CAIXA** (Outorgada), que estejam no exercício de cargo ou função compatível com o exercício dos poderes que lhes serão substabelecidos.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

Combate à Corrupção

1 OBJETIVO

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela **CAIXA** dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da **CAIXA** a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela **CAIXA**.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão de obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela **CAIXA**, responder a pesquisa implementada pelo **CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT**, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na **CAIXA**, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à **CAIXA**, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à **CAIXA** de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da **CAIXA**, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO**
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a **CAIXA**, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não ter conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à **CAIXA** caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Ter conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a **CAIXA** implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO -
Exclusivo para Prestador de Serviço**

Nome do Usuário	Matrícula
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da **CAIXA**, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela **CAIXA**, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da **CAIXA** relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a **CAIXA** disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela **CAIXA** em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da **CAIXA** ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede **CAIXA**;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela **CAIXA** para tratar de assuntos pessoais, criticar a **CAIXA** e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da **CAIXA** em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da **CAIXA** e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da **CAIXA** que fragilizem a segurança e exponham informações;

10. Não revelar, dentro ou fora da **CAIXA**, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela **CAIXA**, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da **CAIXA** ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da **CAIXA** seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- A **CAIXA** se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- As responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela **CAIXA**;
- O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, ____ de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do usuário
imediate

Assinatura/matricula da Chefia

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

A Contratada **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da **CAIXA**;
- c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) Não é empregado ou dirigente **CAIXA** na condição de licitante;
- i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da **CAIXA**;
 - b) Empregado da **CAIXA** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a **CAIXA** esteja vinculada.
- j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CAIXA** há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/CPF

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO****Exclusivo para Prestador de Serviço**

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da **CAIXA**, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela **CAIXA**, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da **CAIXA** relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a **CAIXA** disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela **CAIXA** em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da **CAIXA** ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede **CAIXA**;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela **CAIXA** para tratar de assuntos pessoais, criticar a **CAIXA** e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;

9. Não citar ou discutir assuntos internos da **CAIXA** em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da **CAIXA** e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da **CAIXA** que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da **CAIXA**, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela **CAIXA**, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da **CAIXA** ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da **CAIXA** seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- A **CAIXA** se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- As responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela **CAIXA**;
- O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do usuário

Assinatura/matricula da Chefia imediata

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES E EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇO

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade **CAIXA** (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a **CAIXA**

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade **CAIXA** (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA– FORNECEDORES E
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade **CAIXA** <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A **CAIXA** – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a **CAIXA**.

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade **CAIXA** <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A **CAIXA** – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa , CNPJ , no cargo de , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na **CAIXA**, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela **CAIXA** por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>, www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores **CAIXA**” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A **CAIXA** – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a **CAIXA**, antes de prestarem serviços a ela.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO**

Número do Instrumento Contratual XXXX/2026 (Pedido SAP XXXXX)

CONTRATANTE:

CNPJ:

Endereço:

Representada por: – CPF:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representada por: - CPF(MF):

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para contratação de solução especializada em Microsegmentação, visibilidade e proteção de rede para os servidores e containers dos datacenters e ambientes em nuvem da **CAIXA** na modalidade de subscrição de licenças, com validade de 60 meses, incluindo suporte técnico e atualização tecnológica, além de suporte técnico especializado e transferência de conhecimento, conforme especificação contida na **Ata de Registro de Preços XXX/2026** e no correspondente Termo de Referência, Anexo I e Anexo I – A no quantitativo abaixo:

OBJETO	TIPO	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO GLOBAL R\$
Solução de Microsegmentação	Licenças	6.500		
Serviços Técnicos Especializados	Horas	2.400		
Transferência de Conhecimento	Turmas	5		
<u>Preço Total Global</u>				

Seq.	Item	Qtd.	Unid.	Vlr. unitário	Un. Cx.	Vlr. total	Data remessa

1.2 Endereço de entrega: Conforme tabela do subitem 4.1.1 do Anexo I – A – Forma de Execução e Fiscalização do Contrato.

2 DOS PRAZOS

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “DOS PRAZOS” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na **Ata de Registro de Preços XXX/2026**, a **CAIXA** pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ (), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a **CAIXA** efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO” da Ata de Registro de Preços.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Observar as condições contratuais constantes da **Ata de Registro de Preços XXX/2026**, para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

5.1 A **CONTRATADA** deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA” da Ata de Registro de Preços.

6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções previstas constantes da **Ata de Registro de Preços XXX/2026**.

7 DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Conforme previsto na cláusula “DA GARANTIA CONTRATUAL” da Ata de Registro de Preços.

8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº XXX/2026**, bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

10 DO FORO

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

, de de .

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTES CONTRATO NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.

ANEXO VI**DECLARAÇÃO MPE**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de participação na **LICITAÇÃO CAIXA nº 014/2026** que:

- Se enquadra na condição de _____ **(o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI)**, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante

ANEXO VII**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital **LICITAÇÃO CAIXA nº 014/2026**.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a **CAIXA**;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário **CAIXA**, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários **CAIXA**;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a **CAIXA** em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DO LICITANTE**

À

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CECOT**Referência: **LICITAÇÃO CAIXA nº 014/2026**

A _____ **[RAZÃO SOCIAL/NOME]**, inscrito(a) no _____
[CNPJ/CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, _____
[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], **DECLARA**, sob as penas da
lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação por meio do Edital publicado;
2. Obriga-se a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
3. Preenche todos os requisitos e condições de habilitação constantes do Edital, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;
4. Os documentos apresentados no Portal Licitações **CAIXA** são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais, tem ciência das condições impostas pela Lei nº 13.726/2018 e está ciente que na hipótese de declaração falsa, fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis; e
5. Seu representante devidamente constituído responde por uma única **Escolher um item.**, para manifestação nos procedimentos de habilitação e demais fases e atos inerentes à Licitação.
6. Tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos/consultados para habilitação neste Credenciamento no Portal da Transparência **CAIXA** e no PNCP, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta "verificador de conformidade", disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.

ANEXO IX**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, CPF _____, representante legal da empresa _____ **[Inserir nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações **CAIXA** para efeitos de habilitação para a **LICITAÇÃO CAIXA nº 014/2026**, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, **TENHO CIÊNCIA** de que a **CECOT** poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados

a) Proposta e Planilha (se for o caso);

() Proposta Comercial, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

() Planilha Orçamentária, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

() Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; **(Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))**

() Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

() CND FGTS

() CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

() Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

() Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; **(identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)**

- () Atestados / certidões / declarações _____
() Atestados / certidões / declarações _____
() Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

- () _____;
() _____;
() _____;
() _____;
() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.